

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A CONSTRUÇÃO DA "CRIANÇA PROBLEMA", A PSICANÁLISE
INFANTIL E O DEBATE RACIAL: O TRABALHO ANALÍTICO DE
ARTHUR RAMOS**

Flávia Francchini

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tatiane Cosentino Rodrigues

São Carlos - SP

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A CONSTRUÇÃO DA “CRIANÇA PROBLEMA”, A PSICANÁLISE INFANTIL E O
DEBATE RACIAL: O TRABALHO ANALÍTICO DE ARTHUR RAMOS**

Flavia Francchini

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Tatiane C. Rodrigues.

Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES)

São Carlos - SP

2026

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

Francchini, Flavia

A Construção da "Criança Problema", a Psicanálise Infantil e o Debate Racial: O trabalho Analítico de Arthur Ramos / Flavia Francchini -- 2026.

135f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Tatiane Cosentino Rodrigues

Banca Examinadora: Ana Cristina Juvenal da Cruz; Anete Abramowicz,

Maria João Cardona; Valter Roberto Silvério

Bibliografia

1. Estudos da Infância. 2. Educação. I. Francchini, Flavia. II. Título

CRB/8 7180

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Flavia Francchini, realizada em 24/02/2026.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues – UFSCAR

Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz – UFSCAR

Profa. Dra. Anete Abramowicz – USP

Profa. Dra. Maria João Cardona – Instituto Politécnico de Santarém / Portugal

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério - UFSCAR

Dedico à minha mãe Neide da Silva Francchini, uma mulher negra, que no passado trabalhou no setor de serviços gerais da UFSCAR, carregando o sonho em poder ver suas filhas ocupando este espaço. Por ela, essa tese é conquista, é reparação, é herança afetiva, é promessa cumprida.

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui os meus mais sinceros agradecimentos a muitas pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a elaboração e conclusão desta pesquisa.

São pessoas que foram parte essencial em cada novo passo dessa linda jornada acadêmica marcada por muitos desafios, descobertas e aprendizados enriquecedores. A cada gesto de apoio, palavra de encorajamento e presença generosa: minha eterna GRATIDÃO, vocês são luz no meu caminho e força nesse percurso.

Primeiramente a Deus (Oxalá), a minha mãe Iansã, ventania firme, que direciona e equilibra meu Ori. Ao meu mensageiro Exú, por abrir caminhos e me guiar para as possibilidades existentes, e a todos os Orixás que me banham de asê e iluminam meus pensamentos em direção aos meus sonhos. Gratidão a essa ancestralidade que me acompanha.

À minha mãe Neide da Silva Francchini (guardiã do meu mundo, aquela que me oferta com gestos e palavras os ensinamentos mais genuínos da vida). À minha irmã Beatriz Francchini e ao meu cunhado Leonardo de P. Penha, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando, e sendo minhas fontes de inspiração e determinação para conseguir chegar até aqui.

À família Silva, em especial, minhas tias (Leticia Silva, Domiciana Silva), meus primos/as (Alex Valente, Andressa Valente, Cláudio Coutinho, Vanderson Fernandes, Verônica Fernandes, Viviane Fernandes, Guilherme Fernandes) que, com toda generosidade, sempre estão dispostos a me ajudar no que for necessário.

Em especial, aos meus afilhados, Miguel Francchini Penha e Vinícius Fernandes de Melo, que nasceram durante o percurso desta tese, realizando meu sonho de ser madrinha, e iluminando minha vida.

Aos meus amigos/as que fazem parte da minha história, não só pelo apoio, carinho e paciência, mas também por dividirem comigo os momentos de angústia e alegria durante as dúvidas e incertezas de toda essa trajetória.

Aos meus amigos (Fábio Rezende; Rodrigo Rodrigues, Lucas Corrêa) que o período de doutorado sanduíche me presenteou, GRATIDÃO por cada conversa, passeios, apoio compartilhado durante esse período longe de casa, com vocês tudo se tornou mais leve.

Em especial, a minha parceira desta jornada linda, que foi o doutorado sanduíche, Danielle Abreu, que esteve comigo durante os seis intensos meses, me apoiando,

compartilhando comigo não apenas as alegrias, mas também as incertezas e os desesperos que, por vezes, nos visitam quando estamos longe do nosso território seguro. Sua presença foi abrigo, impulso e afeto constante nesse tempo de tantos desafios e crescimento.

Aos integrantes e amigos (as) do grupo Educação para Relações Étnico-Raciais, por todos os momentos em que compartilhamos conhecimentos, aprendizados, experiências e afetos. Com essa galera, aprendi a ressignificar histórias e conceitos, aprendi que a luta é nossa (UBUNTU – Eu sou, porque nós somos).

As professoras Anete Abramowicz e Ione da Silva Jovino, pela leitura atenta e, as correções e contribuições fundamentais ao texto parcial apresentado no exame de qualificação e o professor Valter Roberto Silvério ao texto final apresentado na defesa. Em especial, a Prof.^a Ana Cristina J. Cruz por se fazer presente durante meu processo de formação e estar sempre contribuindo para minha compreensão e ampliação de leitura acadêmica.

A tão querida e amável professora Maria João Cardona, minha eterna GRATIDÃO. Sua sensibilidade e afeto se fizeram presentes desde o início, antes mesmo de nosso primeiro encontro presencial. Agradeço por me acolher com tamanha generosidade, por aceitar ser minha coorientadora durante o estágio de doutoramento em Portugal, por cada gesto de cuidado, cada ensinamento partilhado, pelas contribuições enriquecedoras à escrita da tese e outros trabalhos em parceria, pelas apresentações a profissionais cujas pesquisas dialogam com as nossas. Pelos momentos leves e cheios de afetos dedicados aos passeios, seu acolhimento foi luz nesta travessia.

De modo, mais que especial, a minha maravilhosa orientadora Tatiane C. Rodrigues, companheira incansável durante todos esses anos, da graduação até este momento final de doutorado. Gostaria de ser sensível suficientemente ao ponto de transcrever toda gratidão, afeto, respeito, orgulho que sinto dessa mulher e profissional tão admirável. Mas, ela me conhece bem, sabe que como uma boa aquariana, no fundo meu forte nunca foi a delicadeza e a sensibilidade.

Mas, aqui deixo apenas algumas meras palavras, de imensa GRATIDÃO, por toda sua paciência, generosidade, dedicação incansável, afeto e confiança durante todos esses anos de orientação, por cada pesquisa construída em parceira, por todos os ensinamentos e discussões que me fazem ampliar e compreender minha leitura acadêmica e de vida, pela avaliação

detalhada e contribuições de cada etapa desta pesquisa, as quais se tornam indispensáveis para o seu aprimoramento e finalização.

Se cheguei até aqui, foi com toda sua ajuda e profissionalismo. Talvez se não fosse ela com toda essa inspiração que me faz brilhar os olhos e seguir em frente, eu não teria conseguido. Assim, quero não só agradecê-la, mas também parabenizá-la, porque esta defesa marca não somente a finalização do meu doutorado, mas também a finalização de um ciclo no qual está formando sua “primogênita acadêmica” (como costumamos brincar). Que o final dessa trajetória seja o início de novas parcerias, e de muitas outras histórias partilhadas. Reitero minha imensa gratidão, você é um presente carregado de luz em minha vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento das bolsas de estudos concedidas durante o doutorado e durante o período do sanduíche.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo de compreender o percurso histórico de constituição da categoria “criança problema” e, de modo mais amplo, o processo de construção científica da criança brasileira a partir da articulação entre psicanálise, antropologia, educação e higiene mental, no contexto da década de 1930. Nossa hipótese é de que a categoria de “criança problema” esteve diretamente associada a processos de racialização da infância, e consonância com os projetos de modernização, civilização e branqueamento vigentes no período. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caráter histórico-documental e analítico, que amplia o corpus tradicionalmente mobilizado nos estudos sobre Ramos, incorporando livros, artigos científicos, textos jornalísticos e produções vinculadas aos estudos raciais. A análise evidencia que, ao deslocar a explicação da inferioridade do campo biológico para o cultural e psicológico, Arthur Ramos promoveu um avanço teórico em relação às concepções raciais biologizantes, ao mesmo tempo em que manteve hierarquizações ancoradas em pressupostos culturalistas e evolucionistas. Os resultados indicam que a categoria “criança problema” operou como instrumento científico e institucional de intervenção sobre infâncias negras, mestiças e populares, concebidas como obstáculos ao ideal de sociedade moderna e civilizada. Conclui-se que a psicanálise, incorporada como saber auxiliar das políticas educacionais e de saúde mental, contribuiu tanto para a afirmação da infância como objeto científico quanto para a reprodução de processos estruturais de invisibilidade do racismo, reafirmando a centralidade da branquitude como horizonte normativo de normalidade e ajustamento social.

Palavras-Chave: Criança, Estudos da Infância, Arthur Ramos, Psicanálise, Raça

Abstract

This doctoral thesis aims to examine the historical trajectory of the constitution of the category “problem child” and, more broadly, the process through which the Brazilian child was constructed as a scientific object through the articulation of psychoanalysis, anthropology, education, and mental hygiene in the context of the 1930s. The central hypothesis is that this category was directly associated with processes of racialization of childhood, in alignment with the projects of modernization, civilization, and whitening that prevailed during the period. Methodologically, the study adopts a historical-documentary and analytical approach, expanding the corpus traditionally mobilized in studies on Arthur Ramos by incorporating books, scientific articles, journalistic texts, and writings related to racial studies. The analysis demonstrates that, by shifting explanations of inferiority from the biological domain to cultural and psychological frameworks, Arthur Ramos promoted a theoretical advance in relation to biologically determinist racial conceptions, while simultaneously maintaining hierarchies grounded in culturalist and evolutionist assumptions. The findings indicate that the category “problem child” functioned as a scientific and institutional instrument of intervention in the lives of Black, mixed-race, and working-class children, who were conceived as obstacles to the ideal of a modern and civilized society. It is concluded that psychoanalysis, incorporated as an auxiliary field of knowledge within educational and mental health policies, contributed both to the affirmation of childhood as a scientific object and to the reproduction of structural processes of racial invisibility, reaffirming whiteness as the normative horizon of normality and social adjustment.

Keywords: Child, Childhood Studies, Arthur Ramos, Psychoanalysis, Race.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figuras 1: Arthur Ramos de Araújo Pereira

Figuras 2: Capas Ilustrativas de documentos do acervo

Figuras 3: Capa Ilustrativa do Arquivo Arthur Ramos: Inventário Analítico

Quadro 1: Acervo Universidade de Lisboa: Títulos, autoria e local de consulta dos livros selecionados

Quadro 2: Repositório Científico de Acesso aberto de Portugal

Quadro 3: Cientistas Portugueses e alguns títulos de interesse para a pesquisa

Quadro 4: Pesquisadores(as) do Contexto Português com trajetórias e produções relevantes para a pesquisa

Quadro 5: Artigos de Jornais sistematizados por categorias

Quadro 6: Artigos Científicos e Livros sistematizados por categorias

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES CITADAS NO TEXTO

ABE: Associação Brasileira de Educação

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses de Dissertações

CAPES: Coordenação de Aperfeioamento de Pessoal de Nível Superior

IPA: International Psychoanalytical Association

IPE: Instituto de Pesquisas Educacionais

IPSS: Instituto Particular de Solidariedade Social

LBHM: Liga Brasileira de Higiene Mental

SBAE: Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia

SBP: Sociedade Brasileira de Psicanálise

SBPSP: Brasileira de Psicanálise de São Paulo

SBPRJ: Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro

SCIELO: Scientific Electronic Library Online

SOHM: Servios de Ortofrenia e Higiene Mental

SPP: Sociedade Portuguesa de Psicanálise

UNESCO: Fundações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I- Caminhos Percorridos	17
1.1 A Produção de Arthur Ramos na Contemporaneidade.....	23
1.2 Período de Doutorado Sanduíche no Exterior: Experiência e Contribuições para a Pesquisa.....	31
1.2.1 O conhecimento científico e a centralidade da criança: uma análise do contexto português.....	37
CAPÍTULO II - A modernidade e o giro científico: A década 1930 e as transformações no Contexto Brasileiro	45
2.1 Quem foi Arthur Ramos, sua trajetória acadêmica e profissional.....	49
CAPÍTULO III - Da Psicanálise Freudiana a Psicanálise Brasileira: A Construção do Campo Científico e o Projeto de Modernidade no Brasil	56
3.1 O Surgimento e a Consolidação da Psicanálise.....	56
3.1.2 A Psicanálise para além das teorias de Sigmund Freud	59
3.1.3 A Chegada e a Institucionalização da Psicanálise no Brasil.....	61
3.2 A Origem da Psicanálise de Criança: Da Europa ao Brasil.....	67
CAPÍTULO IV- A construção histórica do "ideário de branqueamento".....	74
4.1 As teorias raciais e o "ideário de branqueamento" no contexto brasileiro.....	82
CAPÍTULO V: Nos Arquivos de Arthur Ramos: Mapeamento e Caracterização do Acervo Analítico	90
5.1 O Pensamento Científico de Arthur Ramos: Infância, Psicanálise, Educação e Raça no Brasil Moderno.....	92
CAPÍTULO VI: Entre o “Problema do negro, o Ideal de Normalidade e a “Criança Problema: Uma análise crítica do Acervo de Arthur Ramos.....	118

6.1 A Construção Histórica da Concepção Científica da Criança Brasileira e a “Criança Problema” Racializada.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	129
ANEXO.....	134

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, financiada pela agência CAPES, pode ser compreendida como um trabalho de aprofundamento e continuidade da dissertação de mestrado, defendida no ano de 2020, que teve como proposta apresentar uma cartografia dos estudos da infância no Brasil, particularmente durante a década de 1930, com foco e principal referência, nas obras de Arthur Ramos. Neste primeiro trabalho, priorizamos as produções do autor na década em questão: *Educação e Psicanálise (1934)*, *Saúde do Espírito: Higiene Mental (1939)*, *A Criança Problema: A Higiene Mental na Escola Primária (1939)*.

Já na pesquisa de doutorado, em tela, objetivamos ampliar a análise do trabalho analítico de Arthur Ramos priorizando os documentos de seu Inventário Analítico, buscando compreender o percurso histórico de constituição da categoria “criança problema” e, de modo mais amplo, o processo de construção científica da criança brasileira a partir da articulação entre psicanálise, antropologia, educação e higiene mental, no contexto da década de 1930.

Arthur Ramos foi médico psiquiatra, psicólogo social, etnólogo, folclorista e antropólogo brasileiro, faleceu aos quarenta e seis anos em Paris, momento em que dirigia o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Foram muitas as suas contribuições para os movimentos desenvolvidos no Brasil durante a década de 1930 (movimento denominado Escola Nova e Movimento Higienista). Para Luitgarde O. Cavalcanti Barros:

A história da psiquiatria, psicanálise, psicologia, medicina legal, educação infantil, pedagogia, não pode ser escrita em nosso país sem a leitura dos documentos escritos, recebidos e lidos por Arthur Ramos. Sua produção e seus referenciais teóricos são sempre essenciais à compreensão do desenvolvimento dessas ciências entre nós, (...) (Barros, 2004, p.11)

Com o trabalho desenvolvido na Seção de Ortofrenia e Higiene Mental com um projeto educacional brasileiro a partir das teorias psicanalíticas de Freud e Adler, Ramos tornou-se um dos precursores da construção de uma psicanálise científica brasileira da criança (Abrão, 2008) baseada na relação familiar e social da criança, e nos aspectos socioculturais e econômicos.

A primeira fase de análise do trabalho de Arthur Ramos realizado na dissertação, possibilitou identificar que a emergência do campo psicanalítico brasileiro é concomitante ao debate sobre raça e cultura que mobilizou intelectuais da década de 1930, especificamente Arthur Ramos, na tentativa de forjar uma identidade da sociedade brasileira, definiram a criança e a infância como lócus de ação para um determinado projeto de futuro do “Brasil civilizado”.

Ao considerarmos que as concepções da psicanálise infantil estavam se desenvolvendo no Brasil junto ao contexto das concepções higienistas, podemos ressaltar que o médico psiquiatra buscava construir cientificamente a concepção de criança brasileira informado por padrões eurocêntricos, construindo a partir desta perspectiva um projeto de intervenção em escolas públicas do Rio de Janeiro.

Sob essa perspectiva, a hipótese que orienta esta pesquisa, é a de que a concepção científica de “criança problema” tal como formulada por Arthur Ramos esteve diretamente associada a processos de racialização da infância, em consonância com os projetos de modernização, civilização e branqueamento vigentes no período. Neste contexto, as crianças negras, mestiças e oriundas das classes populares foram classificadas como obstáculos à formação de uma sociedade moderna e civilizada, e que, por isso, necessitavam de tratamentos orgânicos e psicológicos para serem "corrigidas".

Considerar que Ramos ao construir uma base epistemológica de atendimento às crianças brasileiras definiu o perfil da criança e infância racializada, nos remete a pensar também em como o debate racial construído historicamente impactou na tentativa da construção de um "novo homem" a partir de conceitos psicanalíticos.

Para trabalhar com esta hipótese, dialogamos com autores como, Franz Fanon, bell hooks, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, entre outros, que evidenciam como o racismo científico se estrutura nos discursos historicamente produzidos, transformando o negro em objeto de estudo e intervenção.

O segundo campo de análise se ancora nos estudos do campo da sociologia da infância ou estudos da infância no Brasil que evidenciam um novo olhar para as concepções de criança e infância, reconhecendo-as como construção histórica, social e cultural. Essa nova perspectiva, rompe com a tradição adultocêntrica, apresentando uma crítica aos estudos clássicos que categoriza a infância como etapa preparatória para a vida adulta. Rompendo também com a versão universalizante de criança e infância construída ao longo da historiografia, se caracterizando como um movimento que dialoga com um referencial pós colonialista e pós-estruturalista.

Sendo possível constatar a partir dessas teorias que os discursos racializados contribuíram, conseqüentemente, para consolidar a supremacia simbólica da criança e da infância branca, europeia, como modelo universal de normalidade e ideal de desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que elegeram as crianças e a infância negra e mestiça à condição de atraso para se alcançar a civilização.

Os procedimentos metodológicos percorridos na presente tese consistem majoritariamente em pesquisa bibliográfica e documental, realizadas da seguinte maneira:

Capítulo I - A primeira etapa, intitulada "*Caminhos Percorridos*", descreve o percurso realizado na dissertação de mestrado e os resultados obtidos.

Nessa etapa, apresenta-se uma atualização do levantamento bibliográfico, iniciado no mestrado, nas bases de dados Scielo e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) com os seguintes descritores: *Arthur Ramos e Criança*; *Arthur Ramos e psicanálise*; *Arthur Ramos e Raça*. Com o objetivo de mapear os estudos recentes com foco no trabalho de Arthur Ramos. Para esta pesquisa, foram consideradas apenas publicações mais recentes, não contempladas na pesquisa de mestrado. E teses e dissertações de outras áreas do conhecimento, para além da educação.

Além disso, a revisão bibliográfica permite identificar em que medida este estudo se diferencia, dialoga ou complementa os trabalhos existentes. A leitura e análise das pesquisas selecionadas ampliaram o escopo teórico e integraram o referencial teórico, fornecendo sustentação às discussões desenvolvidas ao longo do estudo.

Apresentaremos também uma descrição dos materiais coletados durante a experiência de doutorado sanduíche¹, realizada em Portugal, entre o período de setembro de 2024 a fevereiro de 2025, sob orientação da professora Maria João Cardona. O objetivo inicial desta etapa foi ampliar o escopo teórico da pesquisa com foco nos estudos da história da criança e infância, assim como sobre a história da psicanálise, da psicologia e de seus precursores, por meio de levantamentos bibliográficos e entrevistas com pesquisadores portugueses dedicados a esse campo.

Capítulo II- Na segunda etapa intitulada "*A modernidade e o giro científico: A década 1930 e as transformações no Contexto Brasileiro*", será apresentada uma breve contextualização histórica da década de 1930, seguida de uma biografia de Arthur Ramos e de suas contribuições para os diferentes movimentos que marcaram aquele período.

Capítulo III - A terceira etapa intitulada "*Da Psicanálise Freudiana a Psicanálise Brasileira: A Construção do Campo Científico e o Projeto de Modernidade no Brasil*", é dedicada à contextualização histórica do surgimento da psicanálise como campo científico, com

¹ Processo PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, sob financiamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

ênfase em seu processo de consolidação e institucionalização nos âmbitos acadêmicos e clínicos, ao longo das primeiras décadas do século XX, tanto na Europa quanto no Brasil.

Capítulo IV – A quarta etapa intitulada “*A Construção Histórica do "ideário de branqueamento"*”, apresentaremos uma contextualização histórica acerca das teorias raciais e do ideário de branqueamento, utilizando como referencial teórico a produção “*Uma história de branqueamento ou o negro em questão*” do antropólogo Andreas Hofbauer, entre outros/as autores/as.

A segunda, terceira e quarta etapas são fundamentais para a compreensão do campo científico no qual Arthur Ramos se encontrava inserido, permitindo identificar os principais intelectuais com os quais dialogava, as influências teóricas que o circundavam e as produções acadêmicas desenvolvidas tanto em paralelo quanto em colaboração com sua obra.

Para além destes aspectos, a análise possibilita compreender as reformulações conceituais promovidas pelos intelectuais contemporâneos, evidenciando como o conhecimento produzido pela elite brasileira da época estava pautado em determinadas perspectivas teóricas, influenciado por correntes científicas internacionais e inserido em um contexto de disputas políticas que moldaram a construção do pensamento social no país.

Capítulo V- A quinta etapa intitulada “*Nos Arquivos de Arthur Ramos: Mapeamento e Caracterização do Acervo Analítico*”, é dedicada à descrição detalhada do acervo analítico de Arthur Ramos e quais foram as pesquisas selecionadas para compor esta tese, sistematizadas em quatro categorias: *Criança e Psicanálise; Psicanálise; Psicanálise e Educação; Estudos Raciais*.

Capítulo VI - A sexta e última etapa intitulada “*Entre o “Problema do negro, o Ideal de Normalidade e a “Criança Problema: Uma análise crítica do Acervo de Arthur Ramos”*”, é dedicada à análise do trabalho analítico desenvolvido por Arthur Ramos. Nessa fase conclusiva, busca-se evidenciar de que maneira sua produção intelectual dialoga com as problematizações apresentadas nas etapas anteriores, permitindo não apenas a sistematização crítica do acervo estudado, mas também a identificação de contribuições e limites de sua obra para a compreensão das relações entre psicanálise, educação e estudos raciais no Brasil.

CAPÍTULO 1 - Caminhos Percorridos

O livro "Estudos da Infância no Brasil: Encontros e Memórias" reúne resultados de uma pesquisa sobre a configuração do campo teórico dos estudos da infância no Brasil, realizado pelo grupo de pesquisa "Estudos sobre a criança, a infância e a educação infantil: políticas e práticas da diferença"² representa um marco inicial do meu interesse nas pesquisas com foco na temática, denominada por mim de "*Estudos da criança e infância na década de 1930*".

Durante o fechamento deste estudo sobre a emergência da sociologia da infância ou estudos da infância no Brasil, a autora Anete Abramowicz aponta uma lacuna referente aos estudos sobre infância que corresponde ao período de 1920 a 1963, "período em que ocorreram importantes acontecimentos que forjaram as bases do campo teórico que eclodiu com maior visibilidade a partir da década de 1970" (Abramowicz, 2015, p.14).

Assim, com o interesse em identificar e preencher parte desta lacuna, minhas pesquisas nessa temática, tiveram início durante a graduação com um trabalho de iniciação científica³ e trabalho de conclusão de curso, posteriormente na dissertação de mestrado⁴, e se estendem até o presente momento, na tese de doutorado, podendo ser compreendidas como linha de continuidade e aprofundamento.

A proposta das pesquisas anteriores visavam apresentar uma cartografia dos estudos da infância no Brasil a partir de autores nacionais da década de 1930, tendo como referencial, na primeira pesquisa o sociólogo Gilberto Freyre e após na dissertação, o médico psiquiatra Arthur Ramos. Os resultados das análises confirmaram nossa hipótese de que as produções desses autores nacionais, muito nos auxiliam a pensar e preencher lacunas referentes ao campo dos estudos da infância no Brasil.

O interesse em pesquisar a década de 1930 decorre do fato de ser um período marcado por intensas transformações políticas e sociais, que impulsionaram novos questionamentos acerca da função da educação no Brasil conjuntamente com os estudos sobre a definição científica do "povo brasileiro". A escolha dos pesquisadores analisados na trajetória de pesquisa se justifica pelo fato de que ambos desenvolveram trabalhos considerados fundamentais para a compreensão desse contexto histórico.

² Grupo de pesquisa do CNPq, sob coordenação da Profa. Dra. Anete Abramowicz. Mais informações em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1245188374637409>

³ Criança e Infância nas Obras de Gilberto Freyre, 2014. Sob orientação da professora doutora Tatiane C. Rodrigues

⁴ Criança e Infância nas obras de Arthur Ramos: Estudos da Infância no Brasil a partir de produções nacionais da década de 1930. Defendida em 2020, sob orientação da professora doutora Tatiane C. Rodrigues. Financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A partir de uma perspectiva culturalista, o trabalho de ambos é marcado por diferentes contradições e antagonismos, discutidas atualmente em estudos, especificamente na área das relações étnico-raciais em que analisa-se as configurações e especificidades do racismo brasileiro a partir da construção do ideário de democracia racial defendido por ambos como estratégia para solucionar a crescente preocupação do futuro racial da sociedade brasileira.

O sociólogo Gilberto Freyre com seus estudos coloniais na tentativa de construir a história da sociedade brasileira, mais especificamente, do cotidiano das casas-grandes e senzalas e dos sobrados e mucambos, muito descreveu também a respeito do cotidiano das crianças brasileiras (brancas, negras e indígenas) desde os tempos coloniais até a República, podendo ser considerado um dos primeiros intelectuais a caracterizar a história da infância e das crianças brasileiras, mesmo não sendo esse seu objetivo.

A partir da leitura e análise das produções, "*Casa Grande & Senzala*" e "*Sobrados e Mucambos*", identificamos que seus estudos evidenciam a existência de um sentimento de infância anterior ao século XVII, assim como já destacado por Kuhlmann Jr,⁵ oposto ao que o francês Philippe Ariès indica em sua teoria como sendo visão própria do mundo ocidental, uma vez que os povos originários, por exemplo, reconheciam suas particularidades e especificidades das crianças, interrompidas com a chegada da puberdade.

Já o médico psiquiatra Arthur Ramos com seus trabalhos voltados para a contribuição da psicanálise brasileira no campo educacional, tornou-se um dos precursores da psicanálise infantil brasileira.

A análise detalhada de suas produções evidenciaram que Ramos, ao considerar que as crianças deveriam ser estudadas a partir das concepções antropológicas, considerando suas relações familiares e sociais, acaba de alguma maneira identificando a necessidade emergencial para uma sociologia da infância ou estudos da infância no Brasil. Expondo ao decorrer de suas produções elementos fundamentais para se pensar a criança e a infância a partir de uma perspectiva sociológica, ainda que este não fosse seu objetivo.

⁵ Para Moysés Kulman Jr (1998, p.22) os sinais dos desenvolvimentos de um sentimento de infância da forma como analisa Ariès, estiveram presente no Brasil já no século XVI, quando os jesuítas desenvolveram estratégias de sua catequese alicerçada na educação dos pequenos indígenas, e trouxeram crianças órfãs de Portugal para atuarem como mediadores nessa relação ou então na inovação dos colégios, com os programas educacionais jesuíticos, que estabeleceu as classes separadas por idade e a introdução das disciplinas. No século XIX, o que se vive no Brasil não são os ecos do passado europeu, mas as manifestações do grande impulso com relação á infância que representou o próprio século XIX, em todo o mundo ocidental, especialmente após a década de 1870. Ver artigo intitulado "*Infância, história e educação, 1998*".

Algumas categorias de análise observadas pelo médico psiquiatra ao descrever a rotina da "criança problema", foram retomadas anos mais tarde em trabalhos que se tornaram marco inicial para se pensar o campo dos estudos da infância no Brasil.

Por exemplo, Ramos destaca os tipos de brincadeiras e brinquedos que as crianças costumavam brincar, como também, com quem essas crianças costumavam brincar. Essa categoria foi marco central de análise do trabalho realizado pelo sociólogo Florestan Fernandes durante sua pesquisa desenvolvida no ano de 1944, sobre “os processos de socialização das crianças por meio da “cultura infantil” no debate com a cultura adulta” (Abramowicz, 2015, p.15).

As fichas de observação comportamental das crianças atendidas nas escolas experimentais das clínicas do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, contendo informações sobre a criança e sua rotina, dados familiares e ambiente familiar, eram agrupadas estruturalmente dentro de categorias (faixa etária, raça, gênero, nacionalidade e classe social) que atualmente são consideradas ferramentas auxiliares para diferentes análises dentro dos estudos da infância.

As análises apontaram também que Arthur Ramos e outros intelectuais da época foram responsáveis pela formulação das diretrizes e bases de uma política educacional que pretendia ser universal e que atribuiria centralidade à relação familiar, social e cultural às justificativas e chaves interpretativas do fracasso escolar.

Segundo Ramos (1939, p.63), “a higiene mental responsabilizava os pais pelos problemas que apresentam os filhos”. Pois, (1949, p. 444) “se a criança é desajustada é como vimos, na grande maioria dos casos, o resultado de incorretas formações das suas constelações familiares”.

Os resultados das análises demonstraram que os problemas escolares estudados não se restringiam apenas à relação familiar, uma vez que para o médico psiquiatra (1949), as atitudes dos professores também refletiram diretamente na personalidade e no comportamento da criança. Segundo Ramos (1939), suas observações identificaram que muitos dos problemas das crianças dentro do ambiente escolar, são resultados de atitudes e reações emocionais errôneas do professor.

Assim, ao observarmos o cenário educacional contemporâneo notamos uma persistente correlação entre desempenho escolar e pertencimento familiar, pois os diferentes problemas de aprendizagens das crianças continuam sendo justificados por uma relação familiar conturbada, e ao professor se atribuiu a função de identificação de comportamentos “desviantes”, e as

concepções de criança problema definida por Ramos continuam sendo utilizadas com novas terminologias.

Os pressupostos de Arthur Ramos, analisados do ponto de vista contemporâneo, enquadram-se como base na perspectiva de um ser humano naturalmente ingênuo e inocente. Em suas diferentes entrevistas, o médico psiquiatra apresentava críticas, por exemplo, às leis jurídicas que consideravam o crime infantil na mesma perspectiva dos adultos.

Em sua concepção independente de qual seja a definição de crime, a criança não comete atos criminosos e mentirosos, sendo esses definidos como reações de defesa, a casos de comportamentos considerados desajustados pelo adulto (Ramos, 1937).

As observações de Arthur Ramos podem ser compreendidas como fundamentos para a discussão desenvolvida por Sonia Kramer e José Silvério Horta, na década de 1980, acerca da urgência de reavaliar o "método pedagógico" enquanto solução para os problemas escolares. Tais métodos, definidos no âmbito da pedagogia nova, baseiam-se, segundo os autores, na disseminação do capitalismo (consumismo), que se manifesta na promoção de cursos, encontros, simpósios e congressos, reduzindo às qualificações do professor a responsabilidade pelas causas do ensino deficitário. Esse movimento acaba por "desvincular os problemas da educação e do ensino da realidade brasileira" (Kramer e Horta, 1982, p.32).

Seguindo essa análise sobre a disseminação e a contribuição ao sistema capitalista (consumismo) identificamos que as concepções de "criança problema" no ambiente escolar fundamentadas em bases psicanalíticas, resultaram, atualmente, em um crescente processo de medicalização como estratégia para solucionar as dificuldades de aprendizagem das crianças.

Para Matheus Mercadante (2014), o projeto escolanovista, ao tentar justificar o fracasso escolar, difundiu em seu discurso higienista grande parte do problema da medicalização no âmbito escolar, transformando a criança em objeto de experimentação.

Outra constatação identificada na análise documental refere-se ao fato de que, a partir do processo de urbanização e industrialização que acarretou mudanças significativas na estrutura familiar, "a criança passou a desempenhar o que Sonia Kramer denomina como "não papel", compreendido como "preparada para um papel futuro"" (Kramer *apud* Oliveira e Silveira, 2015, p.80).

O trabalho de Arthur Ramos, fundamentado nas concepções pedagógicas do movimento escolanovista, é exemplo concreto de como se pensou uma pedagogia individualizada para as crianças, em que novas práticas pedagógicas atuavam na intervenção do comportamento infantil, controlando o desenvolvimento de sua personalidade e moldando o adulto que almejavam formar.

A pedagogia moderna descobriu a criança. (...). Dirigindo-se ao indivíduo, a educação visa, porém, a sociedade. E seu último esforço estará em obter do mesmo o máximo rendimento social. Para isto, a educação observa as tendências individuais orientando-as da melhor maneira possível, aproveitando a experiência adquirida da humanidade (Ramos, 1934, p.14).

De acordo com Sonia Kramer e José Silvério Horta (1982), a imagem da criança na nova pedagogia é elaborada a partir da projeção do adulto, que inscreve na infância os valores e expectativas da sociedade, buscando reconhecê-la no modelo construído por essa projeção.

Com base nessas análises sociológicas de Sonia Kramer, é possível identificar que o trabalho desenvolvido nas clínicas do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, pode ser considerado base, da perspectiva de uma política educacional, denominada posteriormente pela pesquisadora como educação compensatória. Tal concepção justifica o fracasso escolar pela carência cultural e social - caracterizada como "privatização cultural", transformando a escola em meio privilegiado para a promoção e uma suposta transformação social.

A abordagem de privatização cultural, como apresentada por Sonia Kramer, "superou o determinismo biológico, mas, ao mesmo tempo, criou um fatalismo sociológico, a partir da culpabilização do meio social" (Oliveira e Silveira, 2015, p.82).

Dessa forma, as dificuldades de ensino e aprendizagem deixaram de ser atribuídas a uma suposta deficiência genética, passando a ser explicadas pela influência do ambiente social e cultural. Essa perspectiva, instituiu um modelo científico, único e abstrato de criança.

Nesse sentido, pode-se considerar que os estudos de Arthur Ramos também apontavam para esse modelo universal de criança brasileira, ao classificar quais seriam as "crianças problema" que deveriam ser compensadas em razão de suas carências.

Nas concepções criadas pela psicanálise e psicologia genética e desenvolvimentista, a criança é vista como um ser inferior e dependente do adulto, por isso, mais fácil de ser moldada para suas relações futuras dentro da sociedade. A meta é o adulto, por isso, a criança precisa ser educada e moralizada. Para Rosemberg essa concepção define a criança como "candidata à humanidade" (1976).

Todavia, a leitura e análise detalhada das obras selecionadas para compor a pesquisa de mestrado revelaram que Arthur Ramos é uma referência fundamental para compreendermos o processo da construção científica da criança e da educação brasileira, bem como para a consolidação deste campo enquanto espaço de pesquisa e intervenção.

Suas produções auxiliam não só na compreensão das bases desse processo histórico, mas também contribuem para localizarmos o debate contemporâneo acerca de argumentos que ainda se fazem presentes na interpretação, especialmente, do denominado “fracasso escolar”.

Com o encerramento da pesquisa, identificamos a necessidade de expandir a análise de sua produção intelectual, abrangendo a leitura de seus artigos científicos, publicações em jornais e obras voltadas para os estudos da população negra, entre outros temas.

Assim, durante o desenvolvimento da presente pesquisa buscamos complementar e ampliar as reflexões iniciadas na dissertação de mestrado, dando continuidade a compreensão dos seguintes questionamentos: Como emerge a construção científica da criança brasileira? Qual é a figura analítica dessa criança a partir da psicanálise infantil? Qual a relação entre a construção do conceito de "criança problema" e a criança racializada e identificada dentro da categoria primitiva, no contexto dos discursos científicos? Quais são os elementos da construção da universalidade? Quais eram as intenções dos cientistas brasileiros da época, ciência ou política, visto que a maioria de suas referências utilizadas eram de contextos internacionais? Qual seria o perfil desse "novo homem" que os cientistas da época buscavam definir para uma sociedade brasileira moderna a partir dos princípios psicanalíticos?

Por fim, nesta pesquisa interessa-nos revisitar historicamente o campo dos saberes sobre criança e infância, evidenciando como as epistemologias oriundas do contexto europeu foram apropriadas e forjadas no cenário brasileiro, exercendo forte influência na constituição das bases científicas nacionais.

Embora essa análise sobre a historicidade das concepções de criança, infância e educação brasileira, seja tema amplamente teorizado, nossa pretensão aqui é, sobretudo, dialogar com esse campo muito bem consolidado, evidenciando como o trabalho do médico psiquiatra Arthur Ramos se insere em uma chave analítica fundamental, não apenas para a compreensão dos discursos higienistas que buscaram disciplinar os corpos, e utilizaram tanto do espaço escolar como também do espaço familiar, para desenvolver projetos de intervenção, normalização e moralização.

Para além, localizá-lo na chave de compreensão dos mecanismos de racialização que contribuíram para a construção e definição de um perfil específico da criança brasileira, demonstrando como suas concepções de “criança problema” tornou-se a definição que categoriza o perfil da criança racializada no Brasil, ou seja, um perfil imaginário que historicamente foi sendo associado às crianças pobres e negras (pretas e mestiças) da sociedade brasileira.

1.1 A Produção de Arthur Ramos no Debate Contemporâneo

A primeira fase desta pesquisa foi dedicada à realização de um levantamento bibliográfico e à análise de diferentes perspectivas no âmbito dos estudos contemporâneos com foco em Arthur Ramos e suas produções, com o propósito de mapear o que vem sendo pesquisado sobre o autor até o momento e no que esta pesquisa se diferencia, dialoga ou complementa esses estudos.

A leitura e análise das pesquisas selecionadas auxiliaram na ampliação do escopo teórico do trabalho e foram utilizadas como parte do referencial para embasamento de diferentes discussões ao longo desta pesquisa.

Inicialmente realizamos um levantamento de artigos no Scientific Electronic Library Online (SCIELO), e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) com os seguintes descritores: *Arthur Ramos e Criança*, *Arthur Ramos e Psicanálise*, *Arthur Ramos e Raça*. Lembrando que esta pesquisa é continuidade da dissertação de mestrado e que essa etapa já foi realizada na mesma, sendo assim, aqui foram selecionados apenas os trabalhos que não aparecem na busca anterior.

No Scielo após a leitura de títulos e resumos, constatamos vinte trabalhos. Levando em consideração que quatorze deles já foram estudados no contexto do mestrado e que podem ser acessados na dissertação⁶, nos concentramos nos novos estudos. Deste modo, selecionamos seis trabalhos que correspondem ao estudo desenvolvido nesta tese de doutorado.

Na busca à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) identificamos nove trabalhos entre dissertações e teses. Diferentemente da dissertação de mestrado, que selecionou apenas pesquisas da área da educação, neste momento não foi estabelecido qualquer filtro temático ou marco temporal, com o objetivo de ampliar o escopo do levantamento. Assim, foram selecionadas cinco pesquisas, sendo três dissertações e duas teses.

Das cinco pesquisas, duas são da área de história social e três são da área de educação, não foram selecionadas anteriormente por terem sido publicadas após o término do período de levantamento bibliográfico da pesquisa de mestrado (Anexo).

Os levantamentos bibliográficos revelam que o interesse em pesquisas com foco em Arthur Ramos concentra-se em maior número nas áreas de educação e história social. A maior parte são pesquisas publicadas recentemente entre os anos de 2000 a 2023.

⁶ Disponível no link: <https://repositorio.ufscar.br/items/df9f4dff-d707-4a53-a378-23b7220f4c62> .

Os trabalhos analisados no período da dissertação de mestrado foram divididos em dois eixos temáticos, 1: “*O desenvolvimento da Educação Brasileira e a Psicanálise*” (abordando trabalhos que demonstram a importância de Arthur Ramos durante o período de 1930 a 1940; sua ligação com o movimento higienista e a Escola Nova do período em questão; sua contribuição para a educação juntamente com Anísio Teixeira; sua proposta de criação das clínicas de higiene mental no Rio de Janeiro e em São Paulo por Durval Marcondes; sua contribuição à implementação da psicanálise na educação), 2ª) “*As contribuições de Arthur Ramos para a definição científica da identidade brasileira*” (abordando trabalhos que demonstram a participação e a importância de Ramos nos debates com relação à mestiçagem no Brasil; sua contribuição para o pensamento antropológico e cultural brasileiro; os estudos de Ramos sobre antropologia voltada à compreensão das religiões afro-brasileiras; sua vigência durante o período como diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO; suas contribuições para o ideário de democracia racial).

Já os trabalhos que aparecem no atual levantamento apontam discussões sobre a relação de Arthur Ramos com o período higienista e o currículo escolar, especificamente em Alagoas; analisam o trabalho desenvolvido pelo psicanalista no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM) através das fichas originais catalogadas no arquivo Arthur Ramos, disponível na biblioteca nacional, relacionando com os estudos sobre indisciplina escolar na década de 1930; analisam a relação de Arthur Ramos com os estudos da mestiçagem no Brasil; analisam estudos de Nina Rodrigues e Arthur Ramos sobre classes subalternas e fenômenos religiosos.

A dissertação de Cátia Regina Papadoulos intitulada “*Arthur Ramos e a criança-problema como criança escorraçada: psicanálise, civilização e higiene mental escolar no antigo Distrito Federal (1934-1939)*”, defendida no ano de 2011, objetivou pensar a criança escorraçada como criança-problema no ponto de vista de Arthur Ramos e sua relação com a higiene mental, civilização, família e escola. Compreendendo o período de 1934 a 1939 tempo em que funcionou o SOHM.

A dissertação de Fernanda L. da Silva Santos, intitulada “*As marcas do Higienismo de Arthur Ramos na escola nova e no currículo nos anos 1920-1940 em Alagoas*” defendida no ano de 2018, buscou analisar a proposta da higiene mental na escola nova por meio da vida profissional, obras do intelectual Arthur Ramos, documentos que circulavam em Alagoas e sua influência para a formação do currículo alagoano nos anos de 1920 a 1940. Primeiramente a autora faz uma revisão teórica sobre o que foi o higienismo e o contexto escolanovista, analisando as relações de poder relacionadas com os discursos de diferentes intelectuais. Descreve algumas teorias do pensamento da infância relacionando-as com as teorias de Ramos.

Apresenta uma biografia de todos os intelectuais envolvidos no movimento escolanovista, articulando a trajetória profissional de Ramos com as ideias dessa concepção de educação nova. Por fim, faz uma análise do currículo escolanovista no contexto de Alagoas destacando a colaboração de Arthur Ramos. Segundo a autora (2018), sua pesquisa tem uma função política de identificar através da análise de um contexto histórico, as relações de poder e a influência das concepções higienistas na formação de subjetividades passivas como uma fonte de estudo, denúncia, discussões e contribuições a se pensar a educação, sobretudo a alagoana. Apresenta Arthur Ramos como sendo um teórico inovador e futurista, com concepções e métodos educacionais inovadores, que previa a obrigatoriedade da inclusão de crianças “especiais” em escolas públicas e formação especializada para professores conseguirem trabalhar com as especificidades.

A dissertação de Matheus Henrique Silveira intitulada *"Infância problema e indisciplina escolar: perspectivas a partir da atuação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental na cidade do Rio de Janeiro (1934-1939)"* defendida no ano de 2019, objetivou analisar o cotidiano escolar durante a década de 1930 na cidade do Rio de Janeiro sob a ótica da indisciplina, através dos estudos do SOHM. Buscando investigar as práticas escolares sob a perspectiva de Dominique Julia dos "pátios de recreios". O primeiro capítulo é dedicado à revisão bibliográfica do tema, dialogando com o conceito de disciplina desenvolvido por Foucault. Já o segundo é dedicado a uma descrição completa do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental juntamente com uma biografia de Arthur Ramos. No terceiro capítulo, o autor faz uma análise das fichas originais das crianças atendidas no SOHM. Concluindo que a criança problema na perspectiva de Ramos foi marcada por uma nova análise sobre os problemas no desenvolvimento infantil, conceituada pelos estudos contemporâneos da psicologia e psiquiatria. Para o autor, as fichas comprovam que a ordem da sala de aula, como do pátio, da casa ou da rua era subvertida pela indisciplina. E que a análise das mesmas revela que a própria relação adulto-criança era por vezes subvertida pela forma como as crianças ocupavam o espaço público ou se valiam do espaço doméstico. Segundo Silveira (2019), Ramos percorreu por diferentes caminhos teóricos para trabalhar com a infância da "criança problema".

A dissertação de Luana T. O. Tamano intitulada *"A mestiçagem no microscópio: entre a detração e a particularização, permaneceu a democracia racial. Uma análise da mestiçagem no Brasil de Arthur Ramos (1930-1950)"*, defendida no ano de 2011, teve como objetivo compreender o papel desempenhado por Arthur Ramos na inversão positiva da imagem da mestiçagem, em especial a partir dos anos de 1930. Primeiramente, a autora apresenta uma biografia de Ramos, uma historização do conceito de raça operante no século XIX, após uma

síntese da análise de Ramos em seu livro *"A mestiçagem no Brasil"* e uma reflexão sobre o discurso de democracia racial no Brasil e no mundo. Segundo a autora (2011), Ramos em seus escritos afirma não haver preconceito de cor no Brasil comparado aos Estados Unidos, e se existiam estava localizado na região sul do Brasil.

Já em sua tese intitulada *"Manter normal a criança normal e normalizar a desajustada": Arthur Ramos e o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, 1934-1939"* defendida no ano de 2018, objetivou refletir sobre o trabalho desenvolvido por Ramos frente ao SOHM buscando compreender qual foi o papel desempenhado por ele no serviço. Com a hipótese de que o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental foi criado e funcionou como um serviço auxiliar na reforma educacional de Teixeira no intuito de normalizar os escolares matriculados nas escolas experimentais. Primeiramente, a autora apresenta uma descrição sobre a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, procurando entender como se processou a leitura entre intelectualidade brasileira e qual foi seu impacto na política do período. Apresenta uma análise acerca da criança, infância e família, conectada ao Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental. Após, descreve a história da educação no Brasil República, identificada como a salvadora do país. Descreve o período escolanovista e apresenta uma análise da chegada da psicanálise no Brasil, projetada para ser utilizada no âmbito educacional.

No terceiro capítulo resgata a história do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, no qual, para a autora (2018), o serviço atuou como um sistema disciplinar e suplementar para recuperar os indivíduos considerados "desajustados" (escolares que apresentam problemas comportamentais e de aprendizagem). Afirmou ainda que considerar as ações do SOHM como positivas e benéficas, não significa negar a sua atuação invasiva, de intromissão nos lares, nas relações pessoais, nos hábitos e comportamentos familiares. Mas, não considera o público-alvo como indivíduos passivos às ordens recebidas, mas como sujeitos capazes de negociar, aceitando ou negando determinadas ações.

O artigo intitulado *"Notas sobre a consciência das classes subalternas em alguns estudos brasileiros"* escrito por Dora Vianna Vasconcellos no ano de 2019, teve como objetivo destacar a importância de alguns estudos que se dedicaram a compreender o agir político das classes subalternas por meio da análise do fenômeno religioso. A autora apresenta as contribuições de Nina Rodrigues e Arthur Ramos para os estudos da consciência da camada

subalterna e a contribuição de Roger Bastide e Maria Isaura Pereira de Queiroz para o estudo do movimento messianismo⁷.

O artigo intitulado “*Arthur Ramos e a rotinização da antropologia através de seu ensino*” escrito por Amurabi Oliveira no ano de 2019, objetivou analisar a rotinização do conhecimento antropológico a partir da atuação de Arthur Ramos como docente, partindo do exame de seus planos de curso, orientações para alunos etc., disponíveis para consulta no acervo da Biblioteca Nacional. É apresentado uma biografia de Ramos destacando sua passagem como professor de antropologia e etnografia na Faculdade Nacional de Filosofia, bem como seus projetos de disciplinas. Destacando que a todo momento há uma articulação entre antropologia cultural e antropologia física, buscando uma diferenciação entre as duas. De modo que as categorias, raça e tipos étnicos constam repetidas vezes em seus projetos.

O artigo intitulado “*Arthur Ramos e a criança problema: conexão entre a psicanálise e a educação nas tecnologias da correção*” escrito por José dos Santos Costa Junior, no ano de 2023, com o objetivo de ler os modos de constituição do saber sobre a criança “desajustada” ou em situação psíquica e social que a levaria a praticar atos infracionais. O texto parte de uma pesquisa sobre história do dispositivo da menoridade no Brasil, isto é, a rede de saberes e poderes que articulou instituições, profissões, discursos, leis e práticas educativas variadas para fabricar a diferença entre criança e o menor a partir da Primeira República. Problematiza-se uma série de casos clínicos registrados em diferentes fichas provenientes dos arquivos do SOHM, e as insidiosas articulações entre educação e psicanálise e seus modos de constituir saberes e exercer poderes sobre os corpos infantis. Por fim, apresenta uma breve biografia de Ramos e o trabalho por ele desenvolvido no SOHM, além de uma análise sobre o lugar da criança e da família na sociedade a partir do livro *A criança problema*. Para Oliveira (2023), Ramos descreveu as relações sociais que produziam “comportamentos desajustados” ou considerados “perigosos”, evitando naturalizar ou biologizar as condutas. Compreendia que os arranjos familiares, as relações de afeto, os conflitos de ordem psíquica e as necessidades

⁷ Segundo Roger Bastide, no prefácio à obra *O messianismo no Brasil e no mundo* (1965) de Maria Isaura P. Queiroz, o messianismo aparece não como um apocalipse, mas como a conquista da alegria e do prazer, em oposição ao catolicismo do litoral que sacerdotes estrangeiros pretendiam impor aos roceiros, catolicismo dogmático, moral e puritano. O messianismo exprime o desejo de transformar a vida cotidiana numa festa perpétua, numa festa católica (...) Nesse sentido, passa a ser uma resposta (...) à situação histórica de uma classe rural abandonada, que se mostra capaz, utilizando modelos tradicionais, de passar da servidão à cooperação” (Prefácio, 1965).

“Por meio da dádiva, Maria Isaura recusa o prognóstico fatalista dos estudos de Nina Rodrigues e de Arthur Ramos, ela consolida a ideia de que o messianismo brasileiro é reformista. Para ela, a busca pela melhoria de vida campesina está em consonância com a dinâmica capitalista; o messianismo seria um meio encontrado pela classe subalterna de se inserir no sistema produtivo mercantil sem que se instalasse uma polarização dialética entre as classes sociais” (Vasconcellos, 2019, p.161).

materiais eram elementos centrais na produção da subjetividade. Sua oposição ao conceito de criança anormal revela um posicionamento teórico e intelectual próprio sobre a infância.

A leitura e a análise revelam que as pesquisas descritas anteriormente abordam a importância de Arthur Ramos em diferentes campos científicos da época. O médico psiquiatra pode ser considerado um autor central para a compreensão das transformações ocorridas no período pós-abolicionista, especialmente aquelas relacionadas às ideias de modernização e civilização do país.

Esteve diretamente vinculado a projetos e estudos científicos voltados à construção de uma “nação civilizada”, em um contexto marcado por intensas discussões sobre o estatuto e a aplicação da categoria raça, no qual a educação e a saúde se tornaram eixos fundamentais para a concretização desse projeto.

As pesquisas apontam novas discussões trazendo a relação dos projetos desenvolvidos naquele período com os conceitos desenvolvidos por Michel Foucault (governamentalidade; disciplina, relações de poder e saber, biopolítica, esquadramento).

Para Fernanda L. da Silva Santos (2018), os médicos higienistas da década de 1930 formularam um projeto social higienista que acreditava na educação como um dos "meios de disseminação de discurso que criam autorreguladores e constroem subjetividades, seguindo a perspectiva de Foucault " (id, p.15). Já a intervenção aplicada no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental “foi um mecanismo biopolítico, envolvendo o controle da conduta humana, não desprovida de relações de poder, que por meio das orientações higienistas, buscavam evitar comportamentos inadequados" (id, p. 20).

Matheus Henrique Silveira, na tentativa de compreender a indisciplina enquanto objeto de atuação dos serviços escolares apresenta um diálogo com o conceito de disciplina de Michel Foucault como categoria analítica na historiografia da educação. "À escola, identificada como local de disciplina, foram associadas a outras instituições, as quais foram tomadas também sob a luz da temática do poder disciplinar proposto por Michel de Foucault" (Carvalho e Nunes 2013 *apud* Silveira 2019, p.21)

Outro fator em comum apontado pelos autores(as) é que as teorias do médico psiquiatra em suas diferentes discussões perpassam a todo momento por ambiguidades. Para Luana Tamano, (2018, p.321), "a ambiguidade de seu pensamento estava ligada ao contexto em que Arthur Ramos vivia, e ele utilizou as ferramentas científicas e metodológicas de sua época para embasar suas concepções”.

Em sua tese de doutorado, Luana Tamano (2018) defende que o trabalho de Arthur Ramos pode ser considerado como um avanço aos estudos da época, porém seu trabalho desenvolvido no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental foi projetado sobre o indivíduo de maneira incisiva e invasiva.

Já Matheus Silveira em sua dissertação de mestrado, aponta um duplo caráter nos documentos criados durante os atendimentos no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, “uma ambiguidade do empreendimento de Arthur Ramos” (Silveira, 2019, p.13).

De acordo com Fernanda Santos (2018), Arthur Ramos muito colaborou com o processo de escolarização, investindo no potencial da infância, mas seu pensamento estava carregado de preconceitos devido ao próprio contexto da época.

Portanto, como podemos analisar, todas as pesquisas perpassam pelas discussões chaves do trabalho analítico de Arthur Ramos: criança, educação, psicanálise, estudos raciais, analisando-as a partir de diferentes teorias, diferentes contextos, diferentes objetivos.

Embora apresentem análises fundamentais que evidenciam as ambiguidades presentes nas concepções do médico psiquiatra, algumas reflexões tendem a atribuí-las às condições históricas ou às teorias produzidas naquele período. Nesse sentido, coloca-se o questionamento sobre até que ponto tais explicações são suficientes para compreender e justificar essas ambiguidades, bem como para responder a outras indagações que delas decorrem.

Ao considerarmos que, todos nós falamos de um tempo ou lugar específico, de uma história e uma realidade específica, não há discursos neutros (...). A teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém (Grada Kilomba 2019, p. 29).

Sendo assim, como já sublinhado por alguns autores como Edward Said (2007) e Ângela Alonso (2002), toda produção científica está vinculado a posicionamento político, não havendo a possibilidade de neutralidade, uma vez que se constitui por meio das problemáticas sociais que o cercam e não como campo neutro e autônomo.

Para antropóloga Lilia Schwarcz, o conhecimento científico é demarcado por um papel dúbio ao longo da história, podendo “ser utilizado tanto para o progresso e para o esclarecimento, quanto para justificar opressões” (2024, p.07).

Outro ponto a ser analisado é o fato de alguns autores considerarem a mudança conceitual das teorias de Ramos em trabalhar com a categoria cultural e não racial (biológico) um "avanço" aos estudos da época. Segundo Luana Tamano (2018) Ramos não limitou as "culturas atrasadas" aos negros, alargou para outros povos, que não citou, e aos pobres, entrando em outra categoria: a de classe.

Mas, o que a pesquisadora não considerou, é que a configuração dos estudos sobre as teorias raciais, tanto europeias quanto brasileiras, são baseadas na separação entre povos "superiores" e "inferiores", "atrasados" e "adiantados", "dominantes" e "dominados". É que essas classificações foram criadas para destacar a branquitude como superior, enquanto o restante da humanidade era categorizado como inferior. E essa lógica de classificação não se restringe ao campo racial, mas também opera no fator social.

Ainda segundo Tamano (2018), na leitura analítica da obra de Ramos não se identificam escritos ancorados em uma perspectiva de intervenção específica em função da cor ou da raça, mas sim da classe social. Nesse sentido, “o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental impôs um ideal de ajustamento social, e as crianças e suas famílias reagiram a ele, aceitando-o ou negando-o”.

Por outro lado, como explica o antropólogo Kabengele Munanga (s/d, p.03), todos os problemas da sociedade são sociais, inclusive os de preconceitos e discriminações raciais que constituem apenas uma das modalidades do social. Assim sendo, não podemos separar o discurso social do racial quando analisado na configuração estrutural da sociedade brasileira, a qual naquele período a população periférica era majoritariamente composta pelos escravizados libertos.

Além disso, como aponta Sueli Carneiro (2023), o racismo se adapta aos diferentes contextos e mudanças, reorganizando-se continuamente e submetendo os grupos dominados a novas formas de opressão.

É importante destacar que Arthur Ramos trabalhou com mudanças conceituais significativas ao longo das décadas de 1930 e 1940. Seus estudos, ancorados em um referencial culturalista que buscava interpretar a miscigenação como um fator positivo para a sociedade brasileira, acabaram, entretanto, por reforçar o ideário da democracia racial.

Processo histórico esse, que contribuiu para camuflar os conflitos e as profundas desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira, apagando tensões que continuam a marcar a estrutura social do país (Munanga, 1999).

Encerramos esta seção destacando que o levantamento bibliográfico revela como esta pesquisa, ao mesmo tempo em que dialoga com estudos anteriores, também se diferencia por analisar a obra de Arthur Ramos no percurso dos debates contemporâneos sobre relações étnico-raciais e branquitude, compreendendo raça como uma categoria social fundamental e indissociável de qualquer discurso que se propunha a uma análise crítica da sociedade.

Assim, como definido por Guimarães, “raça é uma categoria socialmente construída (...). Trata-se de um conceito sociológico analítico “que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social” (id, 2003, p.104).

1.2 Período de Doutorado Sanduíche em Portugal: Experiências e Contribuições para a Pesquisa

O processo de doutorado sanduíche, no âmbito do Programa PDSE da CAPES, realizado em Portugal, proporcionou-me uma experiência acadêmica enriquecedora na qual tive a oportunidade de explorar outros espaços e culturas, dialogar e conhecer novas pesquisas que ajudaram a ampliar meu conhecimento não só acadêmico como de mundo.

Realizado ao longo de seis meses, entre setembro de 2024 e fevereiro 2025, no contexto de Portugal, sob a coorientação da professora Maria João Cardona⁸, o projeto desenvolvido durante este período, teve como objetivo ampliar o escopo teórico da tese relacionado aos estudos da história da criança e infância, bem como a história da psicanálise e psicologia infantil e seus precursores.

Todavia, para uma melhor compreensão dos resultados obtidos, que serão descritos nesta subseção, organizamos o material coletado em dois momentos distintos:

1. **Momento: Levantamentos bibliográficos:** consistiu na busca de obras relacionadas à psicanálise e psicanálise infantil em acervos bibliográficos. A leitura das obras clássicas encontradas foi utilizada como auxílio teórico durante o desenvolvimento desta pesquisa, contribuindo especialmente para o capítulo III “*Da Psicanálise Freudiana a Psicanálise Brasileira: A Construção do Campo Científico e o Projeto de Modernidade no Brasil*” e suas subseções que abordam a constituição da psicanálise e da psicanálise infantil como campo científico e a descrição de seus principais fundamentos e precursores.

Optamos por realizar a busca na biblioteca do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade de Lisboa, que dispõe de diversas obras relacionadas à temática. Utilizando os

⁸ Maria João Cardona é doutora em Ciências da Educação, Universidade de Caen, com a menção final de Trés Honorable avec félicitations du jury (2001), Mestra em Ciências da Educação no Curso de *Diplômé d'Études Approfondies* e licenciada em Psicologia e Ciências da Educação. Atualmente professora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém. Coordenadora do curso de Formação Inicial de Educadores de Infância e do Projeto de Caracterização da Educação Pré- escolar (financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian). Presidenta da Associação de Profissionais de Educação da Infância.

descritores: *"Psicanálise infantil, Psicanálise e Criança*. As obras selecionadas estão descritas no Quadro 1.

Vale ressaltar que, no projeto inicial do estágio, propusemos a realização de entrevistas estruturadas com três professoras da área de estudos da educação de infância. Com a finalidade de compreender a influência que a psicologia e a psicanálise tiveram e ainda têm na educação em Portugal, bem como na construção histórica do conceito de sujeito criança.

No entanto, obtivemos retorno apenas de uma das professoras⁹ contatadas. Assim, as reflexões e os conhecimentos adquiridos a partir desse único diálogo também serão utilizados como parte das análises e discussões desenvolvidas ao longo desta pesquisa.

Quadro 1: Acervo Universidade de Lisboa: - Títulos, autoria e local de consulta dos livros selecionados

Autor	Título	Local para Consulta
Marthe Robert	A revolução Psicanalítica	Biblioteca Instituto de Letras
Sigmund Freud	Introdução à Psicanálise	Biblioteca Instituto de Educação e Psicologia
Melanie Klein	Psicanálise da Criança	Biblioteca Instituto de Educação e Psicologia
	Contribuições à Psicanálise	Biblioteca Instituto de Educação e Psicologia
	Os Processos da Psicanálise	Biblioteca Instituto de Educação e Psicologia
Ana Freud	Psicanalises del niño	Biblioteca Instituto de Educação e Psicologia
José H. Barros de Oliveira	Freud e a Educação	Biblioteca Instituto de Educação e Psicologia
Marcia Neder Bacha	Psicanálise e Educação - Laços Refeitos	Biblioteca Instituto de Educação e Psicologia
Reuben Fine	A História da Psicanálise	Biblioteca Instituto de Educação e Psicologia
Antony Bateman e Jeremy Holmes	Introdução à Psicanálise: Teorias e Práticas Contemporâneas	Biblioteca Instituto de Educação e Psicologia

Fonte: Elaboração própria, 2025

⁹Professora Isabel Lopes da Silva é doutorada em Ciências da Educação e licenciada em Filosofia. Coordenou as equipes encarregadas da elaboração das Orientações Curriculares para Educação Pré-escolar (1997), fez parte da equipe que redigiu o Parecer e Recomendações sobre a sua revisão (2006). Trabalhou no IIE, em estudos de avaliação, apoio a projetos de inovação nas escolas e participação em projetos internacionais. Foi docente de cursos de formação de educadores de infância e de professores do ensino especial e em mestrados de Orientação Educativa. Colaborou em projetos de investigação-ação no domínio da educação de infância: Projeto Alcácer e projeto FOCO.

Em seguida, realizamos um levantamento bibliográfico nas bases de dados de teses e dissertações defendidas nos institutos das Universidades de Portugal, com a finalidade de mapear estudos relacionados à extensa produção de Arthur Ramos em outros territórios. Utilizando os descritores: "*Psicanálise infantil, Psicanálise e Criança, Psicanálise e Arthur Ramos*" e *Arthur Ramos*.

O levantamento bibliográfico, inicial, realizado em diferentes bases de dados¹⁰ indicou que o médico psiquiatra Arthur Ramos é pouco estudado no contexto português. Conforme evidenciado na tabela abaixo, foram localizados apenas dois artigos (Quadro 2) sobre sua vasta produção, ambos escritos por um pesquisador brasileiro que atualmente realiza doutorado na Universidade de Coimbra na área de história contemporânea, cujo tema de interesse aborda a história da eugênia no Brasil e em Portugal. E nenhuma tese e dissertação com foco no trabalho do médico psiquiatra.

Quadro 2: Repositório Científico de acesso aberto de Portugal

Ano	Autor	Título	Resumo
2023	Daniel Florence Giesbrecht	Arthur Ramos: Pioneirismo e militância Antirracismo no Brasil (1926-1949)	Este artigo pretende discorrer sobre o pioneirismo do médico e antropólogo brasileiro Arthur Ramos, na constituição de uma agenda antirracista, entre os anos 1926 e 1949. Foram utilizadas como fontes primárias de pesquisa os trabalhos de Arthur Ramos, além de referenciais teóricos específicos. Pretende-se, com este estudo, contribuir para o aprofundamento de reflexões acerca das incipientes ações efetivadas por intelectuais brasileiros, no combate ao racismo no país.
2023	Daniel Florence Giesbrecht	Fontes Primárias para a Compreensão do racismo e do antirracismo brasileiro: por dentro do Arquivo Arthur Ramos	Durante o último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, intensificaram-se as discussões a respeito do conceito de “raça” e sua relação com a suposta hierarquia humana, sob o prisma da antropologia física e criminal. Diante desse contexto racialista, destacou-se o médico e antropólogo Arthur Ramos de Araújo Pereira. Este artigo tem como objetivo discorrer sobre o legado e compromisso dos estudos de Arthur Ramos, como intelectual antirracista, e sua preocupação em desmascarar distorções sobre as concepções de “raça”, especialmente a partir da década de 1930. Para a

¹⁰ RENATES: Registro Nacional de Teses e Dissertações; Repositório Científico de acesso aberto de Portugal; Repositório de Teses e Dissertações da Universidade de Lisboa; Repositório Institucional da Universidade do Minho; Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto.

			<p>realização deste estudo foram usados referenciais bibliográficos e documentais, sobretudo fontes primárias que estão sob a guarda da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, Brasil. Numa sociedade na qual a intolerância se manifesta de diversas maneiras, sendo o racismo uma das mais prevalentes, reconhecer a contribuição da obra de Arthur Ramos é de suma importância para aqueles comprometidos com a busca pela equidade e pela erradicação dos preconceitos no mundo atual.</p>
--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria, 2025

2. Momento: Encontro com Pesquisas e Pesquisadores (as) relevantes do Contexto

Português - Durante os diferentes levantamentos bibliográficos realizados na etapa inicial, foi possível identificar diferentes pesquisas (Quadro 3) que nos auxiliarão na compreensão e análise da evolução histórica dos saberes sobre criança e infância no Brasil e em Portugal, a partir da primeira metade do século XX, bem como da influência da psicanálise e da psicologia nesse processo. Esses materiais serão objeto de análises e reflexões em investigações futuras.

Foi possível identificar também professores (as) e pesquisadores (as) (Quadro 4) que desenvolvem estudos com foco nos referenciais teóricos encontrados durante o levantamento. A esses profissionais foi proposta uma conversa informal, realizada por meio da plataforma Google Meet, possibilitando a troca de conhecimento e aprofundamento das discussões teóricas.

Quadro 3: Cientistas Portugueses e alguns títulos de interesse para essa pesquisa

Autores	Biografia	Títulos de Interesse
António Mendes Correia	<p>Professor universitário, antropólogo e historiador. Em uma primeira fase da sua vida, Mendes Correia dedicou-se à prática clínica, a qual abandonou em favor do ensino e da investigação científica, sobretudo em disciplinas como a Psiquiatria e a Antropologia Criminal, áreas da sua predileção. Enquanto estudante, publicara alguns trabalhos sobre estes temas.</p> <p>Fundador e Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia.</p> <p>Foi Presidente da Câmara Municipal do Porto (1936-1942).</p>	<p>Um delinquente habitual: exame médico antropológico, 1913; Crianças delinquentes: subsídios para o estudo da criminalidade em Portugal, 1915a; A criança delinquente 1915b; Raça e nacionalidade, 1919; Estudos de etnologia Portuguesa: Os habitantes primitivos do território, 1918; O mestiçamento nas colônias portuguesas, 1940; Ideias morais em jovens criminosos e não criminosos, 1932; Inquéritos escolares, 1925; Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil, 1938; O problema eugênico em Portugal</p>
Victor H. Moreira Fontes	<p>Foi professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Pioneiro dos estudos sobre Psicopatologia infantil.</p>	<p>A Criança Portuguesa</p>
João dos Santos	<p>Foi o criador da moderna Saúde Mental Infantil em Portugal e o grande impulsionador da Psiquiatria Infantil que de uma especialidade enraizada na Psiquiatria de adultos passou a uma especialidade autônoma. Foi um dos primeiros psicanalistas portugueses e um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. Desenvolveu um olhar novo sobre o valor da arte no desenvolvimento da criança e sobre a educação na família, na escola e na comunidade, criando concepções e ensinamentos originais e modos inovadores de formação de pais e professores</p>	<p>A Casa da Praia: O psicanalista na escola;</p> <p>A Contribuição da psicanálise na saúde pública;</p> <p>Ensaio sobre a educação I - A criança quem é?</p>

Fonte: Elaboração própria, 2025

Quadro 4: Pesquisadores (as) do contexto português com trajetórias e produções pertinentes para a pesquisa

Pesquisadores	Área de Formação	Temática de Estudo	Títulos de Interesse
Daniel Florence Giesbrecht	<p>Licenciatura em História e Ciências Sociais</p> <p>Mestrado em Educação</p> <p>Doutorando em História Contemporânea</p>	<p>História da eugenia no Brasil e em Portugal (estudo comparado)</p>	<p>Arthur Ramos: Pioneirismo e militância Antirracismo no Brasil (1926-1949), 2022</p> <p>Fontes Primárias para a Compreensão do racismo e do antirracismo brasileiro: por dentro do Arquivo Arthur Ramos, 2023</p>
Patricia Ferraz de Matos	<p>Licenciatura em Antropologia</p> <p>Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais</p>	<p>História da Antropologia em Portugal, Representações raciais, Eugenia, Miscigenação, entre outros.</p>	<p>Aperfeiçoar a raça, salvar a nação: Eugenia, teorias nacionalistas e situação colonial em Portugal, 2010</p> <p>Melhorar a espécie humana desde a infância: eugenia e higiene mental no Brasil e em Portugal (primeira metade do século XX), 2023</p> <p>Outros títulos da autora de interesse</p> <p>Dossiê infâncias, racismos e educação infantil, 2023</p> <p>Educação e racismo: o contexto colonial e português e os resquícios da atualidade, 2024</p> <p>Dossiê temático: como estudar intolerância? Contributos da Antropologia e da História (Contexto Português e Brasileiro), 2023</p> <p>Formação para uma personalidade antirracista: porque racismo não nasce com a criança, 2023</p>

	<p>Licenciatura em Psicologia</p> <p>Mestrado e Doutorado em Educação</p>	<p>Infância, Família, Sexualidade, Pedagogia Terapêutica de João dos Santos, Currículo e Formação de Professores</p>	<p>O Olhar de João dos Santos Sob os Laços Familiares, Infância e Educação</p> <p>Pedagogia terapêutica: diálogos e estudos luso-brasileiros sobre João dos Santos</p>
--	---	--	--

Fonte: Elaboração própria, 2025

O período de mobilidade em Portugal proporcionou não apenas uma ampliação dos referenciais teóricos para a construção do estado da arte da tese, mas também a abertura de novas possibilidades para articulações em pesquisas futuras, possibilitando estabelecer quadros de análises entre o contexto brasileiro e português, destacando semelhanças e particularidades na maneira como o campo científico, e especificamente, a concepção de criança e infância foram sendo construídos nos diferentes contextos.

1.2.1 - O Conhecimento Científico e a Centralidade da Criança: Uma Análise do Contexto Português

O período entre guerras marcou o início de uma busca incessante do campo epistêmico em definir conceitos como nacionalidade e civilização no mundo todo, por meio de teorias raciais eugênicas e higienistas.

No contexto português, a exemplo do que ocorreu no Brasil, é possível identificar a preocupação dos intelectuais com a noção de pureza racial¹¹ e os efeitos da miscigenação portuguesa decorrente do período colonial, inicialmente fundamentadas a partir de teorias biologizantes e anos mais tarde, especificamente após a segunda guerra mundial, fundamentadas na perspectiva culturalista de Gilberto Freyre, que até o momento, não era bem aceita pelos intelectuais portugueses¹².

Vale ressaltar que Freyre em 1951 é convidado pelo ministro das Colônias, Sarmiento Rodrigues, a visitar Portugal e os territórios coloniais na África e Índia para discursar a respeito de sua teoria sobre os fatores positivos da miscigenação.

De acordo com a antropóloga Patrícia Matos (2010), considerando a ideia de “salvar e aperfeiçoar” a raça portuguesa, o final do século XIX e início do século XX foi marcado pelo início dos debates eugênicos no campo científico, político e jurídico.

Alguns intelectuais, acreditavam na necessidade de eliminar qualquer elemento que pudesse atrapalhar a “pureza racial” acarretando a “degeneração ou hibridação” da população portuguesa. Todavia, assim como no contexto brasileiro, não se consolidou em Portugal uma dinâmica de intervenção de eugenia radical nos moldes de extermínio, genocídio e esterilização, como aconteceu em determinados países europeus e ingleses, mas sim, uma eugenia preventiva, de valorização do meio, com início de propostas higienistas, ações de assistência social e jurídica, orientadas para uma educação de caráter eugênico.

No ano de 1934, já sob a consolidação do Estado Novo, foi aprovado o estatuto da proposta apresentada pelo médico e antropólogo Eusébio Tamagnini sobre a criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos, oficialmente fundada em 1937, na cidade de Coimbra, com o objetivo central de promover pesquisas voltadas para a valorização demográfica e higiene racial. Segundo Patrícia Matos (2010, p.96):

¹¹No que diz respeito a Portugal existiu uma contradição entre a promoção da ideia de “pureza racial” dos portugueses, por um lado, a argumentação simultânea de que eles descendiam de vários povos, mas todos reuniam características particulares, que se mantiveram inalteráveis ao longo dos séculos, por outro. Ou seja, apesar da ascendência diversa dos portugueses, a mistura nem sempre foi reconhecida e alguns autores procuraram provar a sua “pureza racial”. Outros consideravam que, mesmo cruzando-se com outros povos, os portugueses não perderiam a essência individual que os caracterizaria. É nesse sentido que alguns autores referem que, no âmbito da relação de Portugal com os territórios ultramarinos, gerada pela situação colonial, o processo de assimilação das populações autóctones daqueles territórios não parecia diluir a originalidade portuguesa, pois o potencial eugênico dos portugueses permitia que essa originalidade se mantivesse, mesmo em contato com as populações “exóticas” (Matos, 2010, p. 108).

¹²Embora a recepção da teoria gilbertiana em Portugal tenha sido heterogênea, e não lhe seja dado um grande destaque nos 30 e 40, é sobretudo no período pós-segunda grande guerra que se verifica uma mudança na atitude dos políticos do regime face à ideologia de Freyre, embora esta nunca seja apoiada oficialmente (Castelo, 1998 apud Matos, 2010, p. 103).

Apesar de ter tido vários defensores, em Portugal, mesmo após a fundação da Sociedade de Estudos Eugénicos, a eugenia era encarada sobretudo no quadro da higiene, isto é, destacando a influência do meio e de fatores externos. A via higienista (apoiada pelas descobertas da química, medicina e farmácia) acabaria por prevalecer então a via eugenista, embora as duas pudessem coexistir. Outro elemento interessante é que as discussões acerca da eugenia passaram a juntar aos argumentos biológicos, aos elementos sociológicos, psicológicos e até jurídicos, no que diz respeito à regulamentação de casamentos e divórcios propostos por alguns médicos e à consequente necessidade de atualizar o Código Civil português.

Diferentes produções do conhecimento evidenciam que as definições de aperfeiçoamento, nacionalidade e civilização foram continuamente ressignificadas ao longo da história e de acordo com os interesses sociopolíticos de cada contexto, interferindo diretamente nas formas de compreensão da categoria epistêmica referente à criança e infância, bem como no papel atribuído à família e o ambiente escolar que passaram a ser consideradas elementos centrais de investigação e intervenção do Estado.

No contexto português, é possível identificar que a ascensão da compreensão epistêmica da categoria criança e de seu papel social esteve diretamente articulada a interesses científicos e políticos vinculados à ideia de um “novo homem”.

Intelectuais portugueses, como o médico Fernando Bissaya Barreto (1940), professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, defendiam a concepção de que as crianças representavam o futuro da nação e o progresso do Estado. Por essa razão, consideravam necessário investir na educação, na instrução e no seu aperfeiçoamento, eliminando-se, assim, quaisquer fatores considerados responsáveis pelo seu enfraquecimento (Weber e Matos, 2023).

Segundo a professora Isabel Lopes (2025), a educação em Portugal, nas décadas de 1930 e 1940, esteve diretamente orientada à melhoria das condições de saúde e à preparação das novas gerações. Nesse contexto, buscava-se oferecer às crianças em situação de vulnerabilidade não apenas cuidados básicos, mas também uma formação rudimentar que possibilitasse, no futuro, o ingresso em ocupações profissionais simples. Tratava-se, segundo a professora, de uma concepção pautada na funcionalidade social e econômica, que visava assegurar a essas crianças um mínimo de condições para a subsistência na vida adulta (Lopes, 2025, s/p).

Contudo, conforme já destacado por Weber e Matos (2023), as ideias de aperfeiçoamento da sociedade portuguesa são anteriores à criação da Sociedade Eugênica, tendo suas origens nos estudos desenvolvidos por médicos, psiquiatras e antropólogos, bem como na atuação de diversas instituições de acolhimento destinadas a crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Uma dessas instituições foi a Tutoria da Infância do Porto, criada em 1912, destinada ao atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade e daquelas consideradas delinquentes,

conforme a terminologia da época. A tutoria era composta por um juiz de direito, um presidente, dois juízes adjuntos, um professor e um médico, aos quais competia a realização de exames médico-antropológicos e a elaboração de pareceres técnicos voltados à avaliação e à classificação das crianças atendidas. Vinculado à instituição, funcionava um refúgio no qual as crianças eram acolhidas durante o período de avaliação, até o julgamento e a decisão judicial.

Segundo Mendes Correia (1915), os profissionais que realizavam os exames médico-antropológicos precisavam necessariamente possuir conhecimentos para além da preparação científica e técnica da medicina, possuindo conhecimentos gerais de antropologia, pedagogia e psicologia experimental, a fim de, evitar avaliações equivocadas e/ou superficiais.

Para além das entrevistas realizadas com as crianças, suas famílias, a parte acusadora e as testemunhas, eram coletadas informações consideradas relevantes para a avaliação, tais como: dados pessoais; dados hereditários, físicos e mentais; informações sobre o meio físico e social de origem; dados familiares, incluindo condições socioeconômicas e antecedentes criminais e pessoais; exame somático, contemplando estatura, peso, cor dos olhos e da pele, entre outros aspectos; e exame psicológico. Ademais, todas as crianças eram submetidas a um registro fotográfico padronizado, com fotografias do rosto de frente e de perfil.

A Tutoria foi movida pelos ideais republicanos, que assentavam na esperança de regeneração social, se, por um lado, esses ideais procuravam erradicar o crime e os delitos infantis, por outro lado tinham como objetivo vigiar e tutelar as crianças mais vulneráveis e provenientes das classes sociais mais desfavorecidas (Weber e Matos, 2023, p.32).

António Mendes Correia em seu trabalho intitulado “*Crianças Delinquentes: Subsídio para o estudo da criminalidade infantil em Portugal*” (1915), desenvolve uma análise sobre os diferentes tipos de criminalidade infantil. A partir de sua experiência como médico e juiz adjunto da Tutoria da Infância do Porto, o autor destaca que uma parcela significativa das crianças atendidas pela instituição não apresentava anomalias orgânicas ou mentais, mas, sobretudo, problemas de ordem familiar, cultural e social.

Nesse sentido, afirma que a criminalidade infantil em Portugal está diretamente relacionada à ordem social, sendo influenciada por fatores como a hereditariedade, as características individuais (física ou mental) e os fatores mesológicos (influência do ambiente sobre o indivíduo).

Afirma que a maior parte dos crimes observados são os de “vadiagem” que estão diretamente relacionados com a organização familiar da criança e suas condições socioeconômicas. “A “vadiagem infantil”, na verdade, anda quase sempre de mãos dadas com

a pobreza. Quase todas nascem no seio de uma dupla miséria: a miséria material e a miséria moral” (Mendes, 1915, p. 22).

O perfil das crianças acusadas de vadiagem incluía, segundo o autor, filhos de emigrantes entregues a estranhos, filhos de ambulantes que trabalhavam o dia inteiro e crianças órfãs de mãe. Para Mendes (1915, p. 20), “a educação que essas crianças recebem no seio da família é um fator importantíssimo da sua conduta. Os maus exemplos dados pelos pais, as desarmonias e a violência corporal conduzem muitas crianças à vadiagem e ao crime”.

De acordo com Mendes Correia (1915), suas observações permitiram identificar diferenças significativas nas avaliações relacionadas à educação intelectual, física e moral das crianças encaminhadas às instituições. Como exemplo, o autor compara as crianças da Escola de Reforma de Caxias, que recebiam instrução cotidiana, com as crianças em situação de rua, que não tinham acesso à escolarização. Para ele, “esse aperfeiçoamento é a prova real de que não se trata geralmente de anormais constitucionais ou patológicos, mas de anormais que viveram num péssimo ambiente educativo” (Mendes, 1915, p. 127).

O autor destaca que, como forma de prevenção da criminalidade precoce, seria necessário instituir um amplo sistema profilático, que não se limitasse a medidas mais radicais, como a proibição de casamentos entre indivíduos com graves problemas psicológicos ou a esterilização de criminosos natos e, de modo geral, dos considerados “degenerados”, a exemplo do que ocorria nos Estados Unidos. Defende, ao contrário, a adoção de medidas voltadas à melhoria das condições orgânicas, psíquicas e fisiológicas das crianças, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social.

Entre essas medidas, o autor propunha a concessão de auxílios financeiros às crianças e às famílias; a criação de instituições de patronato e de amplos serviços públicos de assistência infantil; a implementação de internatos, semi-internatos e outras instituições educativas de caráter preventivo; a criação de institutos pedagógicos para crianças consideradas anormais; a eliminação da pena de prisão para crianças com menos de 16 anos, entre outras iniciativas.

Para além da Tutoria de Infância foram criadas nas capitais a Federação Nacional de Amigos e Defensores de Crianças, uma união de instituições oficiais e particulares, de propaganda, educação e patronato, destinada a prevenir a criminalidade infantil.

Em 1920, o médico Victor H. Moreira Fontes, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, fundou a revista *A Criança Portuguesa: Morfologia, Psicologia, Médico-Pedagogia*, Boletim do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, com o objetivo de reunir documentos de caráter informativo, nacionais e internacionais, que contribuíssem para o desenvolvimento dos estudos sobre a criança portuguesa. A publicação buscava responder a um

conjunto de questões, tais como: quem é a criança portuguesa, sua morfologia e sua constituição física e mental; como se caracteriza a criança portuguesa considerada normal, em seu estado de saúde; qual é a mentalidade e a psicologia da criança portuguesa; e o que se sabe sobre a criminalidade ou a delinquência infantil, levando em consideração suas características étnicas.

Dessa forma, a revista consolidou-se como um importante meio de circulação de produções de saberes médico-pedagógicos e antropológicos, articulados às preocupações científicas e aos projetos nacionais que marcaram o período.

No que se refere à psicanálise, é possível identificar que as teorias psicanalíticas emergem, ainda que de maneira incipiente, como ferramentas auxiliares aos debates da psiquiatria e da antropologia, especialmente no que diz respeito à justificativa das práticas de higiene preventiva. Contudo, sua consolidação no campo científico português passa a se institucionalizar a partir da década de 1960, com os estudos do psicanalista João dos Santos, considerado um dos principais idealizadores da moderna saúde mental infantil em Portugal. Esse processo se relaciona também à constituição da psiquiatria infantil como especialidade autônoma e à criação da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP), em 1981, nos moldes da International Psychoanalytical Association (IPA).

Em termos teóricos, a moderna saúde mental infantil passa a definir uma nova concepção de higiene mental, compreendida como promocional, preventiva e terapêutica. Essa perspectiva estabelece uma relação indissociável entre saúde mental e educação, reconhecendo a necessidade de articulação interdisciplinar entre psicologia, psiquiatria e pedagogia.

Para João dos Santos (2016, p. 160), “a verdadeira higiene mental diz respeito à educação, à introdução de uma nova pedagogia. A higiene mental é um mito, a pedagogia é o futuro” (Santos, s/d apud Branco, 2016, p. 160).

No plano prático, João dos Santos fundou, em 1952, a Secção de Higiene Mental no Centro Materno Infantil de Campo de Ourique, em Lisboa, com o objetivo de apoiar gestantes por meio da prevenção de perturbações emocionais que pudessem “afetar o bom desenvolvimento do feto, o nascimento e a qualidade da relação mãe e filho, relação essa da qual fará depender o sucesso da aprendizagem escolar” (Branco, 2016, p. 151).

Esta ideia, que está na origem da ruptura epistemológica que João dos Santos opera na Saúde Mental Infantil em Portugal e na criação de um novo paradigma científico, que articula indissociavelmente Saúde Mental e Educação e, nessa articulação, os demais aspectos constitutivos da evolução do ser humano, a estruturação da subjetividade, a inserção na sociedade, na cultura e no aperfeiçoamento do que de mais fundo o caracteriza, a espiritualidade, só foi possível no transfundo que a origina, explica e desenvolve: a psicanálise (Branco, 2016, p. 151).

Para a autora (2016), o fato de a Seção de Higiene Mental estar fundamentada na concepção de “prevenção primária precocíssima” antecipa o que viria a ser a terceira revolução na história da psiquiatria, caracterizada pelo deslocamento do interesse da doença e de seu tratamento para a ênfase na prevenção.

João dos Santos defendia a teoria que tanto a psiquiatria quanto a pedopsiquiatria devem orientar-se prioritariamente por práticas preventivas e de tratamento precoce, e não na anormalidade, na deficiência e no tratamento da doença

O novo modelo sanitário decorrente da assistência materno infantil consiste em fornecer uma visão não patológica do médico relativamente ao seu cliente. O conceito primordial de assistência médica passará a significar cuidado com o aperfeiçoamento biopsicológico e sócio-econômico da coletividade, orientando-se no sentido higiênico, profilático e eugênico, estendendo-se em superfície e profundidade e indo a toda parte (Santos, s/d apud Branco, 2016, p.155).

Dentre os diversos serviços vinculados à Seção de Higiene Mental, o último foi a criação da instituição A Casa da Praia, em 1975, dirigida por João dos Santos até sua aposentadoria em 1982, e posteriormente por Teresa Ferreira. Composta por uma equipe multidisciplinar, destinava-se ao atendimento de crianças com dificuldades escolares, associadas ou não a patologias físicas e mentais, sob a metodologia da *Pedagogia Terapêutica*.

A criação desta instituição justificou-se pela observação do psicanalista de que a maioria das crianças atendidas nas clínicas infantis, que funcionam até então nas dependências do Hospital Júlio de Matos, não apresentavam problemas que justificassem um acompanhamento em meio hospitalar, mas sim, em espaços alternativos de caráter comunitário e educativo-terapêutico, mais adequados às especificidades de cada criança.

Entre 1975 e 1992, a Casa da Praia integrou o Centro de Saúde Mental Infantil e Juvenil de Lisboa, sendo extinta com a reestruturação dos serviços de Saúde Mental pelo Dec. Lei nº. 127/92. Anos mais tarde, por iniciativa de um grupo de discípulos e colegas de João dos Santos é construída uma Associação, sem fins lucrativos e reconhecida por utilidade pública, dando continuidade a esse serviço.

Em 1993, a Associação foi formalmente reconhecida como Instituto Particular de Solidariedade Social (IPSS), sob a designação de Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia, contando também com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa (cedência de instalações) e do Ministério da Educação (protocolo de colaboração), entre outros órgãos públicos e particulares, assegurando a continuidade do seu serviço até os dias de hoje.

Em suma, a leitura e a análise do material coletado durante o período de doutorado sanduíche permitem identificar, ainda que de forma preliminar, pontos de convergência e de

divergência entre os contextos brasileiro e português, especialmente no que se refere ao modo como o campo epistêmico foi sendo construído em estreita relação com seus contextos sociopolíticos.

A criança constituiu-se, assim, como objeto de estudo e de intervenção tanto para as primeiras pesquisas científicas quanto para o Estado, que, apoiados em determinadas teorias higienistas e psicanalíticas, defendiam a preservação física, mental e cultural da infância como condição para a formação de sujeitos social e culturalmente aptos a integrar uma sociedade considerada civilizada.

Capítulo 2 - A Modernidade e o Giro, a década de 1930 e as transformações no Contexto Brasileiro

O final do século XIX e início do século XX foram marcados por importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais, inúmeros conflitos, disputas ideológicas e lutas por direitos no mundo todo.

No Brasil, especificamente, com o processo de industrialização e urbanização, o perfil essencialmente agrário que dominava até a década de 1920, começa a se modificar, de modo que a classe trabalhadora passa a ocupar as grandes cidades. Com a Abolição da Escravatura (1888), a Proclamação da República (1889), o fim da Primeira Guerra Mundial (1918), o avanço do sistema capitalista que viria exigir uma sociedade urbanizada, passam a crescer conjuntamente os índices de desigualdade social, pobreza, analfabetismo, criminalidade, alcoolismo e doenças sanitárias.

É nesse contexto que ganha centralidade a grande preocupação com a definição de projetos que visavam novos caminhos na orientação política do país, tendo como preocupação principal o desenvolvimento social, cultural e educacional. Existia entre os intelectuais brasileiros uma extensa preocupação com o destino da sociedade brasileira, com a construção e definição de nação e identidade nacional.

Neste período, o papel da ciência não se resumia apenas em explicar o desenvolvimento humano e suas relações entre diferentes grupos, mas também tornou-se estratégia política para intervir diretamente na sociedade.

A partir de 1929, no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, o antropólogo Edgar Roque Pinto defendeu o desligamento da teoria do branqueamento como solução para resolver o “problema racial” através da miscigenação (biologicamente), afirmando que o problema não era racial, mas de higiene, e o objetivo da eugenia era o de educar todas as pessoas, independente da cor de pele, para a importância da hereditariedade.

Assim, termina a massiva imigração de italianos, justificada por intelectuais e políticos que acreditavam na miscigenação como meio de embranquecer a população. Os estudos científicos até então baseados nas teorias biológicas do evolucionismo de Darwin que justificavam as políticas eugenistas de diferentes países passaram a ser insuficientes.

De acordo com Nancy L. Stepan (2005), durante esse período, para justificar a imagem negativa sobre a identidade brasileira criada pelos cientistas europeus e norte-americanos, os intelectuais brasileiros defendiam a ideia de que o Brasil atravessava um processo de transformação e aprimoramento racial.

O conhecimento denominado como científico, cujo processo de institucionalização ocorreu ao longo do século XIX por meio dos estudos das ciências biológicas, humanas e sociais, passou por uma mudança chave, intelectuais brasileiros da época iniciaram novos estudos a partir do culturalismo.

Nessa perspectiva, passou-se a diferenciar raça de cultura, separar herança cultural de herança étnica e considerar, nos conceitos antropológicos, a cultura como o conjunto de costumes, hábitos e crenças.

O sociólogo Gilberto Freyre, por exemplo, elaborou uma reinterpretação da mestiçagem no Brasil, retornando à temática racial e modificando o conceito de raça biológica para o conceito de cultura, transformando a mistura racial (brancos europeus, negros africanos e indígenas) em “aspecto positivo” para a construção da identidade brasileira.

Na concepção de Freyre, a mistura racial resultou em contribuições positivas à cultura brasileira, principalmente no que diz respeito à indumentária, à alimentação e às relações de intercursos sexuais. A ideia dessa dupla mistura como algo positivo, resultou no que atualmente foi denominado de mito da democracia racial, “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreiras, sem preconceito” (Munanga, 1999, p.80).

Segundo o antropólogo Kabengele Munanga (1999), o mito da democracia racial, baseado na mestiçagem biológica e cultural, que propaga uma convivência harmoniosa entre os indivíduos das diferentes raças, classe social e etnia, exerce uma influência profunda na sociedade brasileira, mascarando os conflitos raciais.

Para Emanuel Tadei (2002), a mestiçagem no Brasil não é algo natural, como apresentado por Gilberto Freyre, mas sim um dispositivo de poder utilizado como estratégia para responder as demandas de um determinado momento histórico.

De acordo com Mariana Panta e Nikolas Pallisser (2017, p.118), “ao se construírem histórias sobre nações evidencia-se a busca infundável por construir identidades culturais unificadas para representá-las”.

Baseado na teoria de Stuart Hall de que uma “identidade nacional” não pode ser única e exclusiva em decorrência das diferenças existentes numa mesma nação (...). Pressupõe que a “identidade nacional” seja uma estrutura de poder (Panta, Pallisser, 2017, p.118).

Na segunda metade do século XX, a eugenia brasileira era defendida por uma confederação de médicos sanitaristas, psicólogos, antropólogos, cientistas sociais, engenheiros, advogados e educadores. Essa nova comissão administrativa criou diferentes associações

(Sociedade Eugênica de São Paulo¹³, Liga Brasileira da Higiene Mental¹⁴, Liga Pró-Saneamento¹⁵), com o objetivo de organizar programas de políticas públicas e sociais que garantissem os ensinamentos da política eugênica, baseada não só nas ciências biológicas, mas também cultural e psicológica.

Segundo Boarini *apud* Sircilli (2008, p.35), "foi a época das grandes cruzadas em favor da higiene: higiene escolar, higiene social, puericultura, higiene mental, educação física e educação sanitária (...). A higienização, enfim, tornou-se um imperativo psíquico e moral".

As teorias higienistas foram base de todas as transformações políticas, econômicas e educacionais da sociedade brasileira. Por meio do movimento em prol da saúde e higiene pública, foram criadas políticas públicas que almejavam uma padronização e um processo de branqueamento social que seria expresso pelo comportamento e pelas condições sociais da população.

Nesse contexto, a educação passa a ser considerada o principal meio de transformação da sociedade brasileira, e profissionais da área da saúde passam a ocupar espaços de direção e de definição das políticas educacionais. Segundo o historiador Jerry Dávila (2006), o movimento em defesa da educação pública expandiu-se com base na concepção de que a “inferioridade” resultaria de heranças raciais ou culturais e poderia, portanto, ser minimizada.

As instituições de ensino tornaram-se espaços fundamentais na chamada batalha contra a “degeneração”, sendo transformadas por educadores em laboratórios eugênicos, nos quais passaram a ser testadas teorias sobre as crianças (Dávila, 2006, p. 56).

No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, Anísio Teixeira foi convidado pelo prefeito Pedro Ernesto para reformular o sistema educacional, a fim de expandir as escolas públicas para a periferia, transformando a escola normal em Instituto de Educação.

Criou também o Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), cujos departamentos de Ortofrenia e Higiene Mental e Antropometria, empregavam muitos dos principais intelectuais responsáveis pelos estudos raciais, mantendo as teorias e práticas antropológicas, médicas e psicológicas, fundamentadas na eugenia (Dávila, 2006).

¹³A Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 1918, representou o marco na institucionalização da eugenia no Brasil. Segundo o médico e eugenista Paulo Kehl, "a sociedade propunha estudar as leis da hereditariedade, concentrando-se em questões da evolução e descendência, tirando desses conhecimentos as bases aplicáveis à conservação e melhoria da espécie humana" (Kehl, 1923, p.165 *apud* Kobayashi; Faria; Costa, 2009, p.320).

¹⁴A Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada em 1923, por Gustavo Kohler Riedel, na cidade do Rio de Janeiro, objetivava aplicar intervenções em diversas áreas do saber e espaços sociais com o intuito de prevenir e tratar doenças nervosas e mentais. Suas atividades foram encerradas no ano de 1947, com o fim das publicações dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental.

¹⁵A Liga Pró-Saneamento, fundada em 1918, com o objetivo de atuar em prol do saneamento no Brasil, como caminho para a modernização e o desenvolvimento da nação. Extinta em 1920, após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública.

Ainda, segundo Dávila (2006, p. 211), “ao longo da reforma de Teixeira, o conceito nacionalista eugênico de saúde esteve solidamente consolidado à escola pública”.

O chamado “ensino tradicional”, que desde o final do século XIX vinha sendo alvo de críticas contundentes aos seus métodos de ensino e aprendizagem, também passa por transformações. Intelectuais passaram a buscar ideias inovadoras voltadas à renovação do sistema educacional brasileiro.

O novo ensino, conhecido como Escola Nova e formulado por educadores progressistas, difundia concepções consideradas, à época, democráticas. Segundo Lourenço Filho, *apud* Fabíola Sircilli (2008, p. 26), esse movimento buscava o desenvolvimento de capacidades e aptidões, a partir da compreensão das necessidades da infância, inspirando-se em conclusões de estudos biológicos e psicológicos e ampliando essa perspectiva para uma leitura das relações entre a escola e as demandas sociais.

Ainda de acordo com Lourenço Filho (2002), *apud* Silva (2018, p. 30), as decisões relativas aos métodos e processos educativos deveriam fundamentar-se em conhecimentos científicos positivos, estabelecidos por meio de procedimentos empiricamente verificáveis.

O movimento escolanovista brasileiro baseava-se não apenas nas teorias educacionais progressistas de John Dewey, mas também no fordismo e no taylorismo, compreendidos como instrumentos para a racionalização do ensino e da administração escolar, além da utilização dos testes de inteligência de Lewis Terman, que organizavam as crianças em grupos (Dávila, 2006, p. 209).

Dewey acredita na escola como meio de integrar o homem à sociedade, respeitando suas aptidões naturais, valorizando a lógica da criança para educá-la de modo espontâneo. Para o autor, a escola deve ser um espaço planejado para funções educativas reguladoras, que eliminem aspectos negativos do ambiente e estimulem a mudança do padrão mental do educando, por intermédio do conhecimento científico (Sircilli, 2008, p.27).

O projeto educacional “Escola Nova”, elaborada a partir do ideal liberal moderno, no início da segunda República, ganha maior destaque na década de 1930, com a publicação do documento “*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*”, redigido por Fernando de Azevedo no ano de 1932 e assinado por diferentes intelectuais brasileiros como: Anísio Teixeira e Lourenço Filho, além dos seus signatários.

Esse documento resultou na dissidência de dois grupos, os reformadores liderados pelos escolanovistas e os conservadores católicos. De acordo com Dávila (2006, p.252), para os pioneiros liberais, não havia lugar para a instrução religiosa nas instituições públicas laicas, já

para os conservadores católicos uma escola pública sem instrução religiosa não estava educando.

Segundo Lourenço Filho (*apud* Silva, 2018, p.43), a maior parte das Escolas Novas observa uma atitude religiosa não sectária, que acompanha a tolerância, em face dos diversos ideais, desde que encarne um esforço que vise o desenvolvimento espiritual do homem.

Para Luana Tamano (2018), o manifesto constituiu um documento multifacetado que contemplava diversas funções e interesses, abordando não apenas a educação, mas também aspectos relacionados à religião, cultura, relações de poder e funções estatais.

Podendo ser considerado um instrumento estratégico por meio do qual determinados grupos buscaram legitimar suas opiniões e consolidar seu reconhecimento em âmbito nacional, reivindicando para si a autoridade exclusiva sobre os rumos da educação brasileira e a responsabilidade de "salvar" o país (id, 2018).

O movimento escolanovista em seu aspecto político, "visava uma adaptação social, um ajustamento social, e não uma transformação social" (Santos, 2018 p.43).

Em suma, encerramos esta seção, destacando que, na sequência, será apresentada uma breve biografia do médico psiquiatra Arthur Ramos, com ênfase no seu percurso intelectual e profissional, para que seja possível compreendermos sua contribuição a esses diferentes movimentos ocorridos na década em questão.

2.1 Arthur Ramos e sua Trajetória Acadêmica e Profissional



Figura 1 - Arthur Ramos de Araújo Pereira

Fonte: Arquivo Arthur Ramos: Inventário Analítico

Arthur Ramos de Araújo Pereira foi médico psiquiatra, psicólogo social, etnólogo, folclorista e antropólogo brasileiro. Ao longo da sua vida atuou como criminologia, medicina legal, higiene mental, psiquiatria, antropologia, ciências sociais, psicologia e psicanálise.

A historiografia indica que, durante esse período, era comum que os profissionais, geralmente formados em medicina, engenharia ou direito, trabalhassem em diferentes campos do conhecimento sem possuírem formação específica em todas essas áreas.

Sua extensa produção bibliográfica contém mais de quinhentos trabalhos publicados entre livros, artigos de jornais, artigos em periódicos científicos, entre outros. Segundo Marilu Gusmão (1974), ele cresceu em um ambiente familiar muito estimulador, tendo contato desde a infância com bons jornais e livros, especialmente dentro da biblioteca do seu pai, o médico Manuel Ramos de Araújo Pereira¹⁶.

Nascido na cidade de Pilar, no estado de Alagoas, em 7 de julho de 1903, iniciou ainda na juventude seus primeiros escritos, aos quinze anos publicou seu primeiro artigo no semanário “O Pilar”, aos dezesseis anos iniciou suas atividades didáticas dando aulas de português para o ensino primário, no Colégio São João, onde estudava.

Em relatos de colegas da faculdade e companheiros de república estudantil, Ramos é apresentado como uma pessoa extremamente organizada e comprometida com os estudos, que estava sempre acompanhado de livros e bem-informado sobre as notícias de política e sociedade. Apenas aos finais de semana tinha seus momentos de lazer (Gusmão, 1974).

Durante seu processo de formação no curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, continuou a contribuir com os jornais das cidades de Maceió e de Pilar, escrevendo sobre diferentes assuntos e, também, para o “Diário da Bahia” e a “Revista Acadêmica”, a qual ajudou a fundar. Seus primeiros trabalhos sobre Etnologia, intitulados: “*O culto da lua*” e “*Tradições Afro-Brasileiras*”, foram publicados em 1922; “*Folclore e Sociologia*” em 1923, no jornal de Alagoas. Tendo sido considerado pelo antropólogo e folclorista Théo Brandão (1907-1981) como um dos maiores folcloristas do Brasil, antes mesmo de ser um psicanalista especializado.

Sua tese intitulada “*Primitivo e Loucura*” tinha como objetivo “a analogia entre o homem primitivo e o alienado”, recebeu muitos comentários positivos de Paul Eugen Bleuler e Lucien Lévy Bruhl, Sigmund Freud, com quem mantinha contato por correspondências.

Segundo Arthur Ramos, seu texto trata-se de “uma tentativa de aplicação dos métodos da psicanálise aos fatos clínicos da psiquiatria” (Prefácio, 1926).

¹⁶ Manuel Ramos de Araújo Pereira passou a exercer a medicina para o sustento de sua família após sua fábrica de rendas e bordados da cidade de Pilar (Alagoas) falir em consequência da Primeira Guerra, já que a matéria prima era importada da Europa, ocasionando a falta de materiais para o fabrico das rendas.

De acordo com Santos (2018, p. 77), na concepção do médico psiquiatra, “o ser humano tinha, dentro de si, um homem primitivo que, em algum momento, poderia manifestar comportamentos de ‘selvageria’”.

No ano de 1927, foi nomeado médico psiquiatra assistente do Hospital S. João de Deus na Bahia. Em 1928, tornou-se médico legista do Serviço Médico do Estado da Bahia - Instituto Nina Rodrigues. E segundo secretário da Sociedade de Medicina Legal, Criminologia e Psiquiatra da Bahia.

Durante esse tempo como médico em Salvador, Ramos realizou pesquisas que o levaram a redigir sua tese de livre-docência denominada: “*A Sordicie nos alienados-Ensaio de uma psicopatologia da imundície*”. Também teve seu primeiro contato com as questões da cultura negra, por meio de estudos do médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues, repensando conceitos referentes à mestiçagem no Brasil e aplicando os conceitos da psicanálise.

Baseando-se nas teorias de Nina Rodrigues que associavam a desigualdade racial à suposta inferioridade do negro e a degeneração do mestiço, Arthur Ramos adotou uma postura crítica em relação a percepção de desigualdade de origem racial biologizante.

Para Ramos (1940), o conjunto dos estudos de Nina Rodrigues constitui um ponto de partida fundamental para qualquer investigação voltada à etnografia religiosa da população negra, especialmente no que diz respeito a uma análise evolutiva das transformações das religiões consideradas inferiores em contato com as adiantadas.

Todavia, o médico psiquiatra destaca que o referencial metodológico adotado por Rodrigues demonstra-se insuficiente para responder às preocupações do período, tornando necessária a reinterpretação analítica dos seus dados de pesquisa à luz de abordagens teóricas atualizadas, a exemplo, os estudos de Lévy-Bruhl que “trouxe novas e surpreendentes interpretações ao conhecimento da psique-primitiva, principalmente das suas manifestações religiosas” (Ramos, 1940, p.25).

O seu primeiro livro sobre o assunto, intitulado “*O negro brasileiro: Etnografia Religiosa*” publicado em 1934, aborda os conhecimentos de psicanálise juntamente com a documentação etnográfica de Nina Rodrigues. Sendo também resultado de seu estudo sobre a população residente na periferia do Rio de Janeiro.

“Este estudo não deixa de ter um largo alcance higiênico e educacional. Evidentemente nada teremos realizado em matéria de educação se, preliminarmente, não procurarmos conhecer a própria estrutura dinâmica emocional da nossa vida coletiva” (Ramos, 1940, p. 27).

Ainda segundo Ramos (1940), a autoria do livro não corresponde somente a ele, mas também a muitos colaboradores das diferentes partes do Brasil que se dedicavam a estudar a cultura da população negra.

“Renovo aqui os meus agradecimentos a todas aquelas pessoas, colaboradores, amigos que me têm ajudado nesta obra de reivindicação científica e humana do negro no Brasil, no esforço para contar a sua verdadeira história étnica e cultural, em terras do Novo Mundo” (Ramos, 1940, p. 09).

Em 1934, Arthur Ramos mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde, a convite de Anísio Teixeira, assumiu o cargo de direção do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental. Dois anos depois, em 1936, assumiu as aulas de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal.

Ramos durante seu trabalho no SOHM muito produziu sobre a criança, a infância e a educação brasileira. Foi considerado um dos poucos intelectuais a retirar seus estudos da teoria e colocá-los em prática.

Anísio Teixeira, em carta a Ramos (1939), declara suas expectativas aos resultados promissores do seu trabalho desenvolvido na SOHM que apresentou significativas contribuições ao processo de ensino e aprendizagem.

Entre tantas coisas que ensaiamos no Departamento de Educação, o seu serviço e o de Miss Williams pareceram-me sempre os mais profundos, aqueles que mudaram um pouco a própria qualidade do processo educativo. Tudo mais era acréscimo, retificação, ajuste destinado a um melhoramento de eficiência no que se vinha sempre fazendo. A seção de ortofrenia e higiene mental era uma mudança de plano. Era um ensaio de educação moral científica. Era, francamente, uma aventura para o dia de amanhã. Em nenhum outro serviço, afirmamos, mais vigorosamente a nossa confiança na ciência (Teixeira *apud* Garcia, 2010, p.82).

Arthur Ramos e Anísio Teixeira durante o início da década de 1930 trabalharam em parceria colocando em prática um projeto educacional que tinha como objetivo central, estudar as crianças escolarizadas, viabilizando o tratamento para aquelas que apresentassem dificuldades de aprendizagem.

A partir do desenvolvimento desse projeto, Arthur Ramos apresenta sua concepção de “criança problema” e as causas das dificuldades de aprendizagem, fundamentadas em análises conjuntas de laudos médicos relativos à criança, à família e à escola.

Segundo Arthur Ramos (1949), seu estudo revela que 90% das crianças descritas como “anormais” pelos seus educadores, eram na verdade, denominada por ele “crianças problema”, expressão utilizada para classificar as crianças que apresentavam diferentes problemas sociais

e familiares que refletiam nos seus inúmeros “desajustamentos” no ambiente escolar. Em especial, as “crianças mimadas ou escorraçadas”, eram as que mais apresentavam problemas de comportamento ou dificuldade no seu processo de aprendizagem.

As contribuições desse projeto para área da psicanálise e da educação estão registradas em seu livro “*A Criança Problema: a higiene mental na escola primária*” (1939). Para Fabíola Sircilli (2008), nesse livro o médico psiquiatra, faz um esboço do movimento de higiene mental desenvolvido no Brasil e no mundo.

Segundo Jerry Dávila (2006, p.73), “Arthur Ramos utilizou o sistema escolar do Rio de Janeiro para seus estudos de caso sobre aspectos culturais do aperfeiçoamento da raça, refletindo a elasticidade dos limites disciplinares no contexto da eugenia”.

De acordo com Tamano (2011), Ramos tinha a preocupação de ampliar o conhecimento científico nacional e, por isso, participação de diferentes entidades científicas.

Em 1946, assumiu a cátedra de Antropologia, vindo a ser consagrado como o “pai da antropologia brasileira”. Foi responsável por importantes esforços de institucionalização da antropologia como ciência autônoma no Brasil e, durante sua atuação como professor titular de antropologia na Faculdade Nacional de Filosofia, fundou e presidiu a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE), criada em 1941.

A SBAE foi a primeira organização de antropólogos do Brasil, dedicada ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e intercâmbios entre as ciências sociais, com o objetivo de consolidar uma antropologia brasileira científica inserida no contexto internacional. Ramos empenhou-se ativamente para estabelecer contato com diferentes departamentos, sociedades e institutos internacionais na tentativa de manter uma interlocução de estudos com sociedades nacionais e internacionais.

A Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia encerrou suas atividades em 1949.

O período de 1939 a 1949 corresponde à formação e à consolidação das ciências sociais e, em especial, da antropologia no Rio de Janeiro, enquanto disciplina integrante do currículo oficial do ensino superior brasileiro. O alcance e o reconhecimento nacional e internacional do trabalho de Arthur Ramos devem-se, sobretudo, à promoção de diversas conferências, que contaram com a participação e a articulação de intelectuais nacionais de diferentes áreas do conhecimento, bem como à sua atuação na redação e assinatura de importantes manifestos de combate ao racismo, no âmbito do projeto da Unesco.

Durante o início dos anos de 1940, Arthur Ramos esteve nos Estados Unidos ministrando cursos sobre raças e culturas no Brasil, na Universidade de Louisiana. Segundo Tamano

(2011), após seu retorno dedicou-se a reescrever algumas de suas obras aproximando-se mais do pensamento antropológico cultural de Franz Boas.

Muitos foram seus trabalhos desenvolvidos na área de antropologia relacionados ao estudo da população negra que, segundo o médico psiquiatra, "o movimento de interesse nos estudos sobre o negro brasileiro, revela um estado de espírito inédito, de protesto e reivindicação" (Ramos, 1935, p.05).

Para Arthur Ramos, o estudo da população negra era fundamental para a análise e compreensão dos desafios do processo de transição do tradicional para a modernização, a partir desta perspectiva, era possível definir uma identidade nacional (Maio, 1999).

Embora tenha contribuído para a construção dos estudos sobre mestiçagem brasileira a partir de um viés culturalista, Arthur Ramos e Gilberto Freyre apresentavam incompatibilidade com o modo de pensar a temática.

Para Ramos, os ensaios de conjunto etnográfico, sociológico ou afins "comprometem a valorização científica dos estudos sobre o negro brasileiro (...). O Brasil ainda não possui estabilidade sociológica que nos permita uma visão definitiva do conjunto sobre nós, como povo" (1935, p. 07).

Em uma entrevista ao jornal Diário de notícias intitulada "*Mestre Arthur Ramos*", Gilberto Freyre destaca o fato de Ramos ser um apaixonado pela psicanálise e um pouco intolerante a opiniões diferentes, por isso, não aceitou muito bem sua crítica aos seus trabalhos, considerado por Freyre excessivamente sobrecarregado de análise psicanalítica.

Arthur Ramos no prefácio do livro "*O Folclore Negro do Brasil: Demopsicologia e Psicanálise*" faz a seguinte ressalva:

este livro não é estudado como material pitoresco, para recreio de espíritos curiosos. Não se trata de uma história amena de curiosidades domésticas e sociais da vida do negro nas plantações, nos engenhos, nas minas, nos trabalhos da cidade. É um método de exploração científica do seu inconsciente coletivo (Ramos, 1935, p. 10).

Será essa uma resposta direcionada às críticas feitas por Gilberto Freyre aos seus trabalhos? Segundo Tamano (2011), os desentendimentos desses intelectuais resultaram em uma série de provocações mútuas, manifestadas por meio de livros e artigos publicados.

Arthur Ramos apresenta ainda uma indignação ao fato do desconhecimento quase absoluto da história da população negra brasileira, ocasionada pela destruição dos documentos históricos do período escravocrata, determinada pelo Ministério da Fazenda. Afirmando que:

o treze de Maio que foi a data oficial da libertação dos negros escravos, aí marcou a data do seu desconhecimento. Essa inversão de sentido transformou uma escravidão de direito numa escravidão de fato. A cegueira é uma modalidade de escravidão. A cegueira, a ignorância e a inferioridade, daí resultante. Psicologicamente o treze de Maio de 1891 exprime o "não querer" ver o assunto, a cegueira: "scotomizante" para uma tarefa incômoda. Mas, "incomoda" para os negros? Não. Incômoda para os "brancos" os falsos cientistas que quiseram apagar no papel as "manchas" negras que chamaram sobre nós o anátema de Bryce (Ramos,1935, p.06).

Tal afirmação de Ramos é construída para justificar também sua crítica aos cientistas da época que fundamentavam suas teorias no "branqueamento arianizante". "Como se isso pudesse mudar a face dos nossos destinos" (Ramos, 1935, p.06).

Segue destacando que essa falta de documentação e desconhecimento de dados foi o responsável pela "ignorância brasileira dos problemas do negro" (id, p.06). E que o único trabalho com credibilidade são os estudos de Nina Rodrigues que precisam indispensavelmente ser o ponto de partida para os estudos de sistematização sobre o assunto.

Considerando também seus estudos como sendo o único método científico que forneceu elementos parciais ao conhecimento futuro sobre a população negra no Brasil. "Será a teoria antes dos fatos" (id, p.06).

Arthur Ramos faleceu aos quarenta e seis anos em Paris, no dia 20 de outubro de 1949, momento em que dirigia o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, ao lado de Bertrand Russel, Jean Piaget, Maria Montessori e Julien Huxley, e esboçava um projeto de trabalho que tinha como propósito estudar as relações entre raças, a fim de desencadear uma campanha contra o preconceito racial, que veio a ser aplicada na década de 1950.

Para Luana Tamano (2011), após o falecimento de Ramos, seu trabalho e suas produções foram silenciados. "Alguns elementos foram responsáveis por esse silenciamento, como sua atuação política, suas afiliações teóricas e as mudanças nas correntes das ciências sociais após 1950" (id, p.13).

Capítulo 3 - Da Psicanálise Freudiana a Psicanálise Brasileira: A Construção do Campo Científico e o Projeto de Modernidade no Brasil

Neste capítulo, apresentamos uma contextualização histórica do surgimento da psicanálise enquanto campo científico, com ênfase em seu processo de consolidação e institucionalização nos espaços acadêmicos e clínicos ao longo do início do século XX.

Partimos das concepções formuladas por Sigmund Freud, inicialmente voltadas para o tratamento terapêutico de distúrbios psíquicos por meio do estudo do inconsciente, buscando compreender como esses conceitos foram apropriados e reinterpretados em diferentes contextos, especificamente, no brasileiro. Sendo incorporado aos discursos médicos higienistas, psiquiátricos, jurídicos, educacionais e científicos que os utilizaram como instrumento de ajustamento social, moral e racial durante a projeção de uma sociedade moderna e civilizada.

Nesse sentido, a reconstrução histórica, se torna um método fundamental para compreendermos como os conceitos científicos foram criados, apropriados e, muitas vezes, recriados ao longo do tempo e de acordo com o contexto social, político e dos interesses científicos de determinado período.

De acordo com Menezes (2002), as ideias psicanalíticas, produzidas na Europa, foram introduzidas em um contexto social e cultural distinto no Brasil, ou seja, sua difusão não ocorreu em um vazio cultural. Por isso, torna-se essencial identificar o contexto cultural específico no qual os intelectuais estavam inseridos, a fim de compreender o que significou a difusão da psicanálise nos diferentes países.

Nesse cenário, interessa-nos especialmente compreender o campo teórico no qual o médico psiquiatra Arthur Ramos se insere e estabelece diálogo em suas pesquisas, bem como quais teorias e abordagens estavam sendo desenvolvidas em paralelo às suas.

3.1 O Surgimento e a Consolidação da Psicanálise

A psicanálise, enquanto campo de estudo, teve sua origem com o médico neurologista Sigmund Freud. No entanto, ao longo da história suas interpretações e reinterpretações foram se modificando à medida que seus discípulos passaram a apresentar novas perspectivas sobre os conceitos já fundamentados, dando origem à chamada "Nova Escola Psicanalítica".

Inicialmente (1890) as ideias psicanalíticas freudianas estavam ligadas estritamente às concepções biológicas da teoria evolucionista de Charles Darwin, podendo ser considerada uma

continuidade dos estudos psiquiátricos do século XIX, que até o momento não compreendiam por completo os problemas da mente e não ofereciam técnicas muito eficazes para o tratamento dos doentes. Após meados do início do século XX, Freud realiza a sistematização do que podemos considerar de a "Psicanálise Freudiana" relacionando-a com o campo da psicologia.

Os estudos de Sigmund Freud começaram a partir de suas experiências como médico neurologista em busca de tratamentos para pacientes com histeria¹⁷, pois antes do surgimento dos seus métodos psicanalíticos, as duas únicas opções de tratamentos eram a eletroterapia¹⁸ e a hipnose.

Durante seu estágio na França, especializou-se no hipnotismo, sob a orientação de Hippolyte Bernheim, na época, renomado médico clínico-geral e pesquisador da técnica. As experiências resultantes dos estudos desse período foram sistematizadas e publicadas na coletânea "Estudos sobre a Histeria" (1895).

Após diversas observações sobre os efeitos do método hipnótico em pacientes que apresentavam paralisia e confusão mental, Freud passou a questionar sua eficácia. E, a partir dessas reflexões, dedicou-se à reformulação de suas abordagens, chegando à conclusão de que a solução para os distúrbios estava profundamente ligada à psicologia, ou seja, "a chave para a neurologia era a psicologia" (Fine, 1981, p.16).

A partir do tratamento ocidental de uma jovem histérica, em 1880, a psicanálise veio a transformar-se numa profunda teoria de psicoterapia, um abrangente sistema de psicologia, uma filosofia de vida e, em todos os campos, uma das principais forças intelectuais do século XX (Fine, 1981, p.16).

Assim, a teoria desenvolvida por Sigmund Freud pode ser dividida em dois momentos fundamentais. O primeiro, de caráter pré-analítico, correspondente aos estudos sobre a histeria, nos quais inicia a descoberta dos mecanismos do inconsciente (1895 - 1899). O segundo momento marca a consolidação da psicanálise propriamente dita, com a formulação de suas principais teorias, especialmente a partir da interpretação dos sonhos (autoanálise), que se tornou o pilar da psicanálise freudiana (1900).

¹⁷ No campo da psicanálise, especialmente a partir dos estudos inaugurais de Sigmund Freud, a histeria deixa de ser compreendida como uma patologia exclusivamente orgânica ou associada à feminilidade, concepção predominante na medicina do século XIX, e passa a ser interpretada como uma manifestação psíquica vinculada a conflitos inconscientes. Em *Estudos sobre a histeria* (1895), Freud, em coautoria com Josef Breuer, demonstra que os sintomas histéricos estão relacionados a experiências traumáticas reprimidas, frequentemente de ordem afetiva ou sexual, que encontram expressão simbólica no corpo, inaugurando um deslocamento epistemológico ao evidenciar a centralidade do inconsciente na produção do sintoma (FREUD; BREUER, 1895).

¹⁸ A eletroterapia era diferente do choque elétrico, mais tarde introduzido por Cerletti, consistia numa série de choques farádicos, suficientemente forte para assustar o paciente, mas não ao ponto de causar um sério transtorno ou convulsões (Fine, 1981, p. 16).

A partir de sua autoanálise e suas memórias de infância, Freud escreveu diferentes fundamentos teóricos denominados: o inconsciente; o complexo de Édipo, a psicossocial, a sexualidade infantil, interpretação dos sonhos, a associação livre, a transferência e a resistência.

De acordo com Fine, “a técnica da autoanálise de Freud é a matriz a partir da qual desenvolveu-se toda a ciência. (...), a base da psicanálise. Aqui ele deixou as grandes lacunas que ele mesmo e outros pesquisadores no campo preencheram mais tarde” (Fine, 1981, p.28).

“Podemos distinguir vários momentos ao longo da obra freudiana em que o psicanalista reafirmou e renovou suas teses, resgatando a construção do movimento psicanalítico com o ensejo de situar o mesmo no debate intelectual corrente” (Torquato, 2014, p.48).

A Sociedade Psicanalítica de Viena, fundada por Sigmund Freud em 1902, teve início com a participação de quatro médicos (Alfred Adler, Wilhelm Stekel, Max Kahane e Rudolf Reitler) que utilizavam em seus atendimentos o tratamento da psicoterapia psicanalítica conforme descrita por Freud na época. A participação nas reuniões da sociedade era voluntária e não se restringia exclusivamente a psicoterapeutas. No entanto, registros indicam que esse espaço serviu como a primeira formação para muitos admiradores do método psicanalítico, alguns dos quais se tornaram, posteriormente, pensadores e divulgadores renomados do movimento psicanalítico.

Essas reuniões nunca tiveram grande audiência, tendo o movimento psicanalítico ganhado força a partir de 1909 quando Freud foi convidado por Stanley Hall, então reitor da Clark University, a ministrar suas primeiras conferências públicas sobre suas teorias psicanalíticas. Ao lado de seus colegas também médicos (Sándor Ferenczi, Jung, Abraham Brill e Ernest Jones) Freud introduziu suas teorias na América do Norte, expandindo o alcance da psicanálise para além do continente europeu, onde suas ideias ainda enfrentavam resistência e indiferença.

Dessa forma, a psicanálise consolidou-se como um campo de pensamento diversificado, no qual a teoria freudiana, embora fundamental, foi frequentemente revisitada e questionada, sendo considerada por diferentes psicanalistas como uma teoria baseada em dados de observações incompletas e insuficientes.

Reuben Fine (1981), na obra “*A História da Psicanálise*” defende ser um grande erro definirem a psicanálise como uma escola com diferentes técnicas e teorias, pois essa prática deriva de uma imaginação partidária que dificultou a compreensão e o avanço das pesquisas psicanalíticas como campo científico.

Na sua historiografia, a psicanálise como campo de estudo ou disciplina científica é definida por diferentes intelectuais como um conjunto de hipóteses a respeito do desenvolvimento da mente humana, que pode ser utilizada como ferramenta a ser aplicada na

psiquiatria, psicologia, sociologia, biologia, antropologia, economia, literatura, entre outras áreas científicas.

Para Reuben Fine (1981, p.17), “é o estudo da humanidade e do que a humanidade poderá se tornar, apresentando-se como um conceito estrutural que se utiliza de métodos de observações psicológicas e, por isso, precisa ser analisada como abordagem sistêmica da psicologia e não uma ciência separada”.

No entanto, nesse período a psicologia como campo científico também está em consolidação, tendo suas primeiras vertentes a partir de métodos da fisiologia experimental. Sendo assim, tanto a psicologia experimental quanto a psicanálise desenvolveram-se ao mesmo tempo e em linhas de pensamentos diferentes.

3.1.2 A Psicanálise para além das Teorias Freudianas

Com a institucionalização da Sociedade Psicanalítica de Viena e a difusão de suas conferências para além do contexto europeu, a teoria psicanalítica passou a se consolidar em meio a intensas tensões entre seus principais representantes, resultando no surgimento de diferentes interpretações da psicanálise para além de Freud.

No ano de 1910 foi fundada a primeira Associação Psicanalítica Internacional, a qual Freud nomeou Carl Gustav Jung presidente, alargando as discussões psicanalíticas para o mundo todo. As metas iniciais da associação eram promover e apoiar a psicanálise como disciplina central da psicologia e aplicação terapêutica na medicina e nas ciências sociais (Fine, 1981).

Nesse período, o médico Alfred Adler foi nomeado por Freud como presidente da Sociedade Psicanalítica de Viena. No ano seguinte, novas associações começaram a surgir com distintas orientações teóricas. Em 1911, Abraham Brill fundou a Sociedade de Nova Iorque, enquanto Ernest Jones¹⁹ Organizou a Sociedade Americana em Toronto, em oposição às concepções defendidas por Adler.

Em 1911, Alfred Adler renunciou à sua participação no grupo de Freud após apresentar novas teorias relacionadas à psicologia do ego, criando a fundação da Sociedade de Psicologia Individual.

¹⁹O primeiro a compreender que a incorporação da psicanálise à psiquiatria americana tinha na realidade criado uma profissão inteiramente nova (Fine, 1981, p.77).

No livro *“Educação e Psychanalyse”*, Arthur Ramos ressalta ser necessário considerar a importância da teoria de Adler para a disseminação da psicanálise articulada à educação, pois “a psicologia individual tem fornecido à pedagogia um auxílio de valor” (1934, p.24).

O médico psiquiatra compreende a psicanálise individual como uma moderna psicologia social, capaz de identificar a posição que adquire um indivíduo frente aos problemas da vida, relacionado ao social. Assim, “a importância da psicologia individual para a pedagogia, está em sua capacidade de corrigir as falhas da educação familiar e escolar, estudando a criança considera difícil” (Ramos, 1934, p.26).

Destaca também que, embora a teoria de Adler seja consistente em muitos pontos, revela-se insuficiente e unilateral em outros, por exemplo:

a noção de finalidade não é suficiente para explicar as manifestações da vida psíquica. Adler propunha, ao lado de uma investigação horizontal do psiquismo, uma investigação vertical ao comparar os sintomas atuais com as particularidades do passado infantil (Ramos, 19, p. 69).

Após dois anos do rompimento de Adler, em 1913, Carl Jung também rompeu com Freud ao desenvolver um novo conjunto de conceitos psicanalíticos, originando a chamada psicologia analítica e a escola jungiana. Posteriormente, em 1948, foi fundado o Instituto C. G. Jung, em Zurique, que passou a oferecer um programa de treinamento em psicanálise jungiana com duração de três anos.

No período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve um crescente interesse pelos estudos psicanalíticos em nível internacional, como auxílio à compreensão das tensões neuróticas resultantes da guerra.

A historiografia da psicanálise e sua difusão foram fortemente influenciadas pelos interesses políticos da época, um período caracterizado pelo surgimento de diversas sociedades psicanalíticas e pelo aumento significativo do número de estudantes dedicados a essa área.

Em 1920, Max Eitingon fundou o Instituto Psicanalítico de Berlim, que introduziu um modelo de treinamento que posteriormente se tornou referência para diversos institutos formativos. Seu sistema de ensino e treinamento baseava-se em três pilares: análise pessoal, instrução didática e análise de controle.

No período de 1925 a 1933, foi criada a expressão “Movimento Psicanalítico” “referindo-se à esperança de que a psicanálise, através de seus esforços terapêuticos e educacionais, poderia fazer uma significativa contribuição ao bem-estar do mundo” (Fine, 1981, p.77). Assim, o pensamento psicanalítico passa a ser expandido em diferentes vertentes.

Durante esse período, o analista alemão Heinrich Meng publica suas ideias sobre higiene mental a partir dos fundamentos psicanalíticos (1924). Juntamente com outros analistas, funda o *Journal of Psychoanalytic Education*, que visava influenciar a psicologia e a educação. Fundou também o Instituto de Psicanálise na Universidade de Frankfurt.

No mesmo ano (1924), Ernest Jones realiza uma conferência no Instituto Antropológico de Londres, destacando a possibilidade de aplicação da psicanálise à antropologia. Um dos pioneiros nessa perspectiva é Abraham Kardiner que, em 1933, organizou um seminário na Sociedade Psicanalítica de Nova Iorque sobre os escritos sociológicos de Freud, sendo o primeiro a apresentar uma vasta ligação entre psicanálise e antropologia em termos de psicologia do ego.

Segundo Fine (1981), diversos intelectuais expandiram o trabalho de Freud em múltiplas direções, incluindo a psicanálise infantil, estudos com psicóticos, indivíduos considerados normais, pessoas com distúrbios psicossomáticos, investigações em outras culturas, além de tratamentos direcionados a delinquentes, criminosos e dependentes de drogas, entre outros.

Dessa forma, a psicanálise tornou-se um instrumento fundamental para justificar, teorizar e aplicar tratamentos terapêuticos voltadas a tudo aquilo que era visto como fora dos padrões idealizados pela elite intelectual formada naquele período.

Por fim, a historiografia da psicanálise pode ser dividida em três marcos principais: desde sua criação até o início da Primeira Guerra Mundial ("durante a guerra toda a atividade psicanalítica organizada foi suspensa" (Fine, 1981, p.69), período em que o campo foi inteiramente dominado por Freud. Já no período entre as duas guerras mundiais, começam a surgir diferentes intelectuais que ampliaram as teorias de Freud, enquanto outros apresentam ideias divergentes e até mesmo conflituosas. E, a partir do pós Segunda Guerra Mundial, momento em que as teorias passam a ser dialogadas dentro das sociedades e das consolidações teóricas do campo científico (Fine, 1981).

3.1.3 A Chegada e a Institucionalização da Psicanálise no Brasil

No Brasil, a inserção das ideias psicanalíticas consolidou-se a partir do final do século XIX, quando o médico psiquiatra Juliano Moreira²⁰, então titular da Cátedra de Psiquiatria da

²⁰ Homem negro, filho de Galdina Joaquina do Amaral, que trabalhava na residência do Barão de Itapuã, o médico e professor da Faculdade de medicina Luís Adriano A. de Lima Gordilho. Foi criado pela mãe, e reconhecido posteriormente pelo pai, o português Manoel do Carmo Moreira Junior, um funcionário público que atuava com

Faculdade de Medicina da Bahia, que passou a mencionar as teorias de Sigmund Freud em suas aulas.

Conhecido como pioneiro nesse campo, Moreira foi também o único profissional de sua época a aplicar conceitos psicanalíticos como ferramenta terapêutica no tratamento de pacientes psicóticos, especialmente durante sua gestão como diretor do Hospício Nacional de Alienados²¹ do Rio de Janeiro.

Segundo Abrão (2008), a partir desse marco inicial, diversos intelectuais das áreas da psicologia, psiquiatria, pediatria e pedagogia passaram a se apropriar dos métodos psicanalíticos, não apenas como técnica clínica voltada ao tratamento de pacientes neuróticos, mas como um repertório teórico passível de aplicação em múltiplas esferas da vida cultural e científica.

A psicanálise, assim, ganhou destaque nas conferências organizadas por sociedades médicas e educacionais, além de se tornar tema recorrente em teses acadêmicas produzidas nas faculdades de medicina.

Como já discutido anteriormente, o processo de modernização no Brasil foi atravessado por profundas desigualdades sociais e raciais, agravadas por condições sanitárias precárias, crescimento urbano acelerado, aumento populacional e ausência de planejamento de infraestrutura.

Nesse cenário, a partir da década de 1920, as ideias psicanalíticas passaram a ser incorporadas aos discursos higienistas formulados por médicos psiquiatras, ocupando lugar central na construção de um projeto civilizatório e educativo.

inspeção de iluminação.oi uma das principais referências na constituição da psiquiatria moderna no Brasil, destacando-se por sua crítica ao determinismo racial e biológico então dominante. Atuando na direção do Hospício Nacional de Alienados, defendeu uma compreensão das doenças mentais associada a fatores sociais, culturais e ambientais, posicionando-se contra interpretações que vinculavam loucura, criminalidade e degeneração à raça. Sua produção contribuiu para deslocar a psiquiatria brasileira de pressupostos eugenistas e racialistas, aproximando-a de perspectivas mais humanizadas e científicas. Nas últimas décadas, sua obra vem sendo amplamente resgatada por pesquisadores das áreas de história da ciência, saúde mental, relações étnico-raciais e estudos decoloniais, que reconhecem em Juliano Moreira um intelectual fundamental para a crítica ao racismo científico e para a compreensão das tensões entre ciência, política e raça no Brasil republicano.

²¹ Durante sua gestão como diretor foi responsável em modificar o modelo de atendimento, com enfoque mais humanizado. Das medidas aplicadas estava a remoção das grades das janelas dos quartos; retirada dos coletes e camisas de força e algemas; implementações de músicas nos corredores dos hospitais; separação de adultos e crianças (criação da enfermaria infantil); Extensão e assistência em saúde mental e aos familiares dos internados; criação e laboratórios dentro dos hospitais; criação de oficinas e trabalho para os pacientes.

“Implantou oficinas artísticas antecipando-se à, posteriormente criada, terapia ocupacional. Apresentou ao físico Albert Einstein, em visita ao Brasil em 1925, as oficinas terapêuticas para os alienados.

Informações retiradas de: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-01-06/juliano-moreira-o-psiQUIATRA-negro-que-revolucionou-o-tratamento-das-doencas-mentais-no-brasil.html>. Acesso em: 20.03.2025.

Esse projeto visava não apenas o tratamento e a prevenção das condições da saúde física, mas também moral e mental da população. Nele, os cientistas buscavam redefinir a identidade nacional a partir de um ideal de regeneração e civilização da população brasileira.

A psicanálise passou, então, a ser incorporada como ferramenta estratégica nesse processo de construção. Segundo Rafael Castro (2014, p.07), “as expectativas desses psiquiatras na apropriação da psicanálise estavam marcadas pela possibilidade que esta oferecia para compreender a sociedade brasileira sob um novo viés interpretativo, oferecendo uma nova resposta para a questão sobre qual seria a identidade nacional”.

Dentro do universo da medicina psiquiátrica, a psicanálise passou a se configurar como uma possibilidade de responder às limitações teóricas da disciplina, sobretudo diante da complexidade dos “distúrbios de personalidades”. Auxiliando a identificar e compreender os comportamentos tidos como inadequados na população para estabelecer procedimentos de intervenção.

Assim, durante o processo de modernização e definição da identidade nacional, acreditava-se que esses indivíduos poderiam ser reeducados, civilizados e alinhados ao padrão civilizatório almejado, “um ego civilizado aparecia como possibilidade de domesticação de um “id primitivo²²” (Castro, 2014, p.55).

As ideias psicanalíticas circulavam inicialmente a partir dos discursos dos intelectuais do estado de São Paulo (Franco da Rocha e Durval Marcondes), Rio de Janeiro (Juliano Moreira, Júlio Pires Porto-Carrero, Antônio Austregésilo, Medeiros e Albuquerque, Henrique Roxo, Deodato de Moraes, Carneiro Ayrosa,) Bahia (Juliano Moreira, Arthur Ramos) embora com recepções distintas em cada estado.

Em São Paulo, as ideias psicanalíticas surgem como um movimento restrito, enfrentando fortes resistências e críticas; já no estado do Rio Janeiro²³ sua circulação ocorreu de maneira

²² “Id primitivo” brasileiro (ligado às paixões, aos impulsos, aos excessos, aos comportamentos desviantes) para que se transformasse num “ego civilizado”, para enfim se encontrar a identidade nacional.

O primitivo, na ótica dos psiquiatras-psicanalistas, passava a ser compreendido como uma representação de um estágio inicial do próprio desenvolvimento da civilização nacional. Por isso, muitas vezes, eles atrelavam a questão do primitivismo dos brasileiros às manifestações comportamentais brutas, sem controle e/ou condução, que impediam que o processo civilizatório se instalasse e seguisse seu curso. Diante dessa constatação construímos a categoria “id primitivo”, enquadrando o psicodiagnóstico dos psiquiatras-psicanalistas que buscava igualar o brasileiro ao “id” freudiano, onde seus comportamentos desviantes (principalmente sexuais) estariam ligados às manifestações simples e diretas de seu id primitivo “(sendo consideradas anormais”, pois desviariam de um comportamento normal civilizado) (Castro, 2014, p. 01).

²³ A circulação das ideias psicanalíticas no Rio de Janeiro esteve fortemente associada ao campo psiquiátrico e ao ambiente hospitalar, especialmente a partir da atuação de Nise da Silveira. Em oposição às práticas manicomiais violentas e aos tratamentos de cunho biologizante, Nise incorporou referenciais da psicanálise, em diálogo com a psicologia analítica de Carl Gustav Jung para a compreensão da subjetividade dos pacientes psiquiátricos. Sua atuação no Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II e a criação do Setor de Terapêutica Ocupacional contribuíram para a introdução de práticas clínicas que valorizavam a expressão simbólica, a escuta e a dimensão subjetiva do

mais intensa dentro dos hospitais psiquiátricos e nas sociedades específicas do campo psiquiátrico.

A partir do início da década de vinte, diferentes pesquisas científicas foram sendo elaboradas, os médicos passaram a fazer menções aos conceitos freudianos através de suas teses a serem defendidas nos cursos de medicina.

Posteriormente, começaram a surgir pesquisas com foco nos trabalhos que incorporaram as ideias freudianas em suas teorias, como o do médico psiquiatra Júlio Pires Porto-Carrero, o primeiro historiador da psicanálise no Brasil. Em sua tese descreveu brevemente a história da psicanálise na Europa até sua introdução no contexto brasileiro, destacando os caminhos percorridos pelos seus antecessores, como também se posicionou como um dos seus principais divulgadores e intérpretes.

“O primeiro período em que se fez história sobre a entrada da psicanálise no Rio de Janeiro, privilegiando a exposição cronológica e factual dos acontecimentos, foi realizada pelos próprios autores/leitores inicialmente interessados em tal teoria (ainda nas décadas de 1920 e 1930) (...)” (Castro, 2014, p.19).

Outro marco significativo para a disseminação das ideias psicanalíticas, foi a tradução das obras de Sigmund Freud para a língua portuguesa. O médico Durval Marcondes foi um dos responsáveis pelas primeiras traduções.

Discípulo de Franco da Rocha, Marcondes destacou-se no processo de institucionalização da psicanálise, defendendo a criação da cátedra de Psicologia e Psicanálise nos cursos de medicina. Acreditava que as teorias psicanalíticas beneficiaram o trabalho dos médicos e auxiliaram nos conflitos educacionais, em casos de crianças que apresentavam distúrbios de conduta e ou caráter, conforme os termos da época.

“Promoveu a difusão das ideias freudianas enquanto um sistema teórico passível de ser aplicado e empregado por diferentes áreas do conhecimento científico como a educação, a literatura, o direito, entre outras” (Abrão, 2014, p.134).

Segundo Abrão (2014), Durval Marcondes expandiu as ideias psicanalíticas não apenas como conhecimento científico possível de ser aplicado em diferentes áreas, como também instrumento terapêutico eficaz para o tratamento dos pacientes com neuroses em sua clínica particular.

sofrimento psíquico, favorecendo a circulação e a legitimação dessas ideias no contexto psiquiátrico carioca. Seu trabalho vem sendo amplamente resgatado nas últimas décadas por estudos no campo da saúde mental, da história da psiquiatria e da luta antimanicomial, que reconhecem sua relevância científica, ética e política.

Foi também o fundador da primeira Sociedade Brasileira de Psicanálise da América Latina, em São Paulo (1927), compreendendo que a institucionalização era um meio estratégico para garantir a difusão e o reconhecimento das teorias freudianas. No ano seguinte, em 1928, estabeleceu um núcleo no Rio de Janeiro, para onde transferiu a sede da sociedade.

De acordo com Castro (2014), Durval Marcondes e Júlio Porto-Carrero mantiveram correspondências diretamente com Sigmund Freud, sempre informando-o sobre a criação das sociedades e sobre os trabalhos publicados no primeiro número da Revista Brasileira de Psicanálise.

Em resposta a uma das cartas, Freud solicitou que elaborassem um relatório detalhado a ser encaminhado ao presidente da Revista Internacional de Psicanálise, afirmando ser fundamental o acompanhamento do que estava sendo desenvolvido no Brasil.

No relatório deveria constar a história da fundação da sociedade e a relação entre os núcleos de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como tudo o que já tinham descrito nas cartas enviadas anteriormente. A esse respeito, o trecho a seguir permite evidenciar que “após as trocas de cartas com Freud e Eitingon, a Sociedade Brasileira de Psicanálise foi reconhecida pela International Psychoanalytic Association (IPA) como Study Group em 1929” (Castro, 2014, p. 1456).

No entanto, no ano seguinte ocorreram mudanças no contexto médico-psiquiátrico brasileiro que impactaram diretamente no trabalho desenvolvido nas sociedades em formação. O médico Juliano Moreira, por exemplo, foi aposentado compulsoriamente dos cargos de diretor do Hospital Nacional de Alienados e de diretor-geral de Assistência a Alienado, vínculo de parceria das sociedades.

Ainda segundo Castro (2014), boa parte da historiografia aponta que, diante de interesses divergentes em relação ao funcionamento das sociedades, houve um rompimento entre os núcleos.

A sede no Rio de Janeiro prosseguiu com seu funcionamento mantendo o objetivo inicial de divulgação da psicanálise por meio de cursos e palestras, como também ao trabalho de traduções das principais obras de Freud.

Das produções traduzidas, a primeira foi o texto “*Cinco ensaios de psicanálise*”, publicado pela editora Nacional de São Paulo (1931), após outros títulos como: “*Psychopathologia da vida quotidiana*” (1933); “*Introdução à psicanálise*” (1934); “*Totem e tabu*”; entre outros, publicados pela editora carioca Guanabara/ Waissman-Koogan.

Durante esse período, Júlio Porto-Carrero trocou correspondências com Arthur Ramos, que na época ainda morava e atuava no estado da Bahia. Nas cartas expressava preocupações

relacionadas à tradução adequada de determinados termos psicanalíticos, revelando certa tensão entre a fidelidade dos textos originais e a língua portuguesa. Além de convidá-lo a colaborar com os escritos do segundo número da Revista Brasileira de Psicanálise, que nunca chegou a ser publicada.

Segundo Bottmann *apud* Castro (2014), às traduções e publicações realizadas pelo grupo de intelectuais da sociedade foi interrompida no ano de 1935 devido aos conflitos ditatoriais, sendo retomada apenas no ano de 1950, pela editora Delta, coordenada pelo médico Elias Davidovitch.

Já as atividades do núcleo de São Paulo foram interrompidas, na busca de encontrar soluções para reestruturá-la nos moldes da IPA, o que só veio acontecer de fato ano de 1936 quando a médica psicanalista Adelheid Lucy Koch²⁴ aceitou o convite de Durval Marcondes para residir no Brasil (Abrão, 2014).

Desde então, iniciaram-se as formações de analistas baseadas em instruções teóricas e análise pessoal, requisito fundamental para a habilitação como psicanalista, conforme as recomendações da IPA. A partir de então, foi criada a primeira Sociedade em Psicanálise do Brasil (São Paulo), voltada para a formação de analistas.

O primeiro grupo a ser analisado pela médica didata foi formado por Durval Marcondes, Flávio Dias, Darcy de Mendonça Uchoa e Virgínia Leone Bicudo²⁵.

A inserção da psicanálise no Brasil, durante os primeiros anos do século XX, por meio do universo médico-psiquiátrico, foi realizada em meio a muitas disputas políticas e ideológicas que levaram muitas vezes a iniciativa ao fracasso. Assim, com a ascensão do movimento escolanovista e higienista em desenvolvimento, a mesma passou a ser integrada por meio da educação, sendo alinhada aos objetivos de ajustamento social, principalmente, como ferramenta no tratamento de crianças que apresentavam comportamentos considerados “desviantes”, conforme a terminologia da época.

²⁴Médica alemã, de origem judia, habilitada psicanalista pelo Instituto de Psicanálise de Berlim (...). Desejava sair da Alemanha em busca de um refúgio seguro, seguindo a diáspora judaica provocada pela ameaça nazista que se disseminou pela Europa durante a II Guerra Mundial. Foi neste contexto que a Adelheid Koch, fugindo do conflito armado, decidiu instalar-se no Brasil (Abrão, 2014, p.136).

²⁵ Foi uma das pioneiras da psicanálise no Brasil, com atuação central a partir das décadas de 1940 e 1950, especialmente em São Paulo. Formada em Ciências Sociais, participou do grupo fundador da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) e realizou análise didática na Sociedade Britânica de Psicanálise. Sua produção destaca-se por articular psicanálise, sociologia e estudos sobre relações raciais, sendo autora de uma das primeiras pesquisas empíricas sobre o preconceito racial no Brasil, orientada por Donald Pierson. Embora por longo tempo sua contribuição tenha sido marginalizada na história oficial da psicanálise brasileira, seu trabalho vem sendo amplamente resgatado nas últimas décadas por pesquisas nos campos da história intelectual, dos estudos raciais e da psicanálise, que reconhecem seu papel fundamental na institucionalização da psicanálise e na problematização do racismo na sociedade brasileira.

Sendo assim, na próxima seção, analisaremos o processo de consolidação da psicanálise por meio da educação, ressaltando que, a partir deste marco, muitos intelectuais passaram a se dedicar à articulação das teorias freudianas com o universo infantil.

Em última análise, vale destacar, que a introdução da psicanálise no Brasil exerceu também forte influência pelo meio artístico literário. De acordo com Menezes (2002), alguns artistas da época tiveram contato com as ideias psicanalíticas durante suas viagens à Europa, além disso, artistas como Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia e Oliveira Guedes Penteado, participaram das reuniões desenvolvidas na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

“A difusão da psicanálise no meio artístico, como também no meio médico, pode ser compreendida como uma busca de novas orientações e novas explicações para comportamentos e sentimentos normalmente ditados pela tradição” (Russo *apud* Menezes, 2002, p. 24).

Arthur Ramos, em suas colaborações para diferentes jornais, publicou algumas matérias comentando sobre a importância da análise psicanalítica nas obras literárias. Para ele, “a psicanálise é um método auxiliar na crítica da arte, tanto aplicável aos anormais como aos doentes de espírito” (1935, s/p).

Analisou também alguns romances, como o livro: “*Aleijadinho e Álvares de Azevedo*”, de autoria de Mário de Andrade, ressaltando que mesmo sem recorrer aos métodos psicanalíticos, o autor realizou uma análise psicanalítica do personagem Azevedo.

3.2 A Origem da Psicanálise da Criança: Da Europa ao Brasil

A psicanálise da criança, enquanto campo teórico e terapêutico, constitui-se a partir das formulações da psicanálise freudiana no início do século XX, emergindo como um desdobramento voltado, inicialmente, à compreensão dos processos psíquicos desde os primeiros anos de vida.

Inicialmente, o acesso à infância se dava de forma indireta, a partir da escuta clínica de adultos que, durante a sessão de análise, eram levados a reviver e elaborar suas lembranças de infância. Posteriormente, pela teorização do conceito de sexualidade infantil, desenvolvida por Sigmund Freud a partir da análise clínica de uma criança com quadro de transtornos mentais²⁶. Segundo a psicanalista Melanie Klein (1999, p.19):

²⁶O pequeno Hans, ao falar dos seus sintomas, confirma a teoria. Concluído o período de exploração do inconsciente sobre o sonho, a psicopatologia da vida cotidiana e da brincadeira, agora o tema é sexualidade e o Complexo de Édipo. (...). Mas, a análise do pequeno Hans, como foi indicado, ocorre por mediação de um adulto:

Esta primeira análise de uma criança foi de grande importância teórica, por dois motivos. O êxito obtido no caso de uma criança de menos de cinco anos demonstrou que os métodos psicanalíticos podiam ser aplicados a crianças pequenas e, o que é, talvez, ainda mais importante, demonstrou amplamente, através do contato direto com a criança, a existência, até então muito discutida, das tendências infantis instintivas que Freud descobrira no adulto. Além disso, pelos resultados obtidos, surgia a esperança de que, a continuar-se com a análise de crianças pequenas, pudéssemos adquirir um conhecimento mais profundo e mais preciso de sua psicologia do que fora possível através da análise de adultos, e daí poderiam advir contribuições importantes e fundamentais a teoria da psicanálise (Klein, 1999, p.19).

Historicamente, a vienense Hermine von Hug-Hellmuth é reconhecida como a primeira psicanalista a trabalhar sistematicamente com crianças. Discípula de Sigmund Freud, participava das reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, realizadas às quartas-feiras, destinadas à leitura e discussão de trabalhos sobre a infância. Seu primeiro caso clínico, em 1912, consistiu no estudo de seu sobrinho. Em 1920, apresentou e publicou seu primeiro trabalho técnico, no qual sistematizou suas experiências terapêuticas com crianças. No congresso realizado em Haia, estiveram presentes Anna Freud, Melanie Klein, Oskar Pfister e Eugenie Sokolnicka, figuras que posteriormente se consolidariam como importantes contribuintes para a teorização e o desenvolvimento do campo da psicanálise com crianças.

De acordo com Fine (1981, p.78), “Hug- Hellmuth não adotava qualquer método fixo, (...). Neste texto afirma que a análise não é possível antes do sétimo ou oitavo ano, que dura vários meses, e recomendava que fosse realizada na casa da criança”.

Afirma também que, “a meta da análise de crianças e de adultos é a mesma: recuperar a saúde mental, restabelecer o equilíbrio da psique perturbada por impressões conhecidas e desconhecidas (Hellmuth apud Blinder, Knobel, Siquier, 2011, p.12).

Seguidora de suas teorias e considerada precursora na análise de crianças, a psicanalista vienense Melanie Klein discordou da ideia de que a criança pequena não poderia ser analisada. No ano de 1921, apresenta no VII Congresso da IPA, em Salzburgo, sua teoria com crianças pequenas que parte do método de terapia lúdica a partir das interpretações dos sonhos.

Melanie Klein foi a primeira analista a aplicar de forma sistemática os conceitos psicanalíticos do complexo de Édipo à clínica infantil, sustentando que tais processos podem ser identificados já na primeira infância.

seu pai, a qual foi possível porque houve condições especiais, já que os pais estavam convencidos da teoria freudiana e faziam parte do incipiente núcleo psicanalítico. O pai acompanhava as instruções de Freud, a mãe havia realizado uma breve incursão na psicanálise como paciente de Freud, e então, tinham disponibilidade para escutar um discurso inquietante (Blinder; Knobel; Siquier (2011, p.10).

Em posição divergente, a psicanalista vienense Anna Freud desenvolveu seus estudos no campo da psicanálise de crianças defendendo, ao contrário de Klein, que a constituição da transferência nas crianças apresentava especificidades e não ocorria nos mesmos moldes da análise de adultos, exigindo técnicas e mediações próprias.

As controvérsias conceituais entre ambas resultaram, no período pós-Segunda Guerra Mundial, na divisão da Sociedade Britânica de Psicanálise em três grupos: os kleinianos, vinculados a Melanie Klein; os freudianos, associados a Anna Freud; e os independentes ou ecléticos.

Anna Freud foi uma psicanalista que se dedicou à teorização da psicanálise com crianças, defendendo a articulação entre a psicanálise e a pedagogia do ego, em oposição à exploração direta do inconsciente infantil. Em sua trajetória, promoveu diversas conferências voltadas a professores, nas quais abordava a vida psíquica da criança e propunha uma pedagogia de base psicanalítica. Para Anna Freud, a psicanálise ajudaria o educador a entender que sua tarefa é educar um ser já formado psiquicamente. É um ser cuja natureza é pulsional e dividida por instâncias e forças que se combatem entre si (Bacha, 2003, p. 91).

Na sua teoria, a educação se distingue da primeira infância e da fase da latência²⁷. Mas, seja qual for a educação, o objetivo é sempre “fazer da criança um adulto que não se diferencie do mundo que a rodeia” (Freud apud Bacha, 2003, p.92).

Após o falecimento de seu pai, Sigmund Freud, Anna Freud foi a responsável pelo acervo e publicação da obra completa dele.

Outra pioneira nos estudos sobre análise da criança é a russa Sabina Spielrein, ingressante na Sociedade de Psicanálise de Viena em 1911, desenvolvendo uma teoria sobre a pulsão destrutiva e linguagem infantil, seu primeiro texto foi denominado: “A gênese das palavras papai e mamãe”.

Durante sua estadia em Genebra, Spielrein tornou-se professora e analista de Jean Piaget. “É possível deduzir dessa análise a influência das ideias psicanalíticas em todo o posterior pensamento piagetiano” (Hellmuth apud Blinder, Knobel, Siquier, 2011, p.16).

Sabina foi uma das fundadoras da Sociedade Russa de Psicanálise (1923). Em 1924, em decorrência da declaração do regime russo contra a psicanálise, retorna a sua cidade, Rostov,

²⁷Na teoria psicanalítica freudiana, a fase de latência corresponde ao período do desenvolvimento psicosssexual que se estende, aproximadamente, dos seis anos de idade até o início da puberdade. Caracteriza-se por uma relativa diminuição das manifestações diretas da sexualidade infantil, em razão dos processos de recalque e sublimação das pulsões, bem como do fortalecimento das instâncias psíquicas do ego e do superego.

para exercer oficialmente a profissão de médica, clínica geral, cuidando de crianças e adolescentes consideradas delinquentes.

Nesse mesmo período, como já destacado anteriormente, observa-se no Brasil a inserção das ideias psicanalíticas, marcada por especificidades contextuais distintas daquelas que orientavam sua consolidação na Europa.

Ao contrário do enfoque clínico e terapêutico predominante nos países europeus e americanos, os considerados precursores brasileiros da psicanálise da criança ou da psicanálise infantil, influenciados pelas teorias freudianas, passaram a apropriar-se de seus conceitos como instrumentos aplicáveis à educação, com a finalidade de higienizar a mente e “ajustar” o comportamento “desviante” das crianças.

Neste contexto, a infância era concebida como um campo estratégico de intervenção. E a psicanálise não se restringia ao tratamento de patologias infantis, mas era mobilizada como dispositivo de normatização e formação moral, física e mental dos futuros cidadãos.

O professor Jorge Luiz Abrão (2001) destaca, em sua pesquisa, que a inserção da psicanálise de crianças no Brasil ocorreu por meio de duas vertentes distintas, porém complementares. A primeira refere-se à incorporação das ideias psicanalíticas no campo educacional, especialmente nos discursos pedagógicos e higienistas, como instrumento para compreender e intervir nos desafios educacionais e sociais da modernidade. A segunda diz respeito à utilização da psicanálise como ferramenta complementar no tratamento de crianças com distúrbios emocionais, sobretudo em instituições voltadas à saúde mental infantil, majoritariamente vinculadas ao campo da psiquiatria. Ao analisarmos este material, fica flagrante a intenção de Porto-Carrero em introduzir os professores na doutrina freudiana através da exposição sistemática de seus fundamentos (Abrão, 2011, p.127).

Já no artigo intitulado “*O Caráter do Escolar Segundo a Psychanalyse*”, apresentado no Primeiro Congresso Nacional de Educação, realizado em Curitiba, no ano de 1927, e publicado pela primeira vez no ano seguinte na Revista Brasileira de Psychanalyse, Arthur Ramos, descreve a partir dos conceitos psicanalíticos sobre sexualidade infantil seis tipos de caráter da criança, sendo eles, quietas (tímidas, impassíveis, sonsas), travessas (naturalmente, perversos e agitados) e rebeldes (impulsivos, emburrados, reclamantes e teimosos).

Para o professor Jorge Luiz Abrão:

a classificação proposta por Porto-Carrero tem uma função mais audaciosa, a de introduzir o professor no pensamento freudiano, aproximando-o da teoria da sexualidade infantil. Isto confere a psicanálise uma utilidade prática no ambiente escolar, uma vez que a teoria da sexualidade possibilita compreender as manifestações afetivas dos alunos, e atentar para o fato de que diferentes tipos de caráter decorrentes

de formas diversas de organização da libido - oral, anal, genital - merecem uma atenção educacional também diferenciada por parte do mestre (Abrão, 2011, p. 129).

As teorias de Porto-Carrero estão inseridas no campo da higiene mental, trazendo uma ideia de que o professor, diferente do médico, é capaz de intervir diretamente no desenvolvimento psíquico da criança em formação, garantindo um desenvolvimento mais saudável. E nessa perspectiva, a psicanálise aplicada à educação exerce papel fundamental na prevenção de desvios de condutas (Abrão, 2011).

A inserção da psicanálise no campo educacional proposta pelo médico psiquiatra limitou-se na divulgação das teorias psicanalíticas para os educadores. De acordo com Abrão (2011, p. 131) “Ainda não estava claro, nas publicações deste autor, como deveria ser a prática pedagógica sustentada em princípios psicanalíticos”.

Foi somente na década de 1930 que as ideias psicanalíticas começaram a ser, de fato, incorporadas e aplicadas ao contexto educacional, especialmente por meio do trabalho desenvolvido por Arthur Ramos na Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, criada em 1934, no Rio de Janeiro. A seção oferecia atendimento a crianças nas Clínicas de Orientação Infantil, instaladas em escolas públicas do Distrito Federal. Nesses espaços, “estudava-se a psicologia infantil e a adaptação psicológica à sociedade moderna” (Jerry Dávila, 2006, p. 69).

De acordo com Arthur Ramos (1949), nas clínicas de higiene mental infantil o campo de atuação era amplo: investigava-se a formação de hábitos na primeira e na segunda infância, realizavam-se acompanhamentos escolares, estendiam-se ações à adolescência e promovia-se a preparação do jovem para a vida adulta.

Conforme identificado, o principal campo de atuação da higiene mental era a infância, pois, segundo Arthur Ramos (1949), é nesse período que se torna possível tanto a prevenção das doenças mentais quanto o “ajustamento” da personalidade humana, por meio da construção do caráter para a vida adulta. A higiene mental, ao incorporar princípios da psicologia social contemporânea, passa a compreender a criança como um indivíduo em constante transformação, complexo, influenciado pelo meio em que vive e capaz de reagir de diferentes maneiras a essas influências.

As atividades da Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM), vinculado ao Instituto de Pesquisas Educacionais, foram encerradas com o golpe de Estado de Getúlio Vargas e a implementação do Estado Novo, em 1939, uma vez que, a partir de então, passou a vigorar uma nova concepção de educação (Sircilli, 2008).

Em São Paulo, por sua vez, o médico Durval Marcondes foi responsável por introduzir, no ano de 1934, o ensino de psicanálise no Instituto de Higiene de São Paulo. Anos mais tarde, em 1938, fundou e dirigiu a Clínica de Orientação Infantil da Seção de Higiene Mental Escolar.

Destaca-se, nesse contexto, o trabalho da socióloga e psicanalista Virgínia Leone Bicudo na referida clínica, exercendo as funções de educadora sanitarista e visitadora psiquiátrica. Investigando, principalmente, as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelas crianças e gravando entrevistas ao programa de rádio, instruindo as famílias na educação de seus filhos.

Segundo Abrão (2011, p. 222), “a inovação contida no trabalho preventivo de Bicudo ganha destaque por distanciar-se da conotação eugênica, na medida em que considerava as manifestações sintomáticas da criança para, na sequência, propor as orientações necessárias a pais e educadores”.

Diante de seu trabalho na Clínica de Orientação Infantil, Virgínia L. Bicudo atuou também como orientadora de jovens que ingressaram no Curso de Educadora Sanitarista ou da Escola Normal, para posteriormente serem direcionadas aos cursos de pedagogia ou filosofia. Foi professora assistente da cadeira de Higiene Mental da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo e do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP (1940).

Seu trabalho ganha maior destaque com a publicação de sua dissertação intitulada “*Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*” (1945), combinando análise sociológica com psicologia social e psicanálise. Como também sua tese intitulada “*Atitude dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor de seus colegas*”²⁸ (1955), relacionada a infância e ao preconceito de cor, conforme a terminologia da época.

Por fim, considerando que todo debate sobre o projeto de nação brasileira, assim como a construção dos campos científicos como a psicanálise, esteve historicamente atravessado pelo eixo de aprimoramento racial e da análise das condições de vida da população como parte do

²⁸ Bicudo foi capaz de expor a maneira que as manifestações de que chamamos hoje de racismo ocorreram nas escolas paulistas em meados do século XX. Em suas pesquisas realizando perguntas com alunos indagando os perto de quem gostaria de sentar se, por qual motivo, o que achavam, Virgínia foi capaz de identificar nos discursos, a existência do preconceito de cor, uma vez que associavam o aluno negro atributos como mal aluno, maldoso e mal-educado. Além disso, posteriormente Virgínia teria feito perguntas semelhantes, porém não acerca da escola, mas em analisar quais eram as atitudes dos pais desses escolares se tratando das relações raciais. Ela consegue chegar a conclusão da íntima relação que o preconceito de cor manifestado na infância através das atitudes e discursos dos escolares provém dos próprios pais que refletem o pensamento preconceituoso em relação às pessoas de cor da sociedade (Nascimento, 2025, p.111). Informação retirada em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/c358da0a-f929-43b9-9fef-307979bffb06/content>. Acessado em: 24.01.2026.

progresso nacional, discutiremos no próximo capítulo a implementação das teorias raciais no país.

Descantando primeiramente os estudos sobre a lógica do ideal de branqueamento, como discurso hegemônico, para após avançarmos na contextualização de um novo campo psicanalítico no Brasil, sob a ótica de intelectuais contemporâneos.

Campo este que denuncia a visão eurocêntrica da teoria psicanalítica clássica, destacando como o campo científico, ao longo da história, se constitui e se reproduziu a partir da construção do “outro” que não corresponde ao sujeito universal da ciência europeia.

Esse “outro” que foi sistematicamente racializado como objeto do saber, e não reconhecido como sujeito, atribuindo-os às condições de anormalidade, inferioridade ou desvio, reafirmando hierarquias coloniais.

Capítulo 4 - A Construção Histórica do "Ideal de Branqueamento"

As concepções vinculadas às teorias raciais sempre estiveram presentes nos debates internacionais e nacionais, assim como a noção de democracia racial perpetuada no contexto brasileiro. No entanto, ambas foram sendo continuamente repensadas e ressignificadas ao longo do tempo, de acordo com interesses políticos e científicos da elite intelectual, bem como com as transformações do imaginário social.

Andreas Hofbauer (2006), em seus estudos sobre a chamada “história do branqueamento”, afirma que os conceitos associados às teorias raciais e à sua semântica sofreram alterações ao longo do tempo, e que os processos que definem os critérios de inclusão ou exclusão dos indivíduos em uma determinada sociedade constituem construções históricas e culturais.

Segundo o antropólogo (2006), as concepções raciais foram desenvolvidas inicialmente como um discurso ideológico, independente da definição do termo raça. A cor até a Idade Média era utilizada como critério para uma sociedade divinizada, o processo de inclusão e exclusão nesse período era a definição de divino/pureza (branco) e mal/condenado (preto/ negro). Após algumas reestruturações políticas, econômicas e sociais, essa concepção de cor divinizada foi sendo naturalizada, e a cor da pele passou a ser um dado biológico (genético).

Afirma que as discussões em torno do quesito cor e do período escravocrata emergem em um contexto mais amplo de transformações sociais e econômicas do mundo ocidental, articulando-se às dinâmicas do mundo mediterrâneo, às estruturas sociais e políticas das sociedades grega e romana e, posteriormente, às relações conflituosas estabelecidas entre cristãos, muçulmanos e judeus.

Nesse sentido, para **Andreas Hofbauer** (2006), ao analisar a história do branqueamento e da discriminação racial, torna-se fundamental compreender, em primeiro lugar, que “o branqueamento não é, como apontam alguns especialistas²⁹, uma invenção genuinamente brasileira desenvolvida na passagem do século XIX para o século XX” (2006, p. 27).

o ideário de transformar "negro em branco" “perpassou longos períodos históricos, em que o ideal do branqueamento tem sido (re)sementizado constantemente. Nunca se resumiu à ideia de transformar uma cor/raça em outra”. Na cor branca seriam

²⁹ "Ver, por exemplo, Bastides (1985); Ianni (1988); Skidmore (1989); Moura (1983); Reis (1993); Guimarães (1995); Schwarcz (1996); Munanga (1999), apontam como propagandista mais importante da ideologia do branqueamento, o antropólogo João Baptista Lacerda (...). G. Seyferth (1985, p.87), é uma das poucas pesquisadoras que cuidadosamente chamou a atenção para o fato de que "o branqueamento já era do domínio popular quando Lacerda lhe deu estatuto científico em 1911"(Hofbauer,2006, p.27).

projetados, ao longo do tempo, além de valores religiosos - morais, outros ideais, tais como liberdade e progresso civilizatório. Esse ideário tem refletido não apenas os anseios e os interesses das elites, mas também respaldado no imaginário popular (Hofbauer, 2006, p. 27).

Segundo o autor (id, p.26), ele concorda com as análises de Schwarcz e Guimarães, que têm apontado "o ideário de branqueamento como elemento fundamental para justificar a política imigracionista. Mas, discorda de que o branqueamento seria filho deste momento histórico".

O conceito "raça" como categoria científica para pensar as diferenças humanas surgiu através de disputas intelectuais e ideológicas e acompanhou as grandes transformações sociais, políticas e econômicas do mundo ocidental. Sendo assim:

é necessária muita cautela quando nos referimos a conceituações raciais do passado ou ainda a concepções de autores específicos. Os primórdios da história da noção de raça, nada tem a ver com uma diferenciação de grupos humanos segundo cores de peles diferentes ou outros critérios fenotípicos. Constelações políticas e econômicas específicas levariam, com o decorrer do tempo, a uma convergência do critério cor (com conotações ainda fortemente morais e religiosas) com a categoria raça (Hofbauer, 2006, p. 100).

Hofbauer ressalta que autores como Geiss (1988) apontam que o termo raça é derivado de uma palavra árabe³⁰, utilizada pelos beduínos para justificação genealógica da filiação a um grupo clânico, indicava a ascendência e o papel social de um indivíduo. Nobres portugueses e espanhóis também utilizavam para afirmar sua origem, sua descendência³¹.

Segue afirmando que para analisar as teorias raciais e o conceito de branqueamento, se faz necessário compreender o que significava negro e escravidão no contexto mediterrâneo, momento em que Pedro Alvares Cabral apossou-se da ilha de Vera Cruz, pois "esses foram os discursos que nutriram o ideário dos conquistadores, missionários e colonos portugueses"(id, p.100). Em suas análises, Hofbauer defende que as concepções de branqueamento e escravidão ao contrário do que afirma alguns autores, se complementavam, sendo "as interpretações da construção da ideia de negro e raça, dados importantes para a compreensão do tipo de racismo desenvolvido no Brasil" (id, p.27).

³⁰Geiss (1988) afirma que o conceito raça origina da derivação de uma palavra árabe: ra s que significa "cabeça, chefe do clã". Ainda segundo Geiss, o termo árabe foi assimilado na Península Ibérica na época da Reconquista (não antes do século XIII) (Hofbauer, 2006, p.100).

³¹ Quando os nobres falavam de "sua raça" (ou ainda de seu sangue puro), não se referiam à nobreza como um todo, mas tinham como objetivo valorizar a integridade e perseverança de sua linhagem, mais especificamente de sua "patrilinhagem". "Ser de boa raça", escreve Venturino (2003) significava pertencer a uma boa família, mas não a um grupo étnico ou racial no sentido moderno do termo (id, p.100).

Para Sueli Carneiro (2023, p. 34), “o dispositivo de racialidade beneficia-se das representações construídas sobre o negro durante o período colonial no que tange aos discursos e às práticas que justificaram a constituição de senhores e escravizados, articulando-as e ressignificando-as à luz do racismo vigente no século XIX”.

Andreas Hofbauer (2006), reconstrói o percurso histórico da utilização do conceito de raça ao longo dos séculos, destacando que na Grécia e na Roma antiga o status dos povos escravizados e dos libertos dependia da sua ocupação, mas sobretudo da sua ascensão social e do poder do seu ex senhor, qualquer tipo de ascensão social dependia exclusivamente das relações com pessoas influentes.

A cidadania plena dependia da participação efetiva no contexto político, e os critérios de inclusão e exclusão dos indivíduos na sociedade eram definidos pelos dogmas religiosos judaísmo, cristianismo e islamismo. A fé constituía o principal elemento regulador do direito à integração social, de modo que “as diferenças existentes entre os seres humanos foram postas em segundo plano, e a explicação delas tinha de subordinar-se aos fundamentos da crença” (id, p. 42).

Para judeus e muçulmanos, a diferenciação de cor entre os seres humanos também se articulava a concepções religiosas e morais, relação que encontra respaldo nos textos sagrados, como o Alcorão.

um trecho muito citado associa a cor escura, que traz consigo também a conotação de tristeza, ao mal e a falta de fé, enquanto o branco representa o bom, o divino, a fé verdadeira. No capítulo III, Versículo 106, o juízo final é descrito como o dia em que alguns rostos se tornarão brancos e outros negros. Em várias fontes árabes e persas, a imagem da transformação de cor aparece acompanhada de uma mudança ou revelação de uma postura moral. Embranquecer como recompensa (gratificação) é um tema recorrente na literatura muçulmana (id, p.57).

De acordo com Andreas Hofbauer (2006), ao longo da Idade Média foi sendo construída uma associação entre imoralidade, culpa, escravidão e a cor negra.

No contexto europeu, mais especificamente em Portugal, onde se concentrava um número expressivo de pessoas escravizadas de pele escura, os critérios de inclusão e exclusão social não se baseavam prioritariamente na cor da pele, mas na filiação religiosa. Esta operava “como uma espécie de referência última para todas as tentativas de diferenciação social” (id., p.85). Nesse sentido, o processo de branqueamento estava vinculado a um contexto moral-religioso, no qual o batismo figurava como elemento central para a possibilidade de tornar-se branco. Em outras palavras, “associações entre batismo e branqueamento eram um recurso retórico constante nos escritos e nas pregações dos jesuítas, não apenas no Brasil” (id., p. 166).

Em 1514, no âmbito do projeto de cristianização, determinou-se que todos os africanos escravizados remanescentes em Portugal fossem batizados no prazo de até seis meses após sua chegada. Caso essa exigência não fosse cumprida, os senhores poderiam perder seus direitos de posse para a Coroa. O batismo constituía, assim, a condição mínima para que o africano escravizado ocupasse um lugar reconhecido no modelo de sociedade vigente naquele período.

No século XV, no interior do imaginário europeu, a posse de africanos escravizados era associada à nobreza e ao poder. A partir do século XVII, contudo, o “ideal de brancura” passou a ser mobilizado para exaltar a branquitude da nobreza, enquanto os negros de pele escura tornaram-se “parâmetro de comparação³²” (Hofbauer, 2006, p. 97).

Com a emergência do Estado moderno e a busca pela construção da ideia de nação, os critérios de inclusão e exclusão dos indivíduos passam a se modificar, deixando de se fundamentar exclusivamente em princípios morais e religiosos. Nesse sentido, “as teorias raciais surgem através de um processo de superação dos dogmas religiosos cristãos” (id., p. 166).

No contexto da expansão europeia, “o ideário de branqueamento passa a assumir uma função ideológica central, transformando-se em um discurso capaz de ajustar os ideários missionários cristãos às exigências políticas do período, voltadas à construção das sociedades coloniais”

De acordo com o sociólogo Jan Nederveen Pieterse (1992) *apud* Andreas Hofbauer (2006, p.116), “o pensamento racial foi desenvolvido a partir dos discursos dos abolicionistas, o conceito de raça foi a resposta para o problema da liberdade. Ou seja, passou a existir como resposta a uma situação social-política que colocava a legalidade da escravidão em dúvida” (id, p. 116).

A partir do século XVIII, com a ideia de progresso em ascensão, os critérios para avaliar as diferenças humanas passaram a ser cada vez mais biologizados, começaram associar as origens e as causas em fatores da natureza, distanciando-se dos princípios religiosos. Cientistas como Anders Retzius, Franz Joseph Gall, Johann Kasper Lavater e Cesare Lombroso³³

³²A partir do século XVII o ideal de brancura, fez com que as damas da corte não apenas evitassem o sol, mas também usassem vários métodos para deixar a pele mais clara. O servidor africano ganhava, nesse cenário, uma função decorativa. (...) Neste cenário em que a nobreza buscava delimitar-se de todos aqueles que tinham as mãos ásperas e a pele queimada pelo sol, o servidor de pele escura tornava-se, de certo modo, um “objeto de contraste” (Hofbauer, 2006, p.97).

³³Anders Retzius (1796 - 1860), cientista sueco desenvolveu uma fórmula simples para diferenciar crânios dolicocefálicos de crânios braquicéfalos, a relação entre o comprimento e a largura caracterizava o “índice cefálico”. Franz Joseph Gall (1758-1828), o médico desenvolveu estudos baseados na análise do cérebro como sede da razão. Johann Kasper Lavater, a partir de estudos de crânios tentou elaborar os tipos fisionômicos. Cesare Lombroso (1836 - 1909) já partia de concepções nitidamente evolucionistas da história humana. Ele acreditava,

começam a apropriar-se dos estudos da antropometria para medir o grau de capacidade civilizatória de um indivíduo.

“As distinções entre raças superiores e inferiores elaboradas referiam-se cada vez menos a uma ordem natural divinizada e cada vez mais a um ideário biológico e/ou a escalas de evolução” (Hofbauer, 2006, p.120).

Já no início do século XIX, havia diferentes métodos e critérios divergentes para diferenciar os tipos de raças humanas. O campo científico composto por distintas áreas do conhecimento buscava garantir sua consistência teórica metodológica.

A biologia forneceria o aparato teórico a tais estudos, a estatísticas, mais exatamente a estatística social, viabilizaria as ferramentas metodológicas que possibilitaram a construção de investigações sustentadas num viés quantitativo. No estudo das capacidades humanas a estatística, por um lado, tornaria possível a quantificação, mensuração e comparação dos resultados aferidos com agrupamentos humanos, definidos por pertencimentos nacionais, sociais, de gênero e, principalmente, raciais. Por outro, iria prever o processo evolutivo ao longo do desenvolvimento do indivíduo no interior do grupo de origem (Gouvêa e Gerken, 2010, p. 88).

O termo raça mesmo sem uma definição científica passou a ser utilizado no contexto europeu para conceituar grupos humanos. "As classificações raciais baseavam-se agora num ideário biológico ou tinham, por vezes, como referência também estágios de evolução" (id, p.124). Para Stephen Jay Gould (2003) *apud* Gouvêa e Gerken (2010, p,88), a doutrina evolucionista e a quantificação estabeleceram uma aliança que fundamentou o racismo científico da segunda metade do século XIX.

O britânico Charles Darwin, inicialmente em um artigo jornalístico publicado em 1839, utilizou-se de termos sociais para explicar a composição das sociedades; já em 1874, definiu categorias de gênero e raça para explicar a hierarquia biológica entre os indivíduos.

Em sua teoria, na comparação entre os crânios da "raça civilizada" (superiores) e das "raças selvagens" (inferiores), o homem branco, especialmente os anglo-saxônicos, ocupavam o topo da pirâmide, sendo considerados superiores. De acordo com Guilherme Roitberg (2024, p. 50), "sua lógica se desenvolveu na esteira do capitalismo liberal britânico, aplicando ao mundo animal e vegetal o modelo de economia baseado na livre-concorrência na qual vingariam os indivíduos mais bem-sucedidos".

As concepções do darwinismo social foram utilizadas por diferentes cientistas europeus do século XIX como justificativa e afirmação da dominação europeia sobre outros continentes,

porém, que havia a possibilidade de "recaídas individuais" a estágios no processo de evolução (Hofbauer, 2006, p. 120).

não só pelo viés político-econômico, mas a partir da superioridade racial. Segundo Guilherme Roitberg (2024), baseado nas análises de Gyorgy Lukács (2020), o darwinismo social foi o ponto intermediário entre as teorias raciais pré-científicas da nobreza feudal e as teorias raciais científicas modernas.

Joseph Arthur de Gobineau, considerado um dos cientistas mais importante das teorias raciais do século XIX e "pai" do racismo científico³⁴, associou a hereditariedade do comportamento à ideia de "raça pura", acreditava que a raça era determinante para o progresso ou decadência de uma sociedade³⁵.

Defendia que os arianos estavam no topo da pirâmide social por serem os únicos detentores de inteligência e aptidão construtiva capaz de erguer uma civilização, ao passo que os não brancos estavam na base desta mesma pirâmide por não conseguirem alcançar um desenvolvimento por incapacidade biológica (Tamano, 2011, p. 78).

Em sua formulação teórica, os mestiços, embora concebidos como produto da degeneração, eram considerados superiores aos negros em razão de sua suposta aproximação com a raça branca, resultante do cruzamento racial. A associação do branco à civilização, à beleza e à força, construída nesse período no imaginário social, permanece operando na contemporaneidade (Conceição, 2006).

De acordo com Gobineau (1939) *apud* Hofbauer (2006, p. 127) "A verdadeira civilização" só pode ser produzida pela "raça branca"(...). Atribuiu aos "cruzamentos raciais" muitos refinamentos de costumes, conceitos e crenças".

Nesse período, a capacidade mental também passou a ser parâmetro de medição e comparação, os estudos da craniometria³⁶ buscavam compreender as diferentes raças humana por meio da medição, "sendo possível informar sobre a moral e a capacidade intelectual dela, e mais do que isso saber se as inferiores teriam condições de evoluir e alcançar a civilização" (Tamano, 2011, p.81).

³⁴ Por Bauman (1998), assim como para Lukács (2020) e Bernardo (2015).

³⁵ Ver a obra Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (Arthur De Gobineau, 1853). Versão em português publicada pela editora Clube de Autores em 21 de março de 2002.

A teoria de Gobineau não foi acolhida de imediato pela crítica. Mesmo tendo sido apresentada, pelo próprio autor, como "um trabalho de ciências exatas, a seu modo tão revolucionária quanto a descoberta de Copérnico de que o Sol e não a Terra era o centro do sistema solar" (Id., p. 72). Gobineau ganhou terreno, de fato, na Alemanha por intermédio de Richard Wagner (1813-1883), inicialmente (Tamano, 2011, p.79).

³⁶ A craniometria foi uma das escolas teóricas da antropometria cujo principal membro foi o médico francês Paul Broca (1824-1880). Broca se considerava um desses cientistas compromissados. Buscando aprimorar as técnicas de medição, revendo as anteriormente existentes, ele chegou às mesmas conclusões de boa parte de seus antecessores, ou seja, a de que os brancos estavam no topo da hierarquia racial, enquanto negros estavam na base. Dedicou o último escalão hierárquico também às mulheres. A craniometria teve repercussão mundial, criando uma linha francesa de estudos antropológicos que se fez ouvir no Brasil, enfaticamente no Museu Nacional, cujos estudos estavam, principalmente no intervalo de 1870 a 1910, alicerçados em suas fundamentações teórica (Tamano, 2006, p.81).

A relação entre capacidade mental e raça esteve diretamente associada às medidas corporais. Segundo Edward B. Tylor (1987, apud Andreas Hofbauer, 2006, p. 132), a antropologia física distinguia as raças principalmente a partir de suas estruturas corporais, das proporções das extremidades e da conformação do crânio e do cérebro.

Todavia, conforme assinala Hofbauer (2006), os estudos sobre as interpretações das diferenças humanas indicam que, até o século XVIII, os discursos raciais não eram compreendidos exclusivamente como dados de natureza biológica. Mesmo as abordagens fundamentadas em concepções geográfico-climáticas permaneciam articuladas a teorias de base religiosa, utilizadas para definir e hierarquizar brancos e não brancos.

A partir do início do século XIX a ideia de raça começa a ser difundida, levando a maioria dos cientistas europeus a defenderem a mistura racial entre brancos e não brancos em fator de degeneração. “A degeneração era o temor da Europa moderna, fosse pela contaminação do sangue, como apontou Gobineau, fosse pela contaminação cultural” (Tamano, 2011, p.90).

Para Lilia Schwarcz:

as doutrinas raciais do século XIX surgiram como uma reorientação intelectual, se contrapondo à visão unitária da humanidade promulgada pelo Esclarecimento³⁷. A partir de então, a diversidade humana passou a ser concebida como um produto direto das diferenças raciais e a hibridização como um fator degenerativo das “raças puras” (Schwarcz, 2017, p.91).

A "degeneração biológica" passou a ser chave explicativa para o movimento científico eugênico, desenvolvido com o objetivo de definir ações de melhoramento genético da humanidade, a partir dos estudos sobre inteligência e hereditariedade de Francis Galton, baseado nas teorias evolutivas de Darwin.

Para Galton, a reprodução entre o cruzamento genético das raças superiores e inferiores era a solução para o problema da degeneração. "O incentivo à reprodução das “raças superiores” e o impedimento da reprodução das “raças inferiores” tornaram-se, para Galton (1909b), deveres civilizatórios" (Roitberg, 2023, p. 30).

De acordo com Roitberg (2023), Galton ressalta que para os projetos da eugenia (significa “bem-nascido”) se concretizasse era necessário não só uma teoria científica incontestável, mas também a conscientização nacional da população para um plano mais amplo, isso aconteceria através de uma nova religião.

³⁷Na esteira dos debates empreendidos pelos pensadores esclarecidos ao longo do século XVIII, o filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) considerou que o Esclarecimento (Aufklärung) englobaria a saída do homem, por meio da razão, de sua imaturidade auto-imposta. Essa imaturidade ou menoridade era compreendida como a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo (Roitberg 2024, p.21).

Galton passou a promover a eugenia como uma ciência-religião, isto é, "sob a forma da religião poderia se difundir socialmente, e sob a forma de ciência poderia fornecer as ferramentas necessárias para proteger a civilização ameaçada pelo mal da degeneração racial" (Roitberg, 2023, p.31). Defendia a intervenção do governo no processo biológico da mistura racial, incentivando e promovendo casamentos interraciais como forma de "aperfeiçoamento das raças".

Ao longo dos séculos diferentes teorias foram criadas na intenção de compreender a composição da diversidade das "raças humanas", a preocupação dos cientistas era definir se as raças consideradas inferiores poderiam ou não alcançar a civilização.

O conceito de civilização apresentava dimensões culturais, econômicas, cognitivas e morais. De acordo com Maria Cristina Gouvêa e Carlos Henrique Gerken (2010, p.25) no que se refere às dimensões culturais, a civilização³⁸ "era apreendida como refinamento dos costumes e valorização da polidez (...). Uma perspectiva etnocêntrica que tomava costumes e padrões culturais europeus como sinônimo de costumes civilizados".

Segundo Hofbauer (2006), na teoria evolucionista de Edward Burnett Tylor, a ideia de civilização e cultura aparecem como sinônimos.

Cultura ou civilização, no seu sentido etnográfico amplo, é todo aquele complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes, e qualquer outra capacidade e hábito adquirido pelo ser humano como membro de uma sociedade. Em suas reflexões, os conceitos de superioridade e inferioridade servem para descrever tanto a causa como o resultado do processo evolutivo (id, p.134).

De acordo com Willian Conceição (2017), nesse período no qual cientistas criaram teorias para justificar a inferioridade e a superioridade dos grupos étnicos, raciais e nacionais, a concepção de cultura era entendida como sinônimo de civilização, ou da natureza, da animalidade e do primitivo em uma escala evolutiva.

O antropólogo americano Franz Boas após análises de um estudo sobre as diferenças acerca dos imigrantes nos Estados Unidos³⁹, a partir da antropometria, apresentarem

³⁸Civilizar no dicionário da academia de 1798, em sua quinta edição, é definido como palavra utilizada para exprimir a ação de civilizar ou a tendência de um povo a polir ou, antes, a corrigir seus costumes e seus usos produzindo na sociedade civil uma moralidade luminosa, ativa, afetuosa e abundante em boas obras. (Cada cidadão da Europa está hoje empenhado nesse último combate a civilização. Civilização dos costumes) (Gouvêa; Gerken, 2010, p.25).

³⁹ Interessado na questão das diferenças, Boas recorria aos instrumentos científicos da época para "medi-las". Usando o "índice cefálico" e outros métodos antropométricos, descobriu que havia uma variação substancial entre os dados de pais imigrantes e os filhos nascidos naquele país. Em oposição à ortodoxia das assim chamadas "teorias raciais" que supunham a estabilidade das formas cranianas nas raças humanas, o cientista detectou uma instabilidade ou plasticidade dos tipos (Hofbauer, 2006, p.135).

inconsistências em seus resultados, passa a questionar a superioridade ligada a fatores biológicos sobre elementos considerados culturais, e começa a separar conceitualmente raça e cultura. Inicialmente, sua teoria relacionada à cultura carregava análises humanistas e evolucionistas, associada a " características civilizatórias". Após suas análises demonstrarem incompatibilidade com esses métodos, o antropólogo, passou a utilizar o conceito de civilização ao invés de cultura.

O conceito de cultura como elemento explicativo para a classificação dos seres humanos foi essencial no século XIX. Segundo Willian Conceição (2017, p.39), "correlaciona-se aos novos saberes e usos da raça como retórica e doutrina. A natureza até então foi considerada inerte e em estado bruto. Pois, mostrou-se sempre um empecilho ao desenvolvimento humano".

Esse conceito passa a ser entendido como uma pluralidade de experiências humanas, que caracterizavam e determinavam o comportamento social (Hofbauer, 2006).

Todavia, segundo Conceição (2017) o etnocentrismo e/ou o racismo foram fatores essenciais dos movimentos ocorridos no século XIX no território europeu, desdobrando para as Américas. "Os Estados-Nacionais modernos que se construíram na Europa ao longo do século XIX foram constituídos em suas estruturas a partir da concepção de raça e, por conseguinte, do racismo" (Conceição, 2017, p.46).

Na subseção a seguir apresentaremos uma contextualização sobre como os argumentos das teorias raciais consolidaram-se especificamente no contexto brasileiro, e como o ideário de branqueamento foi sendo implementado como categoria científica e política, modificando-se conforme os interesses da elite científica brasileira.

4.1 As Teorias Raciais e o Ideário de Branqueamento no Contexto Brasileiro

As concepções associadas às teorias raciais acompanham a história da formação do povo brasileiro, sendo mobilizadas como chaves explicativas do progresso civilizatório. Segundo Andreas Hofbauer (2006), o ideário do branqueamento atualiza-se continuamente por meio de novos argumentos, que vão desde a pregação jesuítica até os discursos modernizadores elaborados por intelectuais do final do século XIX. Nesse sentido, trata-se de "uma característica importantíssima do racismo brasileiro, tendo atuado como suporte ideológico das relações de poder patriarcal que se estabeleceram e se firmaram no país" (id., p. 26).

Durante o período escravocrata no Brasil, os processos de inclusão e exclusão social também se estruturavam a partir de critérios étnico-religiosos e geográfico-climáticos. A cor

branca associava-se às posições sociais elevadas e ao ideário religioso, sendo a brancura concebida como sinônimo de “pureza divina”. Nesse contexto, a expressão “Deus te faça branco” teria sido um dos cumprimentos trocados entre negros e mestiços, configurando-se como uma adaptação da saudação religiosa “Deus te faça santo”, utilizada pelos senhores ao se dirigirem a seus subalternos (Hofbauer, 2006, p. 175).

As diferenças fenotípicas eram diretamente associadas às condições geográfico-climáticas, e havia expectativas em torno da constituição de gerações futuras progressivamente mais brancas. Viajantes europeus que passaram pelo Brasil ao longo do século XIX registraram a percepção de que o país ofereceria possibilidades de ascensão social à população mestiça. Segundo Andreas Hofbauer (id., p. 174), os relatos desses cientistas indicam que as categorias “branco” e “negro” não correspondiam a grupos sociais rigidamente fechados, mas que os limites entre as cores eram negociados no interior das relações de poder.

O autor destaca, ainda, que “associações entre designação de cor, pertencimento religioso e posição social repetiram-se, de forma semelhante, em outros cenários coloniais, inclusive no continente africano” (id., p. 177).

Importante observar que os relatos dos viajantes já apresentavam a diferenciação de fenótipo como categorias de classificação. Para Ilka Boaventura Leite *apud* Willian Conceição:

Há, portanto, uma generalização no termo, incluindo em “negros” todos os escravos e libertos, e em “brancos”, todos os descendentes exclusivos de europeus, independentemente da procedência étnica. Os “mulatos” aparecem como um grupo derivado pela miscigenação entre estes, inclusive com índios (Leite, 1996, p.107 *apud* Conceição, 2017, p.50).

Com o fim do período escravocrata muitas eram as preocupações relacionadas às mudanças econômicas e sociais, desde a substituição da mão de obra para o mercado agrícola, as possíveis guerras que poderiam ser ocasionadas pelos escravizados libertos⁴⁰ contra seus senhores, até o progresso civilizatório, atravessado pelo fator raça. Assim, cientistas brasileiros, na época homens da elite, formados em universidades europeias, buscavam entender e explicar a formação da sociedade brasileira, naquele momento, composta por muitos africanos e seus descendentes.

⁴⁰O aumento relevante da população liberta e alforriada, que em grande parte configura uma população miscigenada e, conseqüentemente, considerada não-branca e controversamente perigosa, também é um fator determinante para a discussão da raça no Brasil. Este período produziu grandes inquietações sociais e políticas devido ao temor de uma revolução escrava aos moldes da revolução haitiana. As difíceis dissensões nas relações entre senhores e escravos procedem com o diagnóstico de Célia Maria de Azevedo em seu livro *Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX* (1987) sobre o medo generalizado das classes dominantes brancas (Conceição, 2017, p.47).

No ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e Brasil publicado em Lisboa, pela imprensa nacional, em 1821, o médico e filósofo Francisco Soares Santos descreve os problemas do país relacionados à produção agrícola e a heterogeneidade da população, sugerindo possíveis soluções.

Andreas Hofbauer (id, p.183), destaca que o projeto político do médico, "visava criar um povo homogêneo, tido como pré-requisito de uma nação próspera. Na argumentação deste intelectual, a noção de cor e a possibilidade de sua transformação tem um papel fundamental".

Segue afirmando que na concepção de Soares, as soluções eram primeiramente civilizar a população, além do governo garantir condições necessárias para incentivar a imigração europeia, promovendo casamentos interraciais. "Assim, ele acreditava não apenas melhorar a geração dos mestiços, mas também preparar o caminho para viabilizar a construção de um estado moderno nos trópicos" (id, p.186).

Outro intelectual a compartilhar essas concepções foi Antônio de Oliva de Souza Siqueira, que acreditava em um processo de branqueamento com duração aproximada de cem anos, projetando para as gerações futuras a constituição de um país moderno e branco.

Andreas Hofbauer chama a atenção para o fato de que tais concepções surgiram cerca de um século antes daquelas apresentadas pelo médico-cientista brasileiro João Batista de Lacerda, frequentemente citado como o primeiro articulador de um projeto político de branqueamento no Brasil. Na avaliação do antropólogo (2006), embora esses projetos não estivessem inicialmente ancorados em concepções biologizantes de raça, eles permitiam pensar e difundir a ideia de branqueamento por meio dos casamentos interraciais, configurando-se como uma tarefa de caráter governamental elemento que viria a ser posteriormente definido como política eugenista.

Para Hofbauer (2006), as concepções desses intelectuais comprovam que o processo do branqueamento é um ideário que tem acompanhado a história do Brasil, desde seus primórdios.

A ideia de transformar negro em branco pode ser interpretada como um ideário (ou ideologia) antigo que ganhou força simultaneamente com concepções específicas do mundo e do ser humano, tendo marcado desde o início a sociedade colonial brasileira (id, p.26).

A partir de 1870 novas teorias passaram a vigorar, intelectuais tentavam compreender a partir de referenciais teóricos positivistas, liberais, evolucionistas e raciais, as consequências da mistura racial brasileira para alcançar o progresso de uma nação civilizada. De acordo com Hofbauer (2006), nesse período, a ideia de branqueamento se transformou em um argumento fundamental no discurso da elite brasileira.

O ideário de branqueamento gerou opiniões distintas no campo político e científico brasileiro, alguns intelectuais acreditavam que a mistura racial entre brancos e não brancos era o fim da raça pura, a ruína do país, já outros, acreditavam que a mestiçagem era a salvação para um futuro mais branco.

O médico-legista Nina Rodrigues, fundamentado em concepções biologizantes, acreditava que as hierarquizações raciais eram determinadas por leis da natureza e que, para alcançar o progresso da nação, seria necessária a homogeneização da população brasileira.

Ninguém pode duvidar tão pouco de que anatomicamente o negro esteja menos adiantado em evolução do que o branco. Os negros africanos são o que são nem melhores nem piores que os brancos, simplesmente eles pertencem a uma outra fase do desenvolvimento intelectual e moral (Rodrigues apud Hofbauer, 2006, p. 200).

Baseado em suas teorias raciais o médico legista acreditava ser necessário dividir a população em, "no mínimo, quatro regiões diferentes que deveriam ser definidas de acordo com as respectivas características raciais, climáticas e geográficas" (id, p.200).

Sobre a mestiçagem, Nina Rodrigues encontrava explicações ancoradas em concepções biológicas, concebendo-a em uma escala que variava desde formas consideradas inteiramente inaproveitáveis e degeneradas até manifestações tidas como superiores da atividade mental (idem, 2006). No que se refere à mestiçagem brasileira, o autor “rejeitou a possibilidade de uma homogeneização racial dos habitantes, considerando esse processo complexo e ainda em vias de formação” (id., p. 203).

Não acredito na unidade ou quase unidade técnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Silvio Romero. Não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo o território: considero pouco provável que a raça branca consiga fazer predominar o seu tipo em toda a população brasileira (Rodrigues, 1957, p. 96 apud Hofbauer, 2006, p.203).

Para Andreas Hofbauer (2006), nem mesmo as teorias raciais de Nina Rodrigues, ancoradas no essencialismo, concebiam a mestiçagem como um fator pura e simplesmente de “degeneração”, uma vez que “aumentava o uso da categoria branca ao incluir nela não só os brasileiros descendentes de europeus (...). Da mesma forma, considerava também negros não só os descendentes diretos e sem mistura dos africanos” (id., p. 203).

As ideias de Nina Rodrigues desenvolveram-se em um campo científico no qual os estudos médicos se articulavam aos jurídicos, especialmente a partir da criminologia de Cesare Lombroso (1835–1909), que defendia a pena capital para os criminosos biologicamente considerados “degenerados”.

Em perspectiva distinta, o médico João Batista de Lacerda, em suas teorias sobre as diferenças humanas, afirmava que o mestiço deveria ser compreendido como um ser humano em transformação, entendendo a mestiçagem, por meio do casamento interracial, como o caminho mais adequado para a constituição de uma população progressivamente mais branca. “Um futuro brilhante é reservado ao Brasil, o país transforma-se no principal lugar onde a raça latina ganhará nova força e rejuvenescerá na América do Sul, da mesma maneira como ocorreu com a raça saxônica nos Estados Unidos” (Lacerda 1911, p. 31 *apud* Hofbauer, 2006, p.210).

Lacerda atribui em princípio as leis da natureza uma influência decisiva sobre a evolução do homem. Para ele, a inferioridade das raças atrasadas dizia respeito, em primeiro lugar, ao mundo de seus valores, esses considerados mais primitivos do que aqueles das raças adiantadas (id, p.208).

João Lacerda, que na época era diretor do Museu Nacional, foi nomeado para representar o Brasil no primeiro Congresso Universal das Raças realizado em Londres, em 1911, no qual foi reconhecido como único representante de um país da América Latina. Suas teorias divulgadas no congresso foram alvo de críticas pelos intelectuais brasileiros que acreditavam que os dados estatísticos apresentados e o prazo para um possível branqueamento da população fossem muito exagerados.

O diplomata Joaquim Aurélio Barreto Nabuco em seus estudos sobre o abolicionismo, publicado em 1882, também apresentava contribuições ao ideário de branqueamento ao defender a partir de um viés biologizante o melhoramento racial pela mestiçagem, o que para ele só poderia vir acontecer por meio da imigração europeia e pelo processo de adaptação geográfica climática. Para o diplomata, "no futuro, só uma operação pode nos salvar, à custa da nossa identidade nacional, isto é a transfusão do sangue puro e oxigenado de uma raça livre" (Nabuco 1882 *apud* Hofbauer, 2006, p. 197).

Outro cientista a defender a mistura racial como solução para um país futuramente branco, foi o político Sílvio Romero. Ao contrário de Nina Rodrigues que defendia que qualquer miscigenação causaria degeneração, Romero acreditava que o futuro da mestiçagem associada a uma forte política de imigração europeia realizaria um processo de embranquecimento da nação, em que a mistura e a superioridade biológica do branco seriam parte do método de realização da civilização nos trópicos (Conceição, 2017, p.71).

Para Andreas Hofbauer, "o ideário de branqueamento foi reformulado e adaptado a cada novo paradigma acerca do mundo e das diferenças humanas que se sucedia ao longo dos séculos abrindo um leque para negociação da cor de cada pele" (id, p.197).

A mestiçagem passou a ser preocupação também da política brasileira, através dos estudos científicos foram criados projetos e estratégias políticas para intervir diretamente na sociedade. Inicialmente foram criadas diferentes políticas públicas baseadas na área da saúde, intelectuais eugenistas justificavam a imagem negativa do país afirmando que o Brasil passava por momentos de transformações e aprimoramento racial. Para Nancy Stepan (2005, p.165) "a eugenia brasileira apresentava um caso particularmente interessante da ciência com a ideologia social".

Em uma sociedade socialmente hierarquizada e racialmente estratificada, o racismo aberto florescia e declinava no Brasil de acordo com contingências do nacionalismo e imigração. Em consequência, a eugenia tomava direções distintas em diferentes ocasiões (Stepan, 2005, p.165).

No contexto de uma eugenia preventiva, novas perspectivas começam a surgir no campo científico, alguns intelectuais brasileiros passaram a se distanciar lentamente das concepções biologizantes, e começaram explicar as diferenças raciais a partir de concepções culturais. Buscando novas perspectivas para definir a identidade nacional do povo brasileiro.

"A partir desse momento, o mestiço vira nacional, paralelamente a um processo crescente de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados em meio a esse contexto" (Schwarcz, 2011, p.57).

Para Houfbauer (2006), o sociólogo Gilberto Freyre defende a mestiçagem como uma espécie de mediação capaz de atenuar e superar os desajustes entre negros, brancos e indígenas, viabilizando, assim, o processo de constituição de nação e cultura brasileira.

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosa quanto às relações de raças: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado, no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado (FREYRE, 2008, p.160).

Nessa concepção o mestiço torna-se a prova concreta da convivência harmoniosa entre as raças. Intelectuais como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro defendiam a ideia de que através da mistura racial nasce uma "nova raça no Brasil". "O branqueamento levaria não a um retorno ao branco português, mas um novo branco, mais bem adaptado aos trópicos" (Hofbauer, 2006, p.250).

As teorias de Freyre apresentam fortes ambiguidades entre um viés biologizante (raça) e culturalista como valores civilizatórios, ou seja, mesmo defendendo a mestiçagem como algo

positivo, a "esperança e o desejo" ainda era o tornar-se branco, mas agora, através do comportamento.

A certa altura comenta, com satisfação e orgulho, que somente no Brasil o mestiço pode passar por tal processo. (...) sendo a mestiça clara e vestindo-se bem, comportando - se como gente fina, tornando-se branca para todos os efeitos. Segundo Gilberto Freyre, ela podia ainda quase como uma vantagem suplementar contar com a aura de mulheres mais quentes que as outras (Hofbauer, 2006, p. 250).

Para Willian Conceição (2017, p.96), "Gilberto Freyre manteve-se operando através do elemento da raça, mas não raça compreendida como pureza, unicidade e singularidade".

A concepção de cultura apenas teve uma mudança de elementos, raças superiores e inferiores (biologizante) para culturas adiantadas e atrasadas a serem melhoradas. "O que houve no Brasil foi a degradação das raças atrasadas pelo domínio da adiantada. Os índios foram submetidos ao cativeiro e à prostituição. A relação entre brancos e mulheres de cor foi a de vencedores e vencidos "(Freyre, 2008, p. 513).

Para o historiador Geraldo Soares o conceito de civilização⁴¹ utilizado por Gilberto Freyre tem a finalidade metodológica de realçar a diversidade cultural, e não construir qualquer tipologia de culturas para o Brasil (2002, p.243).

"Parece importante destacar que em Freyre o papel do elemento branco (português) enquanto "catalizador" da mistura, passa por uma compreensão da superioridade branca em termos de sua adaptação ao meio"(id, p. 107).

Outro cientista relevante nesse debate é Arthur Ramos, também discípulo de Nina Rodrigues, que, como já mencionado, desenvolveu sua teoria da aculturação, entendida como mestiçagem cultural, a partir de outros referenciais, especialmente da psicanálise e das teorias da mentalidade primitiva de Lucien Lévy-Bruhl. Para o médico psiquiatra, era fundamental conhecer a estrutura dinâmico-emocional da vida coletiva.

Arthur Ramos apresentou suas formulações, entre outros caminhos, por meio da análise do sincretismo religioso, concebendo-o como a mistura entre religiões consideradas "atrasadas" e uma religião tida como "adiantada". Enfatizava, contudo, que os conceitos de primitivo e arcaico por ele mobilizados não se relacionavam à noção de inferioridade racial, mas a categorias de natureza psicológica.

⁴¹"Gilberto Freyre utiliza o termo civilização com mesmo objetivo de Lucien Febvre, quando este grande historiador francês introduz esse termo, no plural, no próprio título da revista dos Annales, em 1946, qual seja, destacar o seu caráter amplo, unindo o material e o espiritual, como assinala Jacques Le Goff "(Soares, 2002, p. 243).

Ramos apresenta críticas severas aos intelectuais que defendem a superioridade e inferioridade das raças por meio de um viés biologizante. Em seu artigo científico "*A mestiçagem é favorável ao brasileiro*", destaca que, "inferioridades, quando existem, estão ligadas a fatores de ordem social e cultural, e nada tem a ver com aspectos biológicos da mestiçagem. (...) A mestiçagem não acarreta nenhuma "degeneração" ou perda do vigor biológico" (Ramos, 1946, s/p).

Ainda segundo Ramos (id, 1946) a mestiçagem cultural é o resultado de uma formação fenotípica mais resistente, que relativiza a homogeneidade e possibilita a construção de uma civilização nos trópicos.

Por outro lado, sua concepção de cultura não se distingue substancialmente das ideias evolucionistas a respeito da civilização (=cultura). Ramos fala em "formas mais adiantadas em religiões" "grupos étnicos mais atrasados em cultura" e "sobrevivências religiosas primitivas entre os povos cultos, etc (Hofbauer, 2006, p. 253).

Para Hofbauer (id, 2006), ao analisar as concepções apresentadas por Arthur Ramos identifica-se que ele estava mais preocupado em modificar terminologias consideradas arcaicas, adaptando-as a uma linguagem acadêmica moderna, do que de fato reconstruir concepções que superassem o racismo científico.

“As concepções de aculturação defendidas pelo autor procuram superar determinismos biológicos, mas continuam permeadas pela ideia da imposição das "forças civilizatórias" (id, p.256).

Nesse contexto, a teoria do branqueamento não está mais relacionada à transformação da cor da pele (ideário biologizante) mas, sim, na transformação em "um de nós" através dos valores culturais (id, 2006).

Por fim, "nas diferentes concepções sobre o ideal de branqueamento que visavam explicar a formação do povo brasileiro, o outro era sempre de uma forma ou outra, passível de ser transformado em " um de nós", seja no âmbito religioso, biológico ou cultural" (id, p.259).

Capítulo 5 - Nos Arquivos de Arthur Ramos: Mapeamento e Caracterização do Acervo Analítico

O quinto capítulo desta pesquisa consiste na caracterização, leitura e análise dos documentos catalogados no arquivo Arthur Ramos disponíveis no acervo da Divisão de Manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. As visitas como pesquisadora foram realizadas no período de 03 a 06 de julho de 2023, durante esses quatro dias permaneci nas dependências da biblioteca das dez horas da manhã às quatro horas da tarde em contato com os diferentes documentos selecionados.

O acervo tem acesso controlado, mediado por preenchimento de formulário⁴² específico para cada documento que será manuseado. Durante a consulta era permitido permanecer com três documentos por vez sobre a mesa de estudo. Importante destacar que foi autorizado o registro fotográfico, sem restrições, do conjunto de documentos selecionados, por se tratar de uma consulta para fins acadêmicos.

No acervo, os recortes de jornais, folhetos, fotografias, originais de manuscritos, diferentes anotações são catalogadas com títulos e datas de publicação na seção de manuscritos da biblioteca. O acesso a esses materiais requer agendamento prévio, realizado via e-mail diretamente com o setor responsável. Já os documentos em formato de livros estão catalogados na seção de obras gerais e podem ser consultados a qualquer momento desde que seu cadastro como pesquisador(a), realizado no primeiro dia de visita, esteja ativo.

A maior parte do acervo fotográfico e das correspondências de Ramos trocadas com diferentes intelectuais já foram digitalizados e estão disponíveis para acesso no site da BN Digitais.

Os documentos do acervo são extremamente antigos, com páginas já amareladas e em processo de deterioração (Figura 2). Por essa razão, alguns cuidados são indispensáveis para o seu manuseio, incluindo o uso obrigatório de luvas.

Cada documento é cuidadosamente armazenado em envelopes de cartolina branca, garantindo maior preservação. Diversos artigos de jornais foram reunidos em um único volume, intitulado "*Álbum com recortes de jornais – 1934 a 1940*", proporcionando uma organização mais sistemática do material.

⁴² Contendo informações do documento (título, autor, ano, localização no acervo) e dados da pesquisadora (nome, número do documento, título da pesquisa).

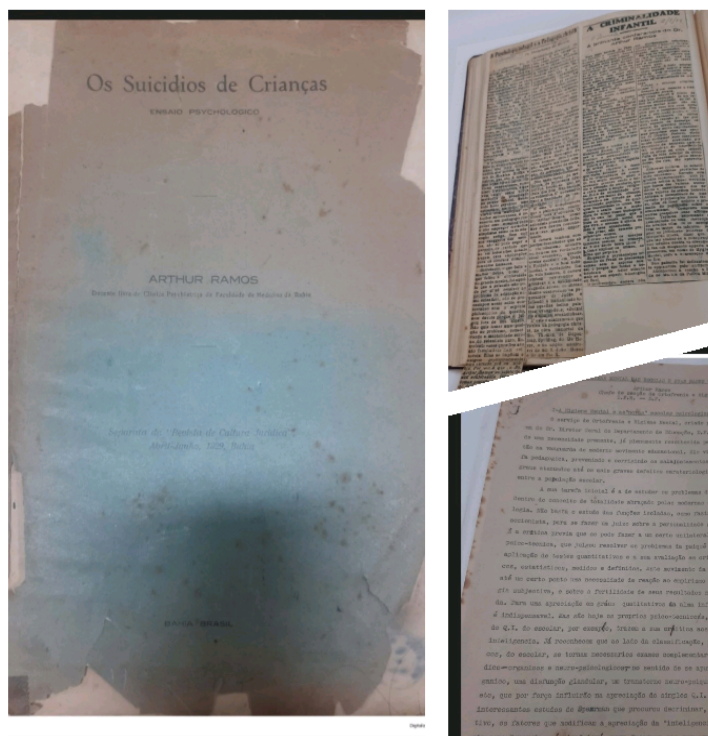


Figura 2 - Capas de Documentos do Acervo

Fonte: Acervo Arthur Ramos, Biblioteca Nacional

O acervo de Arthur Ramos foi vendido à Biblioteca Nacional em 1956, parcialmente por sua viúva, Luiza Araújo Ramos, e pela Universidade do Brasil. Trata-se de umas das coleções mais extensas da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, cuja identificação e catalogação levaram duas décadas para serem concluídas.

A versão definitiva online do Inventário Analítico Arthur Ramos⁴³ (figura 3) foi organizada em 4.860 verbetes, com breves resumos de cada unidade documental, contendo também um índice geral (autor, título e assunto) que remete aos verbetes, os quais estão ordenados alfabeticamente em suas respectivas séries arquivísticas.

Em 1999, a equipe de pesquisadores responsável organizou uma versão preliminar para uma pequena exposição ao "*Seminário Diários do Campo*". *Arthur Ramos, os Antropólogos e as Antropologias (FBN/UFRJ) – lembrar, na Biblioteca Nacional, os 50 anos da morte de Arthur Ramos*".

O arquivo recebeu, em 2016, o diploma do programa "*Memória do Mundo*" da Unesco, um reconhecimento da sua importância como patrimônio cultural. Para Luitgarde O. Cavalcanti

⁴³ Disponível para consulta em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1111530.pdf

Barros (2004. p.10) "a documentação reunida é uma representação das múltiplas diretrizes de conhecimento de Arthur Ramos que o diferenciam do cientificismo de sua época"

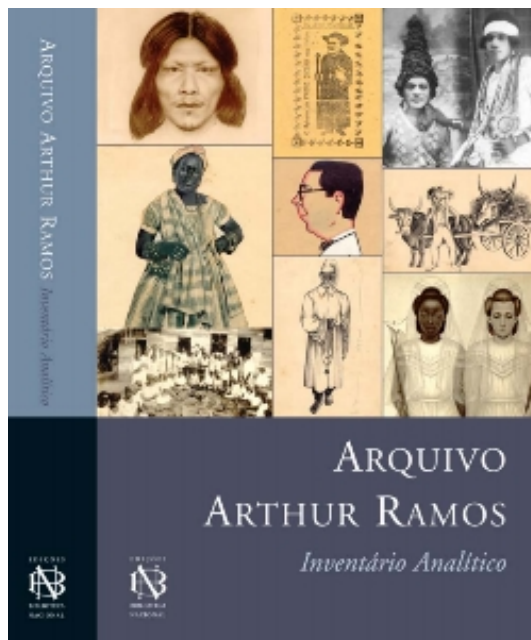


Figura 3: Capa do Arquivo Arthur Ramos: Inventário Analítico

Fonte: Arquivo online Arthur Ramos Inventário Analítico

5.1 O Pensamento Científico de Arthur Ramos: Infância, Psicanálise, Educação e Raça no Brasil Moderno

Inicialmente ao consultar o documento online "*Arquivo Arthur Ramos: Inventário Analítico*" (2004) utilizando como inclusão os documentos que se referiam aos estudos de criança, infância, psicanálise e estudos raciais. Através da leitura dos títulos foi definido que para essa pesquisa seriam analisadas vinte e quatro artigos, treze anotações gerais, duas anotações de conferências e congressos, dois livros e um álbum com recortes de jornais contendo trabalhos publicados em diferentes revistas.

Mas, após a consulta presencial e a leitura na íntegra dos diferentes materiais, optamos por descartar alguns documentos que se caracterizavam como anotações avulsas, anotações resumidas dos diferentes livros já publicados ou também manuscritos redigidos à mão com uma grafia inviável de ser decifrada no tempo de desenvolvimento da tese.

Vale ressaltar, que na apresentação do inventário analítico online foi mencionado pela equipe responsável pela sua organização, a dificuldade de catalogação dos diferentes documentos devido a grafia do autor.

"A metodologia utilizada no tratamento de todo o conjunto documental foi a referenciação bibliográfica, ou seja, a leitura meticulosa, muitas vezes paleográfica – um de nossos desafios foi a letra de Arthur Ramos" (Faillace⁴⁴, 2004, p.07).

Após a leitura preliminar dos diferentes documentos selecionados foi possível descrevê-los em categorias para melhor analisá-los. Primeiramente, categorizamos as matérias publicadas nos diferentes jornais e revistas⁴⁵, após, os diferentes artigos científicos e também os livros selecionados. Sistematizando-os em quatro categorias: (1) *Criança e Psicanálise*, (2) *Psicanálise*; (3) *Psicanálise e Educação*, (4) *Estudos Raciais*. Entre as matérias de jornais e revistas identificamos textos produzidos por Arthur Ramos, textos produzidos por terceiros sobre o trabalho de Arthur Ramos, textos referentes a conferências ministradas por ele e relatos de entrevistas sobre determinados assuntos.

Quadro 5: Artigos de jornais sistematizados por categorias

CATEGORIAS/ ANO	CRIANÇA E PSICANÁLISE	PSICANÁLISE	PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO	ESTUDOS RACIAIS
1934	-----	-----	Educação e Psicanálise: Doutor Arthur Ramos	-----
1935	A conspiração contra as crianças A propósito da criança delinquente	Pobre Freud	-----	
1936	A criança desconhecida	A psicanálise na crítica de arte	----- --	
1937	-----	Expressões desmoralizadas	-----	-----

⁴⁴ Vera Lúcia M. Faillace - Chefe da Divisão de Manuscritos.

⁴⁵ A manhã; Boletim de Ariel; Diário da noite; Diário de Pernambuco; Especial Dom Casmurro; Gazeta de Alagoas; Gazeta Petrópolis; Jornal Brasil; O globo; Revista acadêmica.

1939	-----	Palestra: A assistência aos alienados	-----	-----
1940	-----	Sobre exposições de trabalhos dos internados em Juquery Estamos vivendo no século da loucura	-----	-----

Fonte: Elaboração própria, 2024

Quadro 6: Artigos Científicos e Livros sistematizados por categorias

CATEGORIAS/ ANO	CRIANÇA E PSICANÁLISE	PSICANÁLISE	EDUCAÇÃO E PSICANÁLISE	ESTUDOS RACIAIS
1928	-----	Livro: Estudos de Psicanálise	-----	-----
1933	-----	-----	A contra sexualidade e o sentimento de culpa em pedagogia	-----
1934	-----	-----	A família e a escola: Conselhos de higiene mental aos pais	Livro - O negro brasileiro: Etnografia Religiosa
1935	-----	-----	-----	-----
1936	-----	-----	-----	-----
1937	-----	-----	-----	-----
1938	A mentira Infantil	-----	-----	-----
1939	O suicídio de crianças: Ensaio psicológico	-----	-----	-----
1940	-----	-----	-----	-----
1942	-----	-----	-----	Os estudos negros e a escola de Nina Rodrigues
Sem data	As interpretações psicológicas da cultura: Técnica da psicanálise infantil	-----	A higiene mental nas escolas e suas bases teóricas	Uma introdução ao estudo do homem

Fonte: Elaboração própria, 2024

Como ilustrado nos quadros acima, no acervo encontramos matérias publicadas de 1934 a 1940. Revelando que o extenso trabalho de Arthur Ramos teve divulgação ativa durante esses anos. Os diferentes temas publicados evidenciam que seu interesse de estudo desde o princípio

estava articulado às questões raciais, a psicanálise, a criança brasileira, e a educação após seu ingresso como chefe do SOHM no Rio de Janeiro.

Observa-se, ainda, que a maior parte de suas publicações corresponde a divulgações preliminares de estudos e a recortes de conteúdos de obras mais amplas, o que evidencia a centralidade de seu acervo analítico na sustentação e na reflexão sobre o trabalho realizado no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental.

Os documentos sistematizados nas categorias, *Criança e Psicanálise; Psicanálise e Educação*; trazem temas abordados amplamente nos livros: *A Criança problema: a Higiene Mental na escola primária* (1937); *Educação e Psicanálise*; *Saúde do Espírito: Higiene Mental*, analisados na pesquisa de mestrado (2020).

O conjunto de entrevistas e/ou matérias que citam os estudos de Ramos, demonstram a circulação de suas produções e a importância do seu trabalho para diferentes temáticas na área de psicologia social e psicanálise, estudos raciais e também educação debatidos naquele período.

"A palavra de Arthur Ramos é ouvida hoje como a de um verdadeiro mestre nos estudos fundamentais da formação histórica do Brasil" (Apresentação de abertura de uma entrevista com Arthur Ramos para o jornal *Gazeta de Petrópolis*, 1936).

Por fim, a seguir apresentaremos uma síntese descritiva de todos os documentos selecionados.

1 - CRIANÇA E PSICANÁLISE

Nessa categoria, são descritos os documentos relacionados à articulação entre criança e psicanálise. Foram selecionadas duas matérias escritas por Arthur Ramos (*A Conspiração contra as crianças* (1935); *A criança desconhecida* (1936)); um relato de entrevista escrito por terceiros (*A propósito da criança delinquente* (1935)); e três artigos científicos (*A mentira Infantil* (1938); *O suicídio de crianças: Ensaio psicológico* (1939); *As interpretações psicológicas da cultura: Técnica da psicanálise infantil* (s/d)).

Incluiremos, ainda, nesta categoria, uma breve descrição do livro *A criança problema: a higiene mental na escola primária*. Embora a obra já tenha sido descrita e analisada de forma aprofundada na dissertação de mestrado, sua retomada neste trabalho mostra-se complementar à análise da categoria em questão.

Na matéria "*A Conspiração contra as crianças*" publicada no jornal *A manhã* em 11.05.1935, Ramos apresenta uma crítica aos estudos e métodos que definem a criança como anormal e as casas de assistência às crianças abandonadas.

Para Arthur Ramos, as crianças eram frequentemente diagnosticadas sem que se considerassem, de fato, os múltiplos fatores envolvidos em sua constituição, como se “pudessem ser examinadas isoladas no tempo e no espaço, em uma seção transversal de apreciação, chocante, sem levar em conta todos os fatores que conduziram aos maus ajustamentos”. A partir de suas observações, o autor constatou que a maioria das crianças classificadas como anormais enfrentava problemas como desnutrição, alimentação inadequada, fadiga, doenças orgânicas ou, ainda, condições precárias de vida familiar. Para Ramos, se fazia necessário seguir os exemplos da América, “tendência para a educação das crianças “difíceis” é colocá-la em contato com as classes “normais”, no sentido de uma adaptação cada vez melhor.”

Sobre as casas de assistência, Ramos descreve que as crianças internadas, nas suas palavras “abandonadas” nessas casas recebem um sadismo inconsciente dos adultos que são resultantes dos seus problemas incompreendidos. São crianças que não foram educadas para lidar com seus problemas de complexo de inferioridade.

Já na matéria "*A criança desconhecida*" publicada na mesma revista em março de 1936, Ramos apresenta uma crítica às escolas e aos testes de inteligência. Ressaltando que as escolas clássicas receberam as crianças aos seis anos de idade, ignorando todos os lapsos anteriores. Desconhecendo totalmente essa criança, introduziram uma educação na qual o adulto passava seus conhecimentos, sem indagar as relações subjacentes, às subestruturas da personalidade, sem ir ao encontro reais de interesses psicológicos das crianças.

Para Ramos, os testes de psicologia não passaram de testes de julgamento intelectualistas. Que desconsideravam a personalidade da criança, as bases de suas formações no período pré-escolar. A personalidade era investigada com um teste direto na criança, não com critérios unilaterais das funções psicológicas, mas com estudo de fundo caracterológico. “São os estudos pré-escolares que oferecem os primeiros e principais elementos para o conhecimento do caráter da criança”. Ramos, ressalta que o caráter analisado não é propriamente o caráter de julgamento bom ou ruim. Mas, sim o caráter de linguagem científica que é o modo de reações psíquicas e globais da criança.

Dois tipos básicos de caráter que diferenciam reações a determinados acontecimentos: Esquizoide (separadas do ambiente, reagindo de maneira inadequada, quase sempre calado, reservado). Cicloide (completamente dobrável ao ambiente, procurando contato com o outro).

É nos primeiros anos de vida que se modela os primeiros núcleos de caráter. Os pais são os primeiros responsáveis pela vida futura das crianças.

A matéria *A propósito da criança delinquente*, escrita por L. Lavenere e publicada no *Jornal de Alagoas* em 03 de março de 1935, descreve a palestra de Arthur Ramos ministrada no Teatro Deodoro. Na ocasião, Ramos destacou o equívoco do adulto ao analisar a criança exclusivamente a partir de seu próprio ponto de vista, posicionando-se de forma crítica em relação ao conceito de criança delinquente.

Baseado na palestra de Arthur Ramos o colunista reforça que o crime juridicamente é um fato social que precisa ser analisado diferentemente entre países e indivíduos. Destaca ainda que o ato da criança precisa ser observado fora das leis humanas, de acordo com seu meio social em que vive. "Falando-se de crime na infância, de criança delinquente, será indispensável, antes de tudo, estabelecer sobre bases seguras o contexto de crime. As observações de Ramos provam que não existe crime nos atos da criança, qualquer que seja a ideia que tenhamos do ato criminoso".

"É um erro grave da legislação penal, não favorecer o delinquente ignorante, deveriam ser tratados como indivíduos anormais em casas de educação e saúde. Mentalmente valem tanto como crianças".

No artigo científico *"A mentira Infantil"* escrito em 1938, Arthur Ramos ressalta que a atividade imaginativa é uma função normal na criança e, por isso, "da mesma forma que para os outros "maus hábitos" infantil é necessário não intervirmos com nossa lógica de adultos. E até seria o caso de não falarmos de termos pejorativos, que implicam para o adulto, a transgressão de um padrão de moral ou de um código social".

"Mentira ou delusão (Piaget), a criança não sabe ou não pode mentir, antes de distinguir a relação de assuntos". Segundo Ramos, para muitos psicólogos, é muito difícil ou quase impossível definir a mentira, considerando que esta pode ocorrer em diferentes circunstâncias e apresentar variados aspectos.

Dentro da discussão do caráter inato ou adquirido da reação mentirosa, quando não são mentiras ligadas a traços inatos da imaginação criadora ou quando se trata de mentira patológica, todas as outras mentiras da criança são reações do ambiente, na maior parte reações de defesa.

"São inúmeras as variadas circunstâncias ambientais em que se revela a mentira como reação psicológica a um desajustamento, a atitude dos adultos é primordial".

A partir de experimentos com crianças⁴⁶ consideradas honestas e crianças mentirosas, conclui-se que "ninguém é honesto ou desonesto por natureza, a situação ambiental tem

⁴⁶ Segundo Ramos (1938, p.07), foram os experimentos de Hartshorne e May que melhor destacaram o papel do ambiente nas reações de mentira na infância, Estes investigadores submetem algumas milhares de crianças de

decisiva importância nas reações de desajustamento da criança, nestas situações deve ser realizado um estudo minucioso das relações pessoais envolvidas”

“As mentiras infantis são reações de defesa, tentativas de ajustar por meio condenáveis pelo adulto, situações de desajustamento. Essas tentativas de ajustamentos surgem nas mais variadas circunstâncias e, por isso, as várias categorias de mentiras infantis e as várias classificações dos tratadistas do assunto”.

No artigo científico "*O suicídio de crianças: Ensaio psicológico*", escrito em 1929, Arthur Ramos, descreve os estudos que apontam um aumento relativo a casos de suicídio infantil em todos os países. Destaca que a grande maioria ocorre na puberdade, período em que surgem os conflitos decisivos em face da realidade. Quase sempre “amores contrariados”

Para Ramos, "o suicídio de crianças é um fenômeno complexo em que, durante a formação da personalidade há influências exteriores. Não se pode concluir, generalizando, pois não se sabe até onde os casos de suicídio em criança resultaram das anormalidades (desequilíbrio mental)".

No artigo científico "*As interpretações psicológicas da cultura: Técnica da psicanálise infantil*", s/d, Ramos, aborda a análise infantil (pedanálise) de Pfister, destacando que a “psicanálise de uma situação pedagógica, de um “difícil escolar” não difere no geral dos métodos empregados na análise dos sintomas neuróticos”. Mas, a pedanálise tem seus métodos especiais ligados aos trabalhos de Anna Freud, Melanie Klein, Mne. Bonaparte, Sophie Morgenstern, etc.

Em casos de conflitos leves o próprio educador com formação psicanalítica podia resolver, já os casos mais graves com traumas profundos deveriam ser encaminhados para o psicanalista médico.

A pedanálise consiste em uma especialidade dentro da psicanálise. Segundo Ramos, a sua diferença para uma análise do adulto está em que a mesma se refere a uma personalidade consciente dos seus conflitos neuróticos e procura o psicanalista para tentar resolver, já a criança um ser incompleto, dependente e em formação, não tem consciência dos seus conflitos.

Ramos, continua destacando que uma análise infantil é bem diferente de uma adulta, pois na última uma vida psíquica parte das interpretações de sonhos, narração da memória consciente, análise das associações livres, interpretações de reações de transferências.

8 a 16 anos a vários testes a fim de determinar se elas mentiam, enganavam ou furtavam. A essas crianças se ofereciam oportunidades engenhosas onde elas pudessem revelar ocasiões de mentir, furtar e enganar. Todos os fatos ambientais foram levados em consideração: **nível econômico e cultural do lar, raça, nacionalidade e religião dos pais, graus escolares, sociabilidade na escola e no lar, influências dos mestres padrões de morais da escola, etc.**

Com a criança no que se trata da narração da própria vida, são os familiares que concedem as informações, as interpretações dos sonhos infantis são mais fáceis de interpretar, quase sempre são a expressão direta de um desejo (Freud). As associações possibilitam poucas análises, mas a utilização de desenhos e o estudo dos jogos (Walder apud Ramos, é uma licença da realidade, quanto Super-ego) e brincadeiras auxiliam.

A transferência da criança é, pois, uma inclinação direta e real e não uma substituição, uma reprodução de antigas situações. Daí a extraordinária ação educativa que decorre da análise infantil. O analista não só resolve os conflitos da criança, como contribui para modelar suas reações para o futuro” (Ramos, s/d).

“Na psicanálise infantil está ligada toda uma pedagogia. O analista como educador “livra a alma” da criança de todos os obstáculos preparando o terreno purificado para um desenvolvimento harmonioso, no futuro” (id).

Já no livro *“A Criança Problema: a higiene mental na escola primária”*, publicado pela primeira vez, no ano de 1939, apresenta resultados das pesquisas desenvolvidas pelo autor durante o seu tempo de atuação no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE). Nessa produção, Ramos apresenta a sua concepção de “criança problema” e as causas que originam as dificuldades de aprendizagem dessas crianças, fundamentando-as em análise conjunta de laudos médicos, da família e da escola.

O livro está dividido em duas partes: 1º denominada “As Causas” aborda discussões como a herança e o ambiente; a criança mimada e a criança escorraçada; as constelações familiares; o filho único; avós e outros parentes, na 2ª parte denominada “Os Problemas” aborda a criança turbulenta; tiques e ritmias; as fugas escolares; os problemas sexuais; medo e angústias; a mentira infantil e os furtos.

As clínicas de ortofrenia e higiene mental atenderam durante cinco anos cerca de duas mil crianças matriculadas em seis escolas⁴⁷ públicas experimentais do Distrito Federal que apresentavam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Ramos (1949), suas clínicas de higiene mental nas escolas, articuladas com o ensino pedagógico, foram uma experiência inovadora para o Brasil, nas quais desenvolveu um extenso programa de ação (Higiene Mental preventiva para alunos; exames médicos-psicológicos para alunos; orientações psicológicas; formação mental para professores).

⁴⁷ Escola Estados Unidos; Escola Argentina; Escola Manuel Bonfim; Escola Bárbara Ottoni; Escola General Trompowski;

O programa de ação das clínicas de ortofrenia e higiene mental estava focado não apenas na criança, como também nos pais, familiares e toda a equipe escolar. Isso porque, acreditava-se, que o comportamento e a aprendizagem da criança não poderiam ser estudados apenas como algo restrito ao espaço escolar e aos testes de inteligência. Segundo Ramos (1949, p. 10):

Os estudos mais recentes em diferentes áreas comprovam que os problemas da criança só podem ser compreendidos no mundo atuante dos seus círculos de família e de sociedade. (...) As influências de sociedade e de cultura impregnam a personalidade, moldando-lhes atitudes e preferências. O próprio pensamento humano está na dependência dos poderosos fatores da cultura de que faz parte o indivíduo (Ramos, 1949, p. 10).

Ramos defende a articulação direta entre psicanálise e antropologia para ser possível compreender eficazmente os problemas do comportamento humano no ambiente social e cultural.

Os antropólogos, corrigindo os primitivos ensinamentos da psicanálise, vieram mostrar que os instintos humanos são condicionados pelo ambiente de cultura. (...) Desde a correção inicial de Malinowski, até os dias de hoje, são acordes antropólogos e psicólogos, entre estes grandes números de psicanalistas, que as tendências, os “complexos”, e as “vivências” humanas, são condicionados, ou às vezes diretamente formados, pelo ambiente sociocultural (Ramos, 1949, p.11)

Os estudos dessa articulação passam a moldar e beneficiar a higiene mental na educação que “excluindo seus aspectos organicistas se torna uma psicologia social comparada” (Ramos, 1949, p.10).

Durante o atendimento nas escolas experimentais eram produzidas as chamadas “fichas de observação comportamental” como forma de registro de cada criança, contendo informações sobre a criança e sua rotina, dados familiares e ambiente familiar. No livro Ramos transcreve duzentas e setenta fichas, para exemplificar suas análises e, ao observarmos as mesmas notamos que, as informações podem ser separadas por categorias como: faixa etária (3 anos a 15 anos), raça (cor da pele e traços fenotípicos), gênero (menino e menina ou masculino e feminino), nacionalidade e classe social.

Arthur Ramos utilizou essas categorias para analisá-las a partir de uma ênfase teórica entre a psicanálise e a antropologia, afirmando que, dentro das concepções da higiene mental a criança não pode ser observada como ser isolado, responsável pelos seus atos, mas sim, a partir das influências do meio ambiente cultural e social, e das forças psicológicas dos adultos que são os dirigentes da personalidade e do caráter da criança. Segundo Ramos (1949), a higiene mental reconhece a criança como um ser indefeso, rodeada por adultos que não a compreende.

Segundo Arthur Ramos (1949), suas observações detalhadas demonstraram que havia um equívoco nos estudos sobre as crianças que apresentavam dificuldade no processo de ensino e aprendizagem, pois as mesmas eram analisadas apenas dentro das concepções clínicas de atraso mental. Os resultados de suas pesquisas demonstraram que das duas mil crianças analisadas, noventa por cento das diagnosticadas pelos educadores como “anormais” não apresentavam nenhuma “anomalia” ou atraso mental no sentido constitucional do termo, que produzisse ou reproduzisse desequilíbrio das funções neuropsíquicas, mas eram crianças que foram “anormalizadas” pelo meio cultural e social, ou seja, eram crianças vítimas de inúmeros problemas familiares e sociais influenciadores no processo de aprendizagem dos conteúdos escolares e na construção do caráter moral do indivíduo. Portanto, para o médico psiquiatra (1949), era necessário inverter não somente a terminologia, mas também os estudos que deveriam ter como foco a “criança normal” e sua atuação na prevenção das doenças mentais e, não mais, no tratamento das “crianças anormais”.

A higiene mental constituída nesse período buscava “prevenir as doenças mentais” e “ajustar a personalidade humana” através do estudo completo das causas psicossociais, sejam essas, emocionais, sociais, domésticas, culturais e etc. Os intelectuais da época consideravam a infância o período no qual o indivíduo constrói seu caráter para a vida adulta, assim, a higiene mental tinha como foco principal, o estudo da primeira e da segunda infância.

2 - PSICANÁLISE

Nessa categoria descreveremos os documentos relacionados à psicanálise, foram selecionadas três matérias escritas por Arthur Ramos: *Pobre Freud (1935)*; *Expressões desmoralizadas (1937)*; *Notas sobre amor e medo: O livro: Aleijadinho e Álvares de Azevedo (s,d)*; *A psicanálise na crítica de arte (1936)*); três relatos de entrevistas, *Palestra: A assistência aos alienados(1939)*; *Sobre exposição de trabalhos dos internados em Juquery (1940)*; *Estamos vivendo no século da loucura (1940)*; um livro: *Estudos de Psicanálise (1928)*.

Na matéria "*Pobre Freud*" publicada no jornal A manhã, em 15.05.1935, Arthur Ramos ressalta a divulgação inadequada e apressada das teorias psicanalíticas de Freud.

“Por mais de uma vez o criador da psicanálise tem se lamentado sobre a divulgação apressada de seus conceitos pela América. Já tenho ouvido citarem Freud em todos os setores e a qualquer propósito”.

No Brasil um pouco diferente da América do Norte, a psicanálise oscilou por dois polos distintos: "o da negação da parte dos críticos tendenciosos e o da aceitação apressada pelos vulgarizadores ignorantes" (Ramos, 1935).

Já na matéria "*Expressões desmoralizadas*" publicada na revista Gazeta de Alagoas, ano de 1937, Ramos apresenta uma crítica a como a psicanálise começou a ser utilizada de maneira imprópria no contexto brasileiro. "A história da psicanálise no Brasil é um fenômeno curiosíssimo". Primeiro alguns estudiosos de medicina puseram-se a ler e interpretar as doutrinas de Freud e ficaram horrorizados tentando a qualquer custo provar que suas teorias eram falhas. Mas, em contraposição, vieram os entusiastas e divulgadores de Freud. O que para Ramos, piorou. Pois começaram a divulgar muitos livros sobre interpretações dos sonhos, iniciações à psicanálise, romances psicanalíticos. "Inúmeros charlatões (cartomantes), começaram a vender interpretações de sonhos baseados na teoria freudiana" (Ramos, 1937).

Qualquer coisa escabrosa passou a ser assunto freudiano" ...Expressões desmoralizadas que denunciam o próprio atraso cultural que vivemos. Não foram seus opositores que difamaram, mas sim, seus divulgadores incompetentes. (...) Há entre nós, meia dúzia de termos, de legítima origem científica, mas que perderam inteiramente o prestígio. Tornaram-se expressões desmoralizadas. Não que se tivessem apenas popularizado. O ideal da ciência é justamente sua humanização, sua acessibilidade ao maior número. É que se popularizaram mal, servindo a objetivos diferentes daqueles a qual se propunha (Ramos, 1937).

Na matéria "*Notas sobre amor e medo: O livro: Aleijadinho e Álvares de Azevedo*", sem informações sobre em qual revista ou jornal foi publicada, s/d, Arthur Ramos faz uma análise do romance escrito por Mário de Andrade, ressaltado que o autor sem utilizar dos métodos psicanalíticos, fez uma análise psicanalítica. Delimitando os traços psicanalíticos dominantes em Azevedo.

Já na matéria "*A psicanálise na crítica de arte*" publicada no jornal Boletim de Ariel, em 15.04.1936, Ramos destaca a importância de os romances serem uma fase propícia às análises psicológicas. "A psicanálise é um método auxiliar na crítica de arte, tanto aplicável aos normais como aos doentes de espírito. A discussão da aproximação entre poetas e loucos, já não tem sentido para nosso tempo, que assiste cada vez mais a queda das barreiras entre o normal e o anormal."

A matéria "*Palestra assistência aos alienados*", publicada no jornal Boletim Mensal, em 28.02.1939, descreve a fala de Arthur Ramos durante a palestra. Segundo a matéria, Ramos, definiu o problema em dois polos: Primeiro, psicopata (pertencia a ciência psicopatológica),

destacando a história da alienação humana da idade média até a contemporaneidade, definindo também as diferentes formas de alienação humana, desde a simples nevrose até a psicose constitucional aguda. Segundo polo, a Assistência (sociologia). Para Ramos, eram necessários hospitais separados para loucos criminosos e criminosos não loucos. Sendo diferentes também os hospitais do campo e da cidade, pois era necessário o ambiente estar de acordo com o de origem do doente mental.

Sugeriu que os hospitais produzissem trabalhos idênticos à profissão de seus pacientes, que pudesse exercer com métodos e orientações e com toda a indispensável assistência social. Método terapêutico não só para a cura, mas também cobrir gastos que o estado teria.

Na matéria "*Sobre exposição de trabalho dos internados em Juquery*" publicada no Jornal a Tarde, em 20.02.1940, Arthur Ramos responde algumas perguntas sobre trabalhos artísticos dos pacientes de uma clínica.

Pode a exposição oferecer resultados práticos ao estudo da psiquiatria?R: Pode, se for realizada com critérios científicos. O material artístico dos alienados é um precioso meio técnico de uma rápida penetração no seu psiquismo. **Quais seriam esses resultados?**R: Através da atividade expressional do alienado, da interpretação do conteúdo psíquico de determinada doença mental. Muitas vezes, a atividade psíquica profunda não se pode revelar em sintomas aparentes. Nesse caso, a arte (desenho, pintura etc.) do alienado podem fornecer um meio rápido de penetração nas profundidades do psiquismo. **Que importância tem para a arte moderna, o estudo das atividades artísticas do alienado?**R: É justamente, a arte moderna quebrando os preconceitos clássicos. Estuda as atividades expressionais do homem em todas as circunstâncias: “o homem branco, adulto e civilizado” como chamava Ribot. O primitivo, a criança, o neurosado: em outra atividade, como sonho e outros fenômenos de regressão mental. Vários autores têm feito um paralelo entre a chamada arte moderna e arte dos alienados. **Que poderá o louco realizar de importante nesse sentido?**R: A atividade dos loucos fornece muitas vezes meios de compreensão da arte moderna do homem normal. Porque em essência, como destaca Frizon “não há diferença entre o homem normal e o anormal. O delírio tem sua lógica, a arte dos alienados tem a sua compreensão, porque ela é um recado do inconsciente. E mesmo porque o inconsciente é um só: na arte, no sonho, na neurose e na psicose. **Quais os autores que se preocupam com esses estudos no Brasil e no estrangeiro?**R: Vários autores têm feito esse paralelo entre a arte e a loucura. No livro ‘Primitivo e Loucura’ estabeleço comparação entre a arte do esquizofrênico e a arte do primitivo, divulgando o trabalho de autores estrangeiros e nacionais (Ramos, 1940, s/p).

Na entrevista "*Estamos vivendo no século da loucura*", publicada no jornal *Diário da Noite* em 28 de fevereiro de 1940, Arthur Ramos expõe seu ponto de vista em relação à afirmação de um cientista norte-americano, segundo a qual a humanidade estaria atravessando um período de loucura.

Para Ramos, a opinião do Dr. Sullivan (professor de psiquiatria da Universidade de Georgetown) reflete a orientação mais moderna dos estudos de psicopatologia, o que seria a influência do meio social e cultural sobre a personalidade. O indivíduo reflete o seu meio social

e cultural como um todo, não só na sua fachada representativa, como no seu comportamento total, e até no seu 'éthos' (modo de reagir emocionalmente combinado ao fundo moral da personalidade) (Ramos, 1940).

Segue explicando sobre a esquizofrenia ser uma doença do século e, por isso, poderia se denominar o século da loucura. "O homem moderno está tendo dificuldade de se adaptar à civilização que ele próprio criou. Há um profundo desajustamento da personalidade com a técnica. Cada civilização, cada ciclo de cultura tem assim a sua neurose característica".

Conclui ressaltando que é uma fase de desajustamento, que assinala as grandes crises históricas, uma fase que tem sua expressão talvez um maior coeficiente de angústia interior. E que se estenderá deixando a sua impressão profunda no indivíduo.

Já o livro: *Estudos de Psicanálise*, publicado pela primeira vez em 1928, está dividido em cinco capítulos e apresenta a reprodução modificada de sua tese: "A sordíce nos alienados – ensaio de uma psicopatologia da imundice".

De acordo com Arthur Ramos, "A psicanálise não está em contradição com nenhuma religião, nenhuma atitude filosófica"

A seguir apresentaremos uma síntese dos cinco capítulos:

Capítulo I - Gênese e postulados do freudismo

Neste primeiro capítulo, Ramos inicia resgatando as principais teorias da psicologia clássica e contemporânea, destacando a importância da psicanálise e suas diferenças e implementações. Segundo ele, "a psicanálise ocupa o ponto de intersecção de todas essas doutrinas. Ela é uma constante comum de todas essas múltiplas orientações da psicologia dinâmica hodierna. A psicanálise contém nas e supera-as" (p.09).

Ainda, segundo o autor, a psicanálise tem sobre todas essas doutrinas o mérito de não ser um sistema rígido e imutável. Não é uma teoria completa da atividade mental, mas sim, uma doutrina de métodos inteiramente novos e de surpreendentes interpretações. Podendo ser considerada a herdeira direta das tendências afetivas.

Iniciou a partir de experiências, tendo como referência inicial o material patológico sobre as nevroses. Sua primeira experiência concreta, foi feita por Josef Breuer que aplicou um processo especial de hipnose, narrando uma série de traumas psíquicos a um paciente com quadro de histeria. Mas, só após, em colaboração com Freud, esses estudos foram reunidos e complementados no que viria a se tornar as teorias da psicanálise.

A primeira grande descoberta de Freud foi o recalçamento e repressão (processo de eliminação de certas recordações do plano consciente. Eliminação de tendências e inclinações, recalçadas no inconsciente. Tendência impedida de penetrar no inconsciente no pré-consciente).

A “Teoria do Recalçamento” é a pedra angular da psicanálise. O método terapêutico consiste em vencer as resistências, sobrepor o conflito e tornar consciente as ideias recalçadas. Todavia, é assim que nasce a chamada psicanálise, “nasceu no dia em que se renunciou à hipnose. O recalçamento é uma reação psicológica forçada.

Muitas teorias foram previstas e analisadas antes de Freud, a considerar a noção da sexualidade infantil. Contudo, na interpretação da sexualidade da infância em termos do consciente, originou uma interpretação e confusão entre sexual e genital. Para a psicanálise, há um sexual para além do genital, e nada tem a ver com a procriação, assim, como psíquico não pode ser confundido com consciente (p.26).

Ramos, segue o capítulo descrevendo as principais teorias da psicanálise sendo elas inovadoras ou modificadas. “Uma parte considerável do trabalho de Freud são as suas investigações sobre o sonho (símbolo do inconsciente), de onde extraiu material importante para a elaboração das suas teorias.

“A psicanálise como método diagnóstico, processo terapêutico, teoria geral dos fenômenos psíquicos, não pode resumir-se, no seu desenvolvimento e nas suas aplicações. Ela é vasta como a psicologia” (id, p. 61).

Capítulo II – A psicologia individual

A psicologia individual tem como objetivo corrigir os erros da educação familiar e escolar, estudando as crianças “difíceis,” “portadores de inferioridades orgânicas”, desviando a linha de formação das nevroses e fornecendo-lhes um plano normal de vida, inserindo-lhes o verdadeiro sentido das relações com a comunidade.

“As condições econômicas desfavoráveis creem o que Henri de Man chama de o “complexo de inferioridade do proletariado”.

“Os processos de que se utiliza a psicologia individual, do ponto de vista técnico, não diferem essencialmente dos empregados na psicanálise. Só a interpretação varia “(p.79).

“A psicologia individual utiliza os pequenos fatos da vida cotidiana, mas sua interpretação se diverge da teoria psicanalítica. O grande sucesso da psicologia individual reside nas suas aplicações na pedagogia”.

Para Freud *apud* Ramos, a psicologia individual de Adler trouxe contribuições valiosas com relação a psicologia do Eu, mas de resto são apenas traduções supérfluas e/ou

interpretações arbitrárias de fatos que a psicanálise já havia analisado em longas investigações (p.84).

Capítulo III – A psico-síntese

“Enquanto a psicanálise estava preocupada com a redução causal, excluindo o “não valor” da vida anímica, Jung argumentava que o valor (conceito de totalidade, possibilidade pela qual a energia pode chegar a seu desenvolvimento) devia ser também estudado.

Capítulo IV- Uma orientação biodinâmica e evolucionista da psicanálise

A tendência biodinâmica e evolucionista da escola americana foi um terreno propício ao desenvolvimento da psicanálise, considerada como destinada a realizar, no domínio das ciências do espírito o que o darwinismo já o fizera na biologia.

Antes de Freud tanto a psicologia normal quanto a clínica psiquiátrica eram para os estudiosos norte americanos, meros resultados descritivos.

Para Jellife apud Ramos, as modalidades parciais das forças libidinosas não têm sido bem estudadas pela psicanálise, que só se tem preocupado com a libido combinada de autoconservação (indivíduo) e a libido combinada de impulso da raça (sexo) p.129.

Todos os mecanismos de Freud, Jellife retorna-os, aplicando-os a evolução de cada libido parcial (p.130).

Capítulo V – A sordie nos alienados e o complexo anal-erótico

“As noções de puro e impuro (sujo e limpo) são conquistas da obra da censura sobre o primitivo interesse aos elementos coprológicos. Dali a ideia simbólica dos rituais de purificação, muito comum entre os selvagens, folclore e religiões. Intimamente relacionados com interesse anorretal e as noções subsequentes de imundice e impureza (p.170).

“A cerimônia da purificação é uma tentativa máxima de libertação do complexo anorretal. Esforço inconsciente de sublimação, conquista gloriosa do puro, translúcido, límpido e imaculado, na alma religiosa” (p.170).

“Há um germe psicanalítico comum em manifestações, na aparência da atividade humana. Certos tipos caracterológicos (alienado sórdido, pervertido sexual, criança imunda, usuário) agiriam autuados por impulso elementar. Pulsão primitiva (complexo anal-retal) que

se manifesta com seus atributos iniciais ou em peripécias de sublimação nas metamorfoses da personalidade” (p.171).

3- PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO

Nessa categoria, são descritos os documentos relacionados à articulação entre psicanálise e educação. O corpus documental deste item é composto por: uma matéria demonstrando a importância dos estudos e Arthur Ramos: *Educação e Psicanálise: doutor Arthur Ramos (1934)*; três artigos científicos: *A higiene mental nas escolas e suas bases teóricas*; *A contra sexualidade e o sentimento de culpa em pedagogia (1933)*; *A família e a escola: conselhos de higiene mental aos pais (1934)*.

Na matéria "*Educação e Psicanálise: doutor Arthur Ramos*", publicada no jornal O Globo em, 14.04.1934, sem identificação de autoria, ressalta que a psicanálise está crescendo como referência bibliográfica brasileira, devido aos estudos de Ramos. "O jovem professor tem se revelado um infatigável estudioso do campo de pesquisas que os trabalhos de Freud vieram abrir a ciência. Seus inúmeros trabalhos encontram-se entre as melhores obras de divulgação e estudo da psicanálise no Brasil.

No artigo científico "*A higiene mental nas escolas e suas bases teóricas*", Ramos explica a criação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental.

I – A higiene mental e as novas escolas psicológicas

O Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, foi criado em paralelo com uma necessidade reconhecida pelos países que estavam passando pela reforma do movimento educacional. Com o objetivo de auxiliar a tarefa pedagógica, prevenindo e corrigindo os problemas psíquicos de diferentes graus até os defeitos caracterológicos.

Segundo Ramos, sua função inicial é a de estudar os problemas de caracterologia, dentro do conceito de totalidade em conformidade com as novas teorias da psicologia. Não basta o estudo das funções isoladas, como fazia a psicologia associacionista, para fazer um diagnóstico sobre a personalidade global da criança.

II Conceito de normalidade

Segundo Ramos, não há um conceito normal de saúde, mas um conceito que implica valores, como capacidade de trabalho, no sentido de saúde física e adaptação social, etc. No sentido de saúde mental.

No plano psíquico, a anormalidade é a perda da adaptação social. Uma pessoa psiquicamente desviada não responde às exigências da sociedade, quando sua capacidade de acomodação a ela é nula ou escassa, quando as relações com seus semelhantes são difíceis enfermidades psíquicas é, pois, perturbação da capacidade de adaptação social.

“A carateriologia estuda qualitativamente as variações psíquicas individuais, e entrega a higiene mental e a ortofrenia o cuidado de prevenir e corrigir os transtornos caracterológicos que impliquem uma perda ou uma diminuição do rendimento social. Na escola esses desvios surgem nas situações pedagógicas difíceis, que põem o educador na pista de um “problema psicológico” (Ramos).

III A higiene mental preventiva: a criança pré-escolar

Arthur Ramos parte do pressuposto de que a higiene mental individual deveria ser compreendida de forma articulada à higiene racial, concebida como um novo campo científico dotado de métodos próprios, no qual os problemas de constituição e de hereditariedade racial, bem como as disciplinas de aplicação, como a eugenia, assumiam centralidade. Nesse sentido, o autor defendia que um serviço de higiene mental escolar deveria necessariamente integrar essas dimensões, sobretudo na investigação das interinfluências entre raça e indivíduo e nos fenômenos da herança biológica e psicológica.

“O movimento educacional da atualidade já reconhece todo o valor desse estudo do pré-escolar, com esses métodos novos de pesquisa. Como citou Anísio Teixeira, essa preocupação e as relações surpreendentes da higiene mental e da psicanálise, vieram atrair a atenção dos estudiosos para a criança, nos seus aspectos sociais e mentais e abriu-se para a atuação de médicos, psicólogos e educadores o mundo novo da criança pré-escolar (Ramos).

“Com o fim da prevenção mental, devem estar aparelhados os pais, na formação de um lar onde existem condições favoráveis ao bom desenvolvimento mental da criança. O lar moderno deve estar preparado para esse trabalho de formação do pré-escolar, o que virá facilitar assim a tarefa pedagógica futura” (Ramos).

IV Os maus hábitos e o behavior parental

Ramos, destaca a influência do meio familiar no comportamento infantil. Segundo ele, muitos estudiosos, inclusive norte-americanos, estão preocupados com os fatores da herança. Pediatras responsabilizam essas influências ambientais, principalmente do meio familiar, na formação de vários quadros mórbidos. Distúrbios orgânicos estão ligados a influências ambientais.

V A criança e a escola: a orientação ortofrênica

“Se a criança veio bem formada do ambiente familiar, na fase pré-escolar, o educador não tem mais do que continuar o trabalho de orientação ortofrênica” (Ramos).

Na psicanálise, o educador continua o trabalho dos pais na formação do ideal da personalidade, do ideal do eu (superego) infantil.

“A educação não é mais compreendida como um simples fenômeno de aprendizagem. É um processo global visando a formação da personalidade. Para isso, ela socorre-se de todos os meios que a auxiliem no seu mister. A higiene mental e a orientação ortofrênica são inseparáveis do processo educativo, mesmo no caso da criança “normal”, ideal” (Ramos).

“Reajustar a criança mal ajustada é todo o seu programa”.

No artigo científico "*A contra sexualidade e o sentimento de culpa em pedagogia*", escrito em 1933, Arthur Ramos explica que os impulsos instintivos da criança estão ligados ao sistema de forças antagônicas que constituem a contra sexualidade. “Fator importante em toda a educação, compete ao psicanalista conhecer mecanismo intrínseco da ação dessas instâncias recalcentes instaladas no Ego, porque da sua atuação exagerada se originaram reações prejudiciais ao destino da personalidade” (Ramos).

Ramos, segue explicando sobre as diferentes teorias da sexualidade da criança e as consequências de punições, destacando que é “um erro, de graves consequências pedagógicas, é a repressão exasperada do animismo infantil, quando o sadismo dos educadores acha uma oportunidade de se manifestar” (Ramos). Pois, como explicam os psicanalistas, na fase fálica, a masturbação concentra toda a sexualidade humana e reprimi-lo brutalmente, será atropelar a sexualidade adulta futura.

“Todos os autores reconhecem que a maneira de tratar o onanismo infantil constitui o problema mais difícil da educação. O maior contingente da angústia humana está na repressão brutal da sexualidade infantil na fase fálica e completada na situação edipiana” (Ramos).

Os educadores precisam atentar-se para a formação do Super ego infantil, pois o sadismo de pais e professores antecipará o sentimento de culpa da criança, originando todas as

reações que podem ir de um fracasso escolar, de uma falha de caráter, até a nevrose, ou mesmo o suicídio.

No artigo científico "*A família e a escola: conselhos de higiene mental aos pais*", escrito em 1934, Ramos apresenta uma síntese dos conteúdos abordados no livro "A criança problema" (importância da educação dos pais na formação da personalidade da criança ("os primeiros elementos do processo educativo começam no lar, a escola continua o trabalho iniciado"); a importância do ambiente familiar; problema psicológico do filho único; filho amado e filho odiado; os irmãos e os conflitos familiares; outros parentes e sua influência sobre a criança.

"Deixado de lado aquilo que é positivamente fator de herança a que tecnicamente se chama de genotípica, tudo o mais é susceptível de ser modificado pela educação. Físico e psique podem ser orientados harmonicamente em função do futuro".

"Não visamos apenas prevenir a eclosão de anormalidades mentais tangenciando a psicose ou mesmo alcançando-o. A nossa tarefa essencial é a formação de uma psique harmônica. A educação não consiste somente na formação de inteligências ou de tipos brilhantes de cultura. Pouco valerão estes, se não estiverem adaptados ao grupo. É preferível um analfabeto, mas de rendimento social, do que um erudito afastado de sentimento de comunidade".

4 - ESTUDOS RACIAIS

Nessa categoria serão descritos os documentos relacionados aos estudos raciais, foram selecionados quatro matérias escritas por Arthur Ramos: *Imitação de vida (1935)*; *Conferência ao sindicato dos bancários: Nossos problemas raciais (1935)*; *Só imbecis e mutilados após a guerra (1935)*; *Magia e Folclore (1936)*); dois artigos científicos: *Os estudos negros e a escola de Nina Rodrigues (1942)*; *Uma introdução ao estudo do homem*); um livro: *O negro brasileiro (1934)*.

Na matéria "*Imitação de vida*" publicada no jornal A manhã, em 22.05.1935, Ramos descreve o romance de Fannie Hurst, destacando que o cinema norte americano ainda não tinha abordado verdadeiramente o assunto da vida do negro. Aparece sempre através da música, dança, erotização e povo preguiçoso.

Mas o jornal estava trazendo o que já não podia mais ser ocultado, o que eles descreviam como "Perigo negro" (população negra presa em Harlem, sem poder habitar outro bairro de

Nova York. Tentando sobreviver na crise habitacional, com aumentos absurdos de aluguel nos bairros).

Já na matéria "*Conferência ao sindicato dos bancários: Nossos problemas raciais*", também publicada no jornal A manhã, em 16.05.1935, referente a décima conferência da série sobre questões econômicas e sociais. Ramos inicia com uma crítica aos estudos de Lapuge e conde Arthur Gobineau (referências pouco seguras trazendo cientistas de dominação imperialistas).

"Os estudos de antropologia voltados para o imperialismo, querendo a qualquer custo para seu benefício próprio, conceitos sobre raças dividindo-as em superiores e inferiores, com intenção de dominar essa última".

Para Ramos, a solução do problema racial é o mestiço aderir sua liberdade econômica, para demonstrar realmente seu valor. Enquanto o negro escravizado, continua sem liberdade para viver, pois ainda está sendo escravizado.

"Esse povo precisa de alimentação, de vida mais confortável para expandir-se, prosperar".

A entrevista intitulada "*Só imbecis e mutilados após a guerra*" publicada no Jornal a Globo, em 30.08.1935, Ramos expressa sua opinião a respeito de uma entrevista do norte americano Ernest A. Hooton (Professor de antropologia psíquica da Universidade de Harvard) afirmando que "uma raça de imbecis sobreviveria à guerra".

Para Arthur Ramos, tal interpretação mostra-se exagerada quando analisada sob a perspectiva da antropologia psíquica, assim como a ideia de que haveria uma destruição generalizada promovida pelos homens mais aptos e capazes. Para o autor, a temática deveria ser examinada, sobretudo, a partir do ponto de vista da antropologia cultural, em que o fenômeno adquire maior relevância explicativa. Nesse sentido, afirma que "a guerra e as suas consequências mais imediatas provocam profundas modificações na personalidade humana. Ocorre o que se pode chamar de 'choque da retaguarda'". Segue explicando que as confusões gerais que originam do campo de batalha, provoca a desorganização da personalidade humana, e que para uma restauração completa desse estado são necessários vários anos de reajustamento.

Conclui, assim, que, nos estudos desenvolvidos na Universidade do Brasil, foi adotado o método da antropologia cultural para a análise desses problemas, considerando-se prioritariamente o "choque das retaguardas" e a decadência da civilização decorrente da desorganização da personalidade humana.

Na matéria "*Magia e Folclore*" publicada na revista Gazeta de Petrópolis, em 15.03.1936, Arthur Ramos descreve o folclore e suas origens, enfatizando que uma dessas origens é explicada pela lei da interpretação de duas ou mais religiões diferentes.

Segundo Ramos, uma religião considerada superior que tende a suplantar a outra, os elementos destas não desaparecem. Escondem-se, tornando-se privados e esotéricos.

Foi o que aconteceu com os rituais das religiões de matrizes africanas, no Brasil, "o que era uma prática natural da religião, passou a ser considerado ritual privado, esotérico, perseguidos pelos adeptos da nova religião imposta. (...) Por essa mesma razão nenhuma religião subsiste em seu estado puro. Ao lado de seu triunfo aparente, há elementos subterrâneos, de velhas crenças e velhos ritos".

Segue explicando que as oposições, bases das lutas religiosas, podem ser estudadas com mais evidência entre o cristianismo e as velhas crenças pagãs. E que para ele, o método histórico-cultural se torna insuficiente para explicar o fenômeno da fusão das religiões pela simples mistura cultural, pois a fatores psicológicos muito profundos.

Apenas nos povos mais primitivos encontramos relativa pureza nas suas concepções místicas e religiosas. (...) Não existe nenhuma aglomeração cristã, entre os povos mais civilizados, que mantenha a religião e o culto em sua pureza. (...) Acontece na psique coletiva o mesmo que na psique individual. Os velhos elementos não desaparecem. São recalçados e incrustam-se no inconsciente coletivo. Tornam-se privados (Ramos, 1936).

As religiões de matriz africana introduzidas no Brasil, impregnam de maneira definitiva não só as "religiões brancas" como também os próprios hábitos da vida familiar e social, tornando-se sobrevivência (Ramos, 1936).

Para Ramos, é difícil naquele período identificar no folclore brasileiro, exatamente o que pertence aos povos africanos. "O folclore negro do Brasil é uma expressão provisória, que o trabalho dos séculos apagará. Depois, tudo isso será legítimo patrimônio folclórico, como as superstições das religiões europeias".

No artigo científico "*Os estudos negros e a escola de Nina Rodrigues*", escrito em 1942, Arthur Ramos destaca o pioneirismo dos estudos de Nina Rodrigues sobre o negro no Brasil, afirmando que todos os estudiosos concordam que os estudos das culturas negras do novo mundo devem partir da análise das culturas negras do continente africano para a compreensão das sobrevivências destas culturas em solo americano e de que essas culturas não se transplantaram na sua pureza inicial, mas se misturaram intimamente e se transformaram dentro de um processo chamado aculturação.

Segundo Ramos, foi Nina Rodrigues o primeiro a propor estes pontos metodológicos a serem seguidos, propondo um critério metodológico de comparação e reconstituição de culturas. Sendo o ponto de partida de todos os trabalhos brasileiros sobre “africanologia” posteriores à escola de Nina Rodrigues.

Pela comparação cultural dos africanos sobreviventes no Brasil e as culturas africanas originárias, o investigador poderá reconstituir as culturas negras no Novo Mundo, assimilando as suas conexões com esta ou aquela cultura africana, mesmo que não tenha a sua documentação histórica, em alguns casos, como no Brasil, deficientes ou inexistentes (Ramos,1942).

De acordo com Ramos, Nina Rodrigues também foi o primeiro intelectual a estudar o sincretismo religioso. Que passou a ser chamado pelos antropólogos modernos de aculturação.

“Não se limitou Nina Rodrigues a examinar os aspectos da aculturação no plano das culturas religiosas do negro. Nos outros traços culturais (linguagem, dança, música, festas populares, contos e outras manifestações folclóricas), Nina Rodrigues apontou os caminhos do trabalho da “mestiçagem” cultural no Brasil” (Ramos).

No artigo científico "*Uma introdução ao estudo do homem*" Ramos faz uma análise ao livro do norte-americano Rafael Linton, destacando primeiramente que o livro é uma apresentação geral dos fatos e dos problemas da antropologia: de ciência unitária do homem, sem seus aspectos físicos e culturais. E que sua edição brasileira vem ampliada e retocada pelo autor nos capítulos I e II, para se pôr em atualidades com as aquisições mais recentes da paleontologia humana.

“O intuito de Linton na versão original não foi no capítulo introdutório fazer uma apresentação física, mas escrever algumas páginas gerais dedicadas à compreensão dos problemas da cultura e da sua interdependência com a personalidade. Linton, no seu legítimo domínio, grande doutrinário dos problemas da cultura, principalmente nos aspectos psicológicos” (Ramos).

No prefácio, Linton alerta sobre a multiplicidade de escolas antropológicas em conflito, que contribuíram efetivamente para o desenvolvimento da ciência e da cultura. No Prefácio da edição, Donald destaca que o livro não pode ser considerado representativo de qualquer escola.

Para Donald *apud* Ramos, não se pode falar de antropologia “americana” ou de antropologia “francesa” ou “inglesa”.

Ramos destaca estar de acordo com Donald, mas ressalta que foram os norte-americanos que criaram essas funções “adjetivas” da psicologia, sociologia e antropologia. “Não há, por exemplo, sociologia “rural” ou sociologia “urbana”, mas uma sociologia da sociedade rural e

sociologia da sociedade urbana. Não há uma psicologia educacional, anormal, mas uma psicologia única, aplicada aos fatos educacionais à vida normal ou patológica etc. (Ramos)”.

Para Ramos, “devemos separar o fato ou objeto dos seus métodos de estudo”. Nesse sentido, não há objetivo diferente da antropologia americana ou brasileira, dos da antropologia europeia. Mas, os homens são diferentes, o seu “approach” (termo tão caro aos americanos) é diferente”. Isso explica que os métodos de estudos variam”.

Continua, “o método na ciência é sempre um esforço para uma melhor interpretação de fatos. E na ciência do homem e da cultura, temos assistido uma evolução e transformação destes métodos. (...) Os objetivos antropológicos são universais, mas os métodos de estudos variam, dentro do princípio que Calverton chamou de “cultura compulsivas”.

Conclui destacando que a edição brasileira está muito bem apresentada e traduzida. E que os antropólogos precisavam reunir-se em conferência para acertarem nomenclaturas brasileiras, evitando a difusão de certos termos ingleses que necessitam de correspondente português.

Já no livro *"O Negro Brasileiro"*, escrito em 1934, Arthur Ramos descreve seus estudos sobre a população negra, partindo de um estudo etnográfico sobre o Candomblé e uma análise sobre esses registros etnográficos.

Na escrita da terceira edição do livro Ramos apresenta mudanças relacionadas a acréscimos de novos materiais de pesquisas e um apêndice respondendo críticas de análises relacionadas à aspectos metodológicos.

“Os estudos reunidos neste livro podem ser considerados um pós estudos de Nina Rodrigues sobre o negro com uma reinterpretação metodológica e os acréscimos necessários” (id, p.10).

Destaca que o presente estudo responde a algumas perguntas relacionadas diretamente aos “problemas da população negra” escravizada, "povo violentamente arrancado do seu "habitat" de origem pelo branco explorador e cobiçoso" (Ramos, 1940, p.10).

Afirmado, trabalhar as "representações coletivas das classes atrasadas da população brasileira" no âmbito religioso, Ramos destaca que não tem a pretensão de destacar os postulados de inferioridade do negro e da sua capacidade de civilização, pois:

esses conceitos de "primitivo", de "arcaico" são puramente psicológicos e nada tem a ver com a questão da inferioridade racial. Assim, para a obra da educação e da cultura é preciso conhecer essas modalidades do pensamento "primitivo" para corrigi-lo, elevando-o a etapas mais adiantadas, o que só será conseguido por uma revolução educacional que haja em profundidade, uma revolução "vertical" e "intersticial" que

desça aos degraus remotos do inconsciente coletivo e solte as amarras pré-lógicas a que se acha acorrentado (id, p. 28).

Afirma ainda que as representações de inferioridade são resultado do pensamento pré-lógico independente da questão racial e podem estar presentes em qualquer tipo social atrasado em cultura (classes pobres, crianças, adultos nevrosados, no sonho, na arte, determinadas condições de regressão psíquica).

A primeira parte do livro é dedicada a história da religião de matriz africana, desde sua chegada ao Brasil com a população africana escravizada, seu sincretismo a partir da miscigenação, a história dos orixás e a importância dos diferentes rituais.

Segundo Arthur Ramos, com base nos estudos de Nina Rodrigues, as religiões de matriz africana constituiriam, no Brasil, uma religião negra geral, de matriz gêge-nagô, celebrada em templos específicos, os terreiros, à qual se agregaram elementos introduzidos por outros povos africanos.

Os terreiros geralmente ficam localizados em pontos isolados, afastados do centro da cidade e das capitais. Para Nina Rodrigues *apud* Ramos “a escolha por lugares afastados estava relacionada à necessidade de obtenção de efeitos sugestivos (efeitos fetichistas)”. Mas, para Ramos essa observação é um equívoco psicológico. Pois,

os negros não teriam inicialmente necessidade desses efeitos sugestivos para a realização de suas cerimônias. Na África, elas são praticadas à luz meridiana e em lugares absolutamente públicos e abertos. O efeito sugestivo viria depois e independentemente das condições de realizações dos cultos. É a mentalidade do civilizado, do branco ou do mestiço desenvolvido quem cria cores poéticas e sugestivas (id, p.52).

Segue afirmando que as localizações desses terreiros são preferencialmente em lugares afastados devido à perseguição policial. Isso porque, “o branco civilizado com suas razões psicológicas acaba não compreendendo a mentalidade primitiva do negro” (id, p.53).

Arthur Ramos faz uma descrição completa e uma análise psicológica da história da religião, ressaltando os diferentes significados de cada elemento no culto de origem (África) e suas mudanças no Brasil. Por exemplo, na África o babalaô não desenha apenas só as funções de culto, mas também, conselheiro, vidente, médico, mágico. A religião está ancorada à magia, e esses atos implicam em uma atitude especial em que o homem utiliza-se de coisas inanimadas para manipular e dirigir a sua vontade. Realizando segundo Ramos, o que Levy-Bruhl denomina como lei de participação. Já no Brasil, essas funções foram separadas em as que competiam ao culto propriamente dito e as que viriam constituir a feitiçaria (bruxaria), curandeira (id, 1940).

Destaca que o sincretismo e as transformações religiosas são muito rápidos. Ao falar das cantigas afirma que todo estudante de psicologia sabe o valor que a criança e o homem primitivo dão às fórmulas verbais nos seus jogos e nas suas práticas mágicas (id, p. 66).

Para Ramos, os estudos demonstram que as religiões de matriz africana (inferiores) em contato com o catolicismo (adiantada) aperfeiçoam-se.

Não se pode modificar representações coletivas ou categóricas afetivas do sobrenatural do dia para a noite. É um trabalho demorado de várias gerações, visando a substituição dos elementos místicos e pré-lógicos da mentalidade primitiva por elementos racionais, novas formas de pensamento, onde os fantasmas fiquem sepultados no domínio do subjetivo e não camuflado a realidade, participando das suas funções (id, p. 161).

“Hoje, no Rio, a macumba está sendo comercializada e internacionalizada. E o negro quase nenhuma interferência tem nisto. Os mais célebres pais de santo são mulatos ou brancos. E as "casas de negócio" estão nas mãos de portugueses” (id, p. 163).

A segunda parte do livro é dedicada a uma exegese psicanalítica, no capítulo "*O problema da mentalidade primitiva*", Ramos inicialmente apresenta críticas à teoria animista de Tylor utilizada por Nina Rodrigues para definir a religião Yoruba como uma espécie religiosa fetichista.

Segundo Ramos, o animismo⁴⁸ não passa de uma teoria para justificar os processos mentais do “primitivo”, outra interpretação teria que ser imposta: por que creem os selvagens em espíritos?

Afirma que Lévy Bruhl foi quem apresentou as mais severas críticas à escola antropológica inglesa, destacando que o maior erro foi pressupor a "identidade de um espírito humano", querendo explicar a mentalidade primitiva com os processos e hábitos lógicos da mentalidade civilizada. Pois, a mentalidade do "primitivo" nunca poderia ser definida em comparação ao do homem "branco, adulto e civilizado", leis psicológicas muito diversas regem a mentalidade do primitivo (percepções, representações, associações de ideias, processos lógicos).

⁴⁸ Formulado em 1871, por Edward Tylor com objetivo de definir formas de religiões mais antigas, associadas a “culturas primitivas”. Refere-se a um conjunto de práticas e crenças caracterizadas pela atribuição de espiritualidade a diferentes elementos do mundo natural e social. Trata-se de uma construção antropológica elaborada para identificar traços comuns de determinadas formas de religiosidade, fundamentada na ideia de uma interconexão entre todos os seres e elementos (animais, características geográficas, fenômenos naturais e objetos inominados) concebidos como dotados de espírito. informações retiradas do site: <https://www.significados.com.br/animismo/>. Acessado em: 24.01.2026.

Segue definindo as diferentes teorias de Lévy- Bruhl para definir a mentalidade do primitivo (representações coletivas; lei de participação, mentalidade pré-lógica).

Descreve também algumas teorias psicanalíticas trabalhadas por Freud, ressaltando que foi o primeiro a trabalhar a mentalidade primitiva analisando-a à luz da psicanálise.

Afirma ainda que a psicanálise é outro método de estudo que veio trazer novas luzes à compreensão da psique primitiva. “Ela não surge em contradição como método comparativo de Levy Bruhl, mas sim, amplia-o retomando a questão sob novos prismas, encarando os fenômenos do ponto de vista a que se atêm" (id, p.257).

Capítulo 6 - Entre o “Problema do negro, o Ideal de Normalidade e a “Criança Problema: Uma análise crítica do Acervo de Arthur Ramos

A análise da obra de Arthur Ramos evidencia o esforço do médico psiquiatra em se afastar das teorias raciais de base biologizante, que classificavam a população negra (pretos e mestiços) como geneticamente inferiores. Contudo, embora rejeite o determinismo biológico, Ramos mantém uma hierarquização fundada em pressupostos culturalistas, que reinscrevem a noção de inferioridade sob novas bases explicativas.

Outro falso postulado é o da inferioridade da mestiçagem. Deêm-lhe condições de boa higiene física e mental e a pretensa inferioridade desaparecerá. Mas, destruindo o preconceito da nossa inferioridade étnica, não devemos esquecer, contudo, o lado sociológico, de culturas atrasadas dificultando a obra da nossa educação. São as “representações coletivas” ou formas atrasadas de pensamento pré-lógico, postas em destaque nos memoráveis trabalhos de Lévy-Bruhl (Ramos, s/d, p.08) .

Ou seja, Arthur Ramos desloca suas análises para uma perspectiva considerada inovadora para o período, ao buscar interpretar o povo brasileiro a partir de concepções antropológicas e psicanalíticas. Para tanto, utiliza como referencial central as teorias da mentalidade primitiva de Lucien Lévy-Bruhl, mobilizadas para justificar a inferioridade, agora compreendida como atraso cultural, da população negra no campo dos estudos culturais.

As concepções de Arthur Ramos, quando analisadas à luz de referenciais contemporâneos sobre a temática da branquitude, revelam que o médico psiquiatra, assim como outros intelectuais de sua época, defendia uma noção de universalidade que elegia a população europeia como portadora da civilização e como modelo normativo a ser seguido.

Essa versão culturalista apresentada por Ramos, ao conceber a inferioridade como algo naturalizado e passível de superação por meio do contato com a cultura dita civilizada e de um projeto educacional considerado eficiente, acaba por definir a branquitude como instância redentora da cultura afro-brasileira, conforme destaca o antropólogo Kabengele Munanga:

Como todas as ideologias, o branqueamento precisaria ser reproduzido através dos mecanismos da socialização e da educação (...) A maioria da população brasileira introjetou o ideal de branqueamento que inconscientemente não apenas interfere no processo de construção da identidade do ser negro individual e coletivo (...) como também na supervalorização idealizada da população branca (Munanga, 2003, p.11).

Os trabalhos revelaram-se fundamentais para compreender como se estruturam as concepções de normalidade e anormalidade no Brasil, especialmente no campo dos estudos sobre a ideologia do branqueamento que historicamente elegeu a população negra como parâmetro da anormalidade em contraposição à branquitude tida como superior. Como ressalta, Sueli Carneiro (2023), para existir a ideia de normalidade é necessário construir a anormalidade (o louco) como categoria de parâmetro.

Nesse sentido, ao analisarmos a linha de estudos desenvolvida por Arthur Ramos, a começar pelos estudos sobre a criança em paralelo com a população negra, é possível identificar um percurso para a construção científica da categoria outro, pensada a partir das concepções da psicanálise e da antropologia.

Arthur Ramos declara em seus estudos não estar preocupado com a inferioridade racial, mas ao mesmo tempo, ressalta a existência de uma inferioridade cultural proveniente da mentalidade primitiva dessa população. Tornando seu pensamento ambivalente as concepções relacionadas à raça e cultura.

Segundo o historiador Robert C. G. Young (2005, p. 112):

as teorias científicas, que mediam as diferenças entre as raças e as suas capacidades, podiam aparecer e desaparecer, mas o que sempre faziam eram articular ideias prévias de acordo com uma economia nova e impiedosa na qual os múltiplos sentidos de raça progressivamente se imbricavam uns nos outros (Young, 2005, p. 112).

As concepções de raça operam nos estudos de Ramos, a partir da análise do processo de aculturação, a partir dos estudos da religião africana para ressaltar que a vinda dos africanos para o Brasil, resultou em transformações culturais gradualmente positivas.

O estudo da transplantação das culturas africanas para o Brasil só pode ser feito à luz dos métodos da aculturação, isto é, do resultado dos contatos culturais. Essas culturas não se mantiveram nas suas características primitivas no novo ambiente, entraram em contato com outras culturas, aborígenes algumas e outras de procedência europeia, e sofreram, nesse prolongado contato, uma série de transformações graduais (Ramos, 1942, p. 05).

Em diferentes momentos de sua produção, observa-se que Arthur Ramos opera de forma eufemizada com categorias herdadas do pensamento racial biologizante, o que permite situá-lo entre os intelectuais que contribuíram para a elaboração de discursos científicos voltados a encobrir ou suavizar as formas de racismo estruturantes da sociedade brasileira.

Conforme aponta Conceição (2017, p. 96), “o etnocentrismo constitui a versão cultural do racismo; assim, a noção de cultura não se desvincula do peso das caracterizações e explicações historicamente atribuídas à antiga ideia de raça”.

6.1 A Produção Científica de Infância no Brasil e a Construção Histórica da “Criança Problema” Racializada

As concepções de criança e infância, devem ser compreendidas como categorias sociais historicamente construídas e continuamente em processo de reelaboração (Ariès, 2006). Essas concepções não se apresentam de forma homogênea, nem mesmo dentro de uma mesma sociedade e/ou período histórico. Pelo contrário, variam de acordo com a posição das famílias na estrutura socioeconômica, o pertencimento étnico-racial, a doutrina religiosa, os valores culturais e os contextos políticos específicos de cada sociedade.

A análise da infância como uma construção social e histórica constitui um campo teórico relativamente recente (1990), desenvolvido sobretudo a partir da consolidação do campo denominado “Sociologia da Infância”. Essa nova perspectiva emerge como contraponto às abordagens tradicionais da psicologia do desenvolvimento e da sociologia da educação, que embora tenham dado visibilidade à criança e a infância, continuam identificando-as sob uma ótica adultocêntrica, como etapas preparatórias para a vida adulta, desconsiderando a criança como sujeito social de direitos e produtor de suas próprias culturas (Corsaro, 2011).

A partir do trabalho do historiador francês Philippe Ariès, considerado marco inicial, para os estudos sobre infância e família, tanto no campo internacional quanto no brasileiro, é possível identificar como as concepções de criança, infância, organização das famílias e educação familiar e escolar, foram sendo historicamente transformados em consonância com as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas de determinada sociedade. Como ao longo do tempo, a infância, a família e o ambiente escolar tornaram-se objeto de interesse e controle por parte do Estado e dos saberes científicos, sobretudo nas áreas da medicina psiquiátrica, direito e pedagogia, por meio dos intelectuais que atuavam como representantes da ciência.

Um dos primeiros intelectuais a contribuir para a compreensão da categoria de infância como construção social e histórica, em seu clássico *História Social da criança e da Família* (1960)⁴⁹, Ariès

⁴⁹ 1978 - Primeira edição brasileira, tradução de Dora Flaksman.

demonstra, por meio da análise de registros iconográficos e documentos históricos que, no contexto europeu, o “sentimento de infância”, nomenclatura denominada para o reconhecimento da criança como sujeito com especificidade distintas dos adultos, surge a partir dos séculos XVII e XVIII, com a consolidação do Estado moderno. Antes desse período, especificamente na Idade Média, a criança era socialmente percebida como um “adulto em miniatura”, sendo inserida precocemente no mundo adulto, sem distinções claras em relação ao seu desenvolvimento ou especificidades.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que esta ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. Uma miniatura otomiana do século XI nos dá uma ideia impressionante da deformação que o artista impunha então aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante de nosso sentimento e de nossa visão (Ariès, 2006, p.17).

O surgimento desse novo olhar sobre a criança e a infância esteve diretamente relacionado às transformações sociais e políticas em decorrência da transição para a sociedade moderna, como a expansão do capitalismo, a revolução industrial, a reorganização da vida familiar, o fortalecimento dos mecanismos de controle social, a expansão da ciência e da escolarização.

Segundo Ariès (2006), temos dois momentos relacionados ao sentimento de infância, o primeiro caracterizado pela “paparicação” (XVI) surge dentro do ambiente familiar, no convívio principalmente da mãe e da ama de leite juntamente com as crianças pequenas, e está diretamente relacionado a inocência e candura da criança que, “se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto” (p.100).

O segundo sentimento caracterizado pela “disciplina e moralização” (XVII) surge com os escolásticos e moralistas se estendendo para a vida familiar, e está diretamente relacionado à ideia de que a criança necessita ser disciplinada, “recusavam-se considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar” (p.105).

De acordo com Ariès (2006, p.105) encontramos no seio familiar esses dois elementos antigos associados a um novo: a preocupação com a higiene e saúde física. (...) Tudo que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. (...) a criança havia assumido um lugar central dentro da família.

Muitos foram os trabalhos publicados na historiografia francesa, inglesa, italiana e norte americana, a partir das teorias de Ariès. Mas segundo Kuhlmann Jr. (2010) a ideia de que a história da infância foi contada apenas a partir da obra de Ariès é algo a ser problematizado, “é necessário

uma certa cautela para caracterizar os pioneirismos no estudo da criança e no uso de fontes ou enfoques inovadores” (Kuhlmann, 2010, p.17).

Para os pesquisadores Franco Cambi e Silvana Ulivieri (1988), para se estudar a história da infância é necessário articular a história social (transformações dentro da sociedade) com a história da mentalidade (imaginário coletivo). Assim, a partir dessa articulação é possível identificar que a definição científica de infância, família, amor materno, educação, entre outros, está atrelado a uma construção teórica da realidade com o simbólico.

O campo científico da Sociologia da Infância ou Estudos da Infância no Brasil, apesar de influenciado por estudos dos países que compuseram esse campo (França, Portugal e Estados Unidos), especificamente, no que se refere a imposição de temáticas e metodologia, reconheceu a importância de repensar a concepção de criança, infância e educação a partir das especificidades do contexto brasileiro, assim nas últimas décadas, pesquisadores nacionais, vêm se debruçando a construir criticamente esse campo.

Para a historiadora Mary Del Priore (2002, p.11), “a historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola”, considerando que a realidade do contexto brasileiro herdeiro de um vasto período colonial é bem diferente, comparado ao dos países ocidentais.

A começar pelos principais marcadores da valorização da infância na sociedade europeia, como analisado por Ariès, pois a escolarização e a emergência da vida privada surgem tardiamente no Brasil, carregado por inúmeras desigualdades de classe, raça e gênero.

Ainda segundo a historiadora, resgatar e contar a história das crianças brasileiras significa,

dar voz aos documentos históricos, perquirindo-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações mais concretas ou mais modestas, iluminando as lembranças mais apagadas. É pela voz do médico, professores, padres educadores, legisladores que obtemos informações sobre a infância no passado. Essa fala, contudo, obriga o historiador a uma crítica da forma como o adulto retrata o estereótipo da criança ideal, aquela saudável, obediente, sem vícios. A criança que é, promessa de virtudes. (Priore, 2002, p.15).

Como já descrito ao longo desta pesquisa a transição para a modernidade acarretou mudanças para a forma como a ciência passou a definir e intervir na tríade infância, família e educação, impactando diretamente não apenas na esfera privada, mas também pública da sociedade.

Para Del Priore (2002), os médicos e legisladores brasileiros acreditaram na possibilidade de construir um modelo ideal de criança, mesmo em uma sociedade historicamente demarcada pelas desigualdades sociais e raciais.

“Acabaram criando, a fim de transformá-la, instituições de confinamento, onde, em vez de encontrar mecanismos de integração, a criança “não ideal” achou estigmas definitivos de exclusão” (Priore, 2002, p.15).

Neste contexto, o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental dirigido pelo médico psiquiatra Arthur Ramos pode ser compreendido como uma dessas diferentes instituições de confinamento criadas com o propósito de ajustamento e prevenção para se alcançar o modelo de criança e infância idealizado.

Essa busca pelo modelo ideal de criança e infância fundamentada na ótica da burguesia intelectual e da ideologia dominante acarretou no conflito referente ao ideal (imaginário) e a realidade (sociedade), resultando em um conjunto de diferentes pesquisas preocupadas em definir os problemas que possivelmente afetaria o desenvolvimento da sociedade, tais como a delinquência, o alcoolismo, a sexualidade, entre outros.

No livro “*A Polícia das Famílias*” Jacques Donzelot (1986, p.92), destaca que, na França, a partir do final do século XIX “as instituições estavam preocupadas com a “patologia da infância” na sua dupla forma”: a infância em perigo (não se beneficiou de todos os cuidados da criação e da educação almejadas) e a infância perigosa (delinquente). O autor explica:

Graças ao que, pode-se estabelecer o perfil padrão do futuro delinquente: pré-delinquente, essa criança em perigo de se tornar perigosa. Sobre ele instaura-se uma infra-estrutura de prevenção, iniciando-se uma ação educativa que possa, oportunamente, retê-lo aquém do delito. Objeto de intervenção ele será, ao mesmo tempo, e por sua vez, objeto de saber. Estudar-se-á com refinamento o clima familiar, o contexto social que faz com que determinada criança se transforme numa criança de “risco”. O repertório desses índices permite recobrir todas as formas de desadaptação a fim de construir um segundo círculo da prevenção (Donzelot, 1986, p.92).

Assim, é possível identificar que o trabalho científico e aplicado nas clínicas do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental de Arthur Ramos insere-se nesse mesmo repertório discursivo, cujo projeto inicial, conforme apontado ao longo desta e em diferentes pesquisas, enquadra-se no projeto higienista da época, que utilizou o espaço familiar e escolar como instrumento de controle e normalização dos corpos, moldando comportamentos e subjetividades.

A “criança problema” definida por Arthur Ramos pode ser identificada dentro do padrão da criança em risco, seu percurso para a formulação deste conceito parte da análise do contexto familiar e social na qual a criança está inserida para que seja possível identificar os possíveis desvios e iniciar um novo movimento de preservação.

É necessário identificar que o trabalho de Arthur Ramos dialoga num movimento para além do controle social, articulando-se também com um movimento de hierarquização social e

racial, o que se torna evidente quando analisado à luz do contexto histórico da sociedade brasileira.

Essa hierarquia pode ser identificada também a partir da própria categorização proposta por Arthur Ramos para descrever o conceito de “criança problema” dividido em duas categorias, sendo elas, as “crianças mimadas” que apresentam problemas de comportamento e aprendizagem devido ao excesso de cuidados da família e as “crianças escoraçadas” que apresentam problemas de comportamento e aprendizagem devido aos diferentes estilos de vida precária.

A partir das fichas de observações constatamos que as “crianças mimadas” são na maioria filhos de estrangeiros que o pai ou a mãe possui escolarização de nível superior, possuem uma vida financeira estável e moram em bairros bem localizados e em casas de “boa qualidade” com acomodações específicas para a criança dormir e brincar. Possuíam uma rotina tranquila, dormiam cedo, algumas frequentavam cinema, brincavam na escola e na rua com os colegas e irmãos (as).

Essas “crianças mimadas” de acordo com suas observações apresentavam problemas de comportamentos variados (timidez, choro fácil, agressividade, agitação, desobediência, mentira).

Já as “crianças escoraçadas” são filhos de brasileiros, portugueses e judeus, a maioria o pai trabalhava no comércio, a mãe era doméstica ou dona de casa, possuíam uma vida financeira bem precária e moravam de aluguel em casas na periferia. Sem acomodações próprias para crianças, que dormiam no quarto ou até mesmo na mesma cama com vários irmãos (as) ou outros parentes.

Essas “crianças escoraçadas” de acordo com as observações de Ramos apresentavam uma rotina bem agitada, em horário oposto ao escolar trabalhavam dentro de casa realizando serviços domésticos, quase não frequentavam cinema ou passeavam, brincavam na rua ou na escola com os colegas e irmãos (as). Recebiam muitos castigos corporais dos pais ou outros familiares, apresentavam medo do isolamento e escuridão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa deve ser compreendida como continuidade e aprofundamento da análise do trabalho de Arthur Ramos, com o propósito de examinar o percurso histórico de constituição da categoria “criança problema”, e, de forma mais ampla, o processo de construção científica da criança brasileira, articulando psicanálise, antropologia, educação e higiene mental. Para a elaboração da tese, o corpus documental foi ampliado para além de suas obras mais conhecidas, incorporando artigos científicos, textos jornalísticos e escritos relacionados aos estudos raciais, o que permitiu situar suas formulações no contexto dos projetos científicos e políticos de seu tempo.

A leitura das formulações de Arthur Ramos permite observar a mobilização de categorias oriundas da psicanálise e da antropologia na construção de uma compreensão da criança que escapa a ideia de um sujeito isolado ou individualmente responsável por seus atos. Em seus escritos, a constituição psíquica e moral da infantil aparece profundamente atravessada pelas dinâmicas do meio social e cultural, assim como pelas forças psicológicas dos adultos implicados nos processos de formação da personalidade e do caráter.

Nesse enquadramento, a higiene mental reconhece a criança como um ser ainda em constituição, marcado pela vulnerabilidade e pela incompreensão do mundo adulto, o que sustenta, de modo implícito a crítica de Ramos às leituras moralizantes, biologizantes e autocêntricas da infância.

Dentro desta perspectiva o serviço de higiene mental escolar deveria integrar múltiplas dimensões analíticas, articulando educação, saúde mental, família e sociedade, bem como investigando as interinfluências entre indivíduo e raça e os fenômenos da herança biológica e psicológica. A educação, nesse projeto, deixa de ser concebida como simples processo de aprendizagem para assumir a função de formação geral da personalidade.

A higiene mental e a orientação ortofrênica tornam-se, assim, indissociáveis do processo educativo, inclusive no caso da criança considerada “normal”, orientando-se por um ideal de ajustamento social que permeou as reformas educacionais do período.

O objetivo central da educação seria, portanto, o reajustamento da criança “desajustada” e a formação de uma psique harmônica, capaz de garantir a adaptação do indivíduo ao grupo social. Nesse quadro, a criança passa a ocupar um lugar estratégico, concentrando expectativas de correção, prevenção e garantia do futuro da nação.

É nesse contexto que se torna possível compreender a centralidade da categoria “criança problema” como expressão de um processo mais amplo de racialização da infância. Em paralelo aos estudos sobre o “problema do futuro racial do Brasil”, Arthur Ramos constrói cientificamente a concepção de uma criança brasileira que passa a ser compreendida como problema social. Psicologicamente e higienicamente classificada, essa criança, majoritariamente negra, mestiça e oriunda das classes populares, é representada como obstáculo à formação da sociedade moderna e civilizada idealizada pelas elites científicas e políticas, tornando-se alvo privilegiado de intervenções orgânicas, psicológicas e educacionais.

Arthur Ramos em seu estudo sobre as religiões de matriz afro-brasileira destaca que,

Essas representações coletivas existem em qualquer tipo social atrasado em cultura. (...)Esses conceitos de “primitivo” de “arcaico” são puramente psicológicos e nada tem a ver com a questão da inferioridade racial. Assim, para a obra da educação e da cultura, é preciso conhecer essas modalidades do pensamento “primitivo” para corrigi-los, elevando-o a etapas mais adiantadas, o que só será conseguido por uma revolução educacional (...) (Ramos, 1940, p.27).

Embora Ramos afirme que os conceitos de “primitivo” e “arcaico” seriam de natureza puramente psicológica e não estariam relacionados à inferioridade racial, sua obra revela a permanência de uma leitura evolucionista do desenvolvimento humano. Ao sustentar que tais modalidades de pensamento deveriam ser corrigidas e elevadas a estágios mais avançados por meio de uma revolução educacional profunda, o autor reinscreve, de alguma forma, a hierarquização cultural como eixo estruturante de sua análise. A inferioridade deixa de ser explicada biologicamente, mas é deslocada para o campo da cultura, da psicologia e do meio social.

A psicanálise ocupa lugar central nesse processo, apresentada por Ramos como método capaz de lançar novas luzes sobre a compreensão da chamada “psique primitiva”, ela não surge em contradição com as teorias da mentalidade primitiva de Lévy-Bruhl, mas como instrumento de ampliação dessas formulações, ao aprofundar a análise dos processos inconscientes coletivos. No entanto, como evidenciado nesta tese, essa apropriação da psicanálise ocorre em um contexto marcado pela negação da questão racial, no qual o culturalismo opera como estratégia de silenciamento do racismo.

A articulação com as reflexões desenvolvidas no livro de Edward Said, intitulado “*Freud e os não europeus (2004)*”, permite compreender que tais limites não decorrem de omissões individuais, mas de uma herança epistemológica compartilhada. A psicanálise, enquanto saber constituído no interior da modernidade europeia, nasce atravessada por

hierarquias culturais e civilizatórias que tomam a experiência europeia como referência implícita de universalidade, relegando os povos não europeus e, por extensão, suas infâncias ao lugar do primitivo, do arcaico e do não plenamente ajustado. Ao circular em contextos coloniais e pós-coloniais, esse saber passa a responder a demandas de controle, prevenção e normatização, especialmente no âmbito das políticas públicas.

Nesse sentido, a leitura crítica da obra de Arthur Ramos, à luz de referenciais contemporâneos como o dispositivo de racialidade formulado por Sueli Carneiro, permite afirmar que a categoria “criança problema” está diretamente associada à produção de um perfil infantil racializado, em contraste com a ideia de normalidade vinculada à branquitude dominante. Ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, esse dispositivo redefine e hierarquiza as demais dimensões humanas de acordo com sua proximidade ou distanciamento desse padrão, tornando o branco ideal de ser para os outros.

Em suma, este trabalho se soma a um conjunto de produções que têm contribuído para evidenciar a centralidade de pesquisadoras e pesquisadores que, em diferentes contextos históricos, deslocaram a raça do lugar de silêncio ou de explicação secundária para o centro das análises no campo da psicologia e da psicanálise.

Ao explicitar os limites das abordagens culturalistas e universalizantes, a tese dialoga com formulações que tomam a experiência racializada como dimensão estruturante da subjetividade, como aquelas desenvolvidas por Juliano Moreira, Virginia L. Bicudo, Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira, Grada Kilomba, entre outros (as). Ainda que situados em momentos históricos distintos, essas autoras e autores afirmaram, de modo explícito, a centralidade da raça para a compreensão do sofrimento psíquico, das relações sociais e dos processos de subjetivação, tencionando os pressupostos eurocêntricos que historicamente informaram a psicologia e a psicanálise.

Por fim, encerramos esta pesquisa, destacando a relevância dos dados coletados durante o período de mobilidade em Portugal, não apenas para o aprofundamento do escopo teórico aqui desenvolvido, mas também para o desenvolvimento de estudos futuros relacionadas ao diálogo da ascensão da centralidade da criança e de seu papel social na produção do conhecimento científico dos diferentes contextos, bem como para a compreensão de como essa construção se reflete atualmente nos diferentes espaços, especificamente, no escolar.

Ao retomar o contexto da pesquisa desenvolvida em Portugal, torna-se possível estabelecer um deslocamento analítico que dialoga, ainda que em chave distinta, com o movimento empreendido por Arthur Ramos em seu tempo.

Assim como Ramos recorreu à psicanálise como estratégia para tencionar o conceito biológico de raça e reinscrevê-lo em outras matrizes interpretativas, o cenário português também revela esforços de reconfiguração dos modos de produzir conhecimento sobre as diferenças humanas. Ainda que fortemente atravessado pelo projeto colonial e pela necessidade de administrar simbolicamente as colônias, esse empreendimento científico buscou, em determinados momentos, afastar-se das explicações estritamente biologizantes, mobilizando categorias culturais, psicológicas e antropológicas para interpretar as populações colonizadas.

Tal movimento, marcado por ambiguidades e limitações, permite compreender como a crítica ao biologicismo racial não se deu de forma linear ou homogênea, mas produzida no interior de disputas epistemológicas e políticas mais amplas, nas quais ciência, colonialidade e projetos de nação se entrecruzaram.

Nesse sentido, o diálogo entre os contextos brasileiro e português reafirma a necessidade de situar historicamente os saberes psicológicos e psicanalíticos, evidenciando tanto seus potenciais críticos quanto seus compromissos com as estruturas de poder que os sustentaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, J. L.F. A introdução das ideias relativas à psicanálise de crianças no Brasil através da obra de Arthur Ramos. Rev. Memorandum, n. 14, p.37-51. 2008. Disponível em: << [Vista do A introdução das ideias relativas à psicanálise de crianças no Brasil através da obra de Arthur Ramos \(ufmg.br\)](#)>>

_____. As origens da psicanálise de crianças no Brasil: entre a educação e a medicina. Rev. Psicologia em Estudo. Maringá, v. 14, n. 3, p. 423-432, jul./set. 2009. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/pe/a/PNwwvvyD3ZcNtbfGwG7mkrhj/?format=pdf&lang=pt>>>.

_____. O surgimento das práticas de assistência à saúde mental da criança inspiradas na psicanálise no início do século XX através da obra de Durval Bellegarde Marcondes. Rev. Memorandum. Belo Horizonte, n.26, p.131-152. 2014. Disponível em << <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/5db535b6-654c-4b69-a11f-709f3e1268ec/content>>>

_____. Virginia Bicudo. Pioneira da Psicologia e da Psicanálise no Brasil. Rev. Interação em Psicologia. Curitiba, v. 18, n.2, p. 217-214. 2014. Disponível em: << <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/30759/27211>>>

ABRAMOWICZ, A; OLIVEIRA, F. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. Rev. Educação v. 35, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: << <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1602/897>>>

_____. Estudos da Infância no Brasil: encontros e memórias. São Carlos: Edufscar, 2015.

AMORIM, R; CARDOSO, L; SANTOS, F. O pensamento higienista do intelectual Arthur Ramos na obra Saúde do Espírito (1958). Rev. Intellèctus. v.16 , n. 2, 2017. Disponível em:<< [Vista do O pensamento higienista do intelectual Arthur Ramos na obra Saúde do Espírito \(1958\) \(uerj.br\)](#)>>

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BACHA, M. N. Psicanálise & Educação:Laços refeitos. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2015.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa-Portugal. 1997.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BELLOTTO, H. L. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 4, 1979, Anais, p. 133-147.

BLINDER, C; KNOBEL J; Siquier, M. L. Clínica Psicanalítica com crianças. Ideias & Letras, 2011.

BORTOLOTTI, K. F. S; CUNHA, M. V. Anísio Teixeira e a psicologia: o diálogo com a psicanálise. Rev. História da Educação v. 17, n.41, set/dez. 2013. Disponível em: << [SciELO - Brasil - Anísio Teixeira e a psicologia: o diálogo com a psicanálise Anísio Teixeira e a psicologia: o diálogo com a psicanálise](#)>>

CARNEIRO, S. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Zahar, 2023.

CASTRO, R.D. A sublimação do 'id primitivo' em 'ego civilizado': o projeto dos psiquiatras-psicanalistas para civilizar o país (1926-1944). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014. 231 f. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16091> .

_____.Correspondência de Julio Porto-Carrero a Arthur Ramos: a Sociedade Brasileira de Psicanálise e a preocupação com a tradução dos termos 132 psicanalíticos, décadas de 1920 e 1930. Rev. História, Ciências, Saúde, n. 4, v.22, p.1451- 1465. Manguinhos, RJ, 2015. Disponível em: << [SciELO - Brasil - Correspondência de Julio Porto-Carrero a Arthur Ramos: a Sociedade Brasileira de Psicanálise e a preocupação com a tradução dos termos psicanalíticos, décadas de 1920 e 1930 Correspondência de Julio Porto-Carrero a Arthur Ramos: a](#)>>

[Sociedade Brasileira de Psicanálise e a preocupação com a tradução dos termos psicanalíticos, décadas de 1920 e 1930](#)>>

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

CONCEIÇÃO, W. L. Brancura e branquitude: ausências, presenças e emergências de um campo de debate. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: << [349151.pdf \(ufsc.br\)](#) >>

CORRÊA, C. R. G. L. A inauguração da interlocução entre a educação e a psicanálise no Brasil: Arthur Ramos, transferência, ideal e autoridade. Rev. Psicologia, USP, n.22, v.2, p.789-811. São Paulo, 2011. Disponível em: <<[SciELO - Brasil - A inauguração da interlocução entre a educação e a psicanálise no Brasil: Arthur Ramos, transferência, ideal e autoridade A inauguração da interlocução entre a educação e a psicanálise no Brasil: Arthur Ramos, transferência, ideal e autoridade](#) >>

_____. Arthur Ramos e a representação “criança problema”: algumas dimensões de permanência e de deslocamento no tempo passado e na atualidade. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <(Microsoft Word - Tese Doutorado Vers\343o Entrega) (ufjf.br) >

CORREIA, António Mendes. Crianças delinquentes: subsídios para o estudo da criminalidade em Portugal.Coimbra: Typ. França Amado, 1915a.

CORSARO, William A. Sociologia da Infância 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DAVID, J. V. Abreu. Pela criança, para a família: a intervenção científica no espaço privado através do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (1934-1939). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: << <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/10596> >>

DÁVILA, J. Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945). Trad. Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Du Bois, W.E.B. [1903] As Almas da Gente Negra. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999. FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: Editora Edufba, 2008.

FERREIRA, G. G. da Silva; SILVA, P. G; MOURA, G. C. Arthur Ramos: Um personagem da psicanálise no Brasil. Rev. Cadernos de Graduação: Ciências humanas e sociais, v.3. n.2, Maceió, 2016. Disponível em: << [Vista do ARTHUR RAMOS: UM PERSONAGEM DA PSICANÁLISE NO BRASIL \(set.edu.br\)](#) >>

FERNANDES, F. As “trocinhas” do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. In: Folclore e Mudança Social na cidade de São Paulo. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

FRANCCHINI, F. Representações de Criança e Infância nas obras de Gilberto Freyre. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2014.

_____. Criança e Infância nas obras de Arthur Ramos: Estudos da infância no Brasil a partir das produções nacionais da década de 1930. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2020. Disponível em:<< [Dissertacao Final \(Flávia Francchini\) .pdf \(ufscar.br\)](#) >>

FINE, Reuben. A história da psicanálise. Bernardo Joblonski, Ronald Fucs (Trad.). Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal de São Paulo, 1981.

GARCIA, R.A.G. Arthur Ramos e Durval Marcondes: higiene mental, psicanálise e medicina aplicadas à educação nacional (1930-1950). Rev. Educação e Sociedade, v. 35, nº. 128, p.629-996. Campinas, 2014. Disponível em: << <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87335769017> >>

_____.Educação e Psicanálise: a criança problema na perspectiva de análise da obra de Arthur Ramos (Rio de Janeiro 1930-1940). Rev. Práxis Educativa, n.2, v.1, p.65-72, 2006. Disponível em: << <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/287/294> >>

_____. Educação na Trajetória Intelectual de Arthur Ramos: Higiene Mental e Criança Problema (Rio de Janeiro 1934-1949). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2010. Disponível em: << <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/2deeb08e-2e93-4134-8ce1-33d3aededfc7/content> >>

GIESBRECHT, Daniel F. Passados que não passam: Entre vozes silenciadas e novas narrativas. *Análise Social*, 253, LIX (4º), 2024. Disponível em: << <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/39404/27299> >>

GIUMBELLI, E. Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. *Rev. Antropologia, USP*, V. 40 nº2, São Paulo, 1997. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/ra/a/85TcwLwkybZGblTZ7ydfMb/?format=html&lang=pt> >>

GUIMARÃES, A. S. A. Intelectuais negros e formas de integração nacional. *Rev. Estudos Avançados*, 2014. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/ea/a/WYP8RVmB8xjQsz6ZG6S5Ttd/?lang=pt> >>

GUTAMAN, G; PEREIRA, M. E. C. Primitivo e loucura, ou o inconsciente e a psicopatologia segundo Arthur Ramos. *Rev. Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*, ano X, n. 3, 2007. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/Mfcqm7tJQbRFh5HJSRnffJy/?format=pdf&lang=pt> >>

GUTAMAN, G. Raça e psicanálise no Brasil. O ponto de origem: Arthur Ramos. *Rev. Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*, n.4, v.10, p.711-728, 2007. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/395rCsW4SVxNBpdsYnQNbhB/?lang=pt> >>

GUSMÃO, M. Arthur Ramos: o homem e a obra. Maceió: DAC-Senec, 1974.

HOFBAUER, Andreas. Uma História de branqueamento ou o negro em questão. São Paulo: Unesp, 2006.

HOLANDA, Patricia H. C; Morato, Pedro J. P. Pedagogia Terapêutica: Diálogos e Estudos Luso-Brasileiros sobre João dos Santos. Fortaleza: UFC, 2016.

KUHLMANN JUNIOR, M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEBOVICI, S; Soulé, M. O conhecimento da criança pela psicanálise. Suelena Werneck Pereira (Trad.). Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

LIMA, A.L. G. A “criança problema” e o governo da família. *Rev. Estilos da Clínica*, 2006, Vol. XI N. 126 21, 126-149, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313789403_A_crianca-problema_e_o_governo_da_familia

MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, n.41, v.14, 1999. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QZnghFsznmKFLtHyMWpnwHk/?format=html&lang=pt> >>

MATOS, Patricia Ferraz de. Aperfeiçoar a “raça”, salvar a nação: eugenia, teorias nacionalistas e situação colonial em Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.50: 89-111, 2010a. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6579/1/ICS_PFMatos_AlunosDoc_ARN_Aprefei%C3%A7oar.pdf

MELANIE, Klein. Psicanálise da criança. Pola Civelli (Trad.). São Paulo, Mestre Jou, 1999.

MERCADANTE, J. A Psicanálise entre a Higiene Mental e a Escola Nova na obra de Arthur Ramos: contribuições à História da Educação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2014. Disponível em: << <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/4807c9f7-64ac-4012-b107-0994976d708a> >>

MIRANDA, H. A invenção da “criança problema” e a psiquiatrização da infância no Recife. *Rev. Ano VII N. 7*. 2010. Disponível em: << <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110063> >>

MOKREJS, Elisabete. *Psicanálise e Educação: Arthur Ramos – Um episódio da história da educação no Brasil*. Rev. Faculdade de Educação São Paulo, n. 13, v.1, 1987. Disponível em: << <https://repositorio.usp.br/item/000766202> >>

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.

_____. *Superando o Racismo na Escola*. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

RAFAEL, U. N. O não dito na obra de Arthur Ramos. Rev. Sociedade e Estado, n.2, v.24, p.491-507. Brasília, 2009. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/se/a/YBhSffFp9TVtKZqGhXs4h7z/?format=pdf&lang=pt> >>

RAMOS, J. de S. Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. Rev. História, Ciências, Saúde, v.10, p.573-601, 2003. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/B479g3ZYxfzF7pnnRFtm3RL/?lang=pt> >>

RIBEIRO, Adelia M. Miglievich. Marina de Vasconcellos e as ciências sociais cariocas: a perspectiva dos círculos sociais. Rev. História, Ciências, Saúde, v.15, p.17-41, 2008. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Zs46Xv7VbLq8VL8m7ZfVxKN/abstract/?lang=pt> >>

SAID, Edward W. *Freud e os não europeus*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 10ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Ana Paula Ferreira. Arthur Ramos e a “criança problema” na escola pública dos anos 1930. Rev. Trama Interdisciplinar v. 2, n. 2, 2011. Disponível em: <<

SIRCILLI, Fabíola. *Arthur Ramos: Psicanálise e a Educação*. Marília: Editora Polesis, 2008.

_____. Arthur Ramos e Anísio Teixeira na década de 1930. Rev. Paidéia v.15, n.31, 185-193. 2005. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/paideia/a/wgkKJc4GcV5nYZ5R5tNC9by/?format=html&lang=pt> >>

SILVÉRIO, Valter R; MATTIOLI, Érica Aparecida K; MADEIRA, Thais Fernanda L. *Relações Étnico Raciais: um percurso para educadores*. Coleção Especialização, vº1. São Carlos: Editora Edufscar, 2012.

STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Trad. Paulo M. Garchet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz (Coleção História e Saúde), 2005.

TADEI, Emanuel M. A Mestiçagem Enquanto um Dispositivo de Poder e a Constituição de Nossa Identidade Nacional. Rev. Psicologia, Ciência e Profissão V.22, n.4, 2002. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/pcp/a/fm67k3WrsDP9zWDHFYFgXbK/abstract/?lang=pt> >>

TAMANO, Luana Tiekko Omena. *A mestiçagem no microscópio: entre a detração e a particularização, permaneceu a democracia racial. Uma análise de A mestiçagem no Brasil de Arthur Ramos (1930-1950)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: << [UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO \(usp.br\)](https://www.usp.br/UNIVERSIDADE_DE_SAO_PAULO)>>

_____. “Manter normal a criança anormal e normalizar a desajustada” Arthur Ramos e o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, 1934-1939. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <<[2018_LuanaTiekkoOmenaTamano_VCorr.pdf \(usp.br\)](https://www.usp.br/2018_LuanaTiekkoOmenaTamano_VCorr.pdf)>>

TORQUATO, Luciana Cavalcante. História da Psicanálise no Brasil: Enlaces entre o Discurso Freudiano e o Projeto Nacional. Rev. Teoria da História, Universidade Federal de Goiás, v.14, n. 7, 2015.

WEBER, Maria Julieta; MATOS, Patrícia F. Melhorar a espécie humana desde a infância: eugenia e higiene mental no Brasil e em Portugal (primeira metade do século XX). Rev. Zero a Seis. Universidade Federal de Santa Catarina,

V. 25, n. 47, p. 16-40, jan./jun, Florianópolis, 2023. Disponível em: <<
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/93212/53002> >>

Produções de Arthur Ramos

RAMOS, Arthur. A criança problema: A higiene mental na escola primária. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil. 2ª edição, 1949.

_____. Educação e Psychanalyse. São Paulo: Editora Nacional, 1934.

_____. Saúde do espírito: higiene mental. Rio de Janeiro: Coleção SPES Nº 7, 1939.

_____. O negro Brasileiro: Etnografia Religiosa. Editora Nacional, 1940.

ANEXO

Pesquisas selecionadas no levantamento bibliográfico, suas áreas de concentração e periódicos.

Ano	Título	Autor	Tipo	Área de concentração
2019	Infância problema e indisciplina escolar: perspectivas a partir da atuação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental na cidade do Rio de Janeiro (1934-1939)	Matheus Henrique da Silveira	Dissertação	Educação
2018	"Manter normal a criança normal e normalizar a desajustada": Arthur Ramos e o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, 1934-1939	Luana T. O. Tamano	Tese	História Social
2018	As marcas do higienismo de Arthur Ramos na Escola Nova e no currículo nos anos 1920 – 1940 em Alagoas	Fernanda L. da Silva Santos	Dissertação	Educação
2011	Arthur Ramos e a criança-problema como criança escorraçada: psicanálise, civilização e higiene mental escolar no antigo distrito federal (Acesso restrito, apenas três capítulos disponíveis)	Cátia Regina Papadopoulos	Tese	Educação

2011	A mestiçagem no microscópio: entre a detração e a particularização, permaneceu a democracia racial. Uma análise de A mestiçagem no Brasil de Arthur Ramos (1930-1950)	Luana T.O. Tamano	Dissertação	História Social
2023	A família na agenda do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Rio de Janeiro (1934-1930)	Luana T.O. Tamano	Artigo	
2022	A higiene mental ronda a infância: a clínica de eufrenia e o serviço de ortofrenia e higiene mental	Luana T.O. Tamano	Artigo	
2023	Arthur Ramos e a criança problema: conexões entre a psicanálise e a educação nas tecnologias da correção	José dos Santos Costa Junior	Artigo	
2021	Os “chefes de disciplina”: Inventividade infantil na década de 1930	Matheus H. da Silveira	Artigo	
2019	Arthur Ramos e a rotinização da antropologia através do seu ensino	Amarubi Oliveira	Artigo	
2019	Notas sobre consciência das classes subalternas em alguns estudos brasileiros	Dora V. Vasconcellos	Artigo	